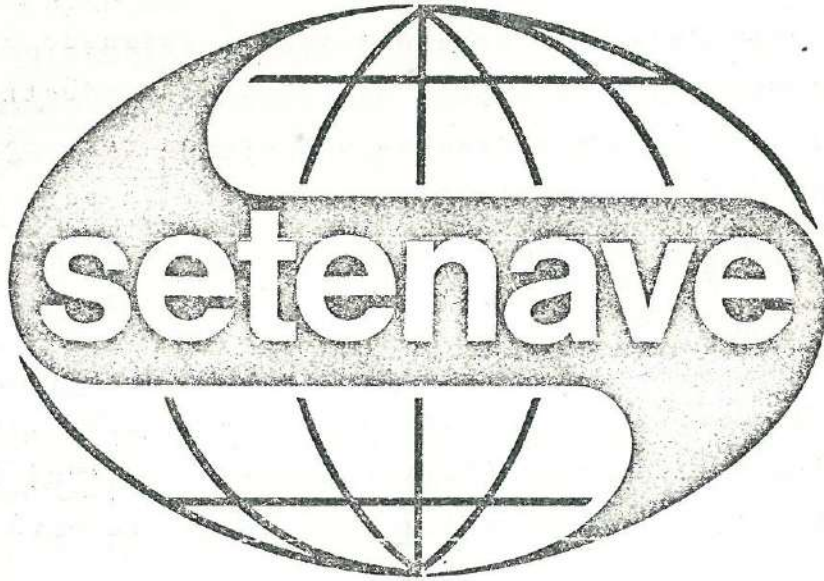


3º CTS
(1975) (Maio a Dezembro)



X 170

L
i
s
n
a
v
e



acordo
de
cooperação

(PROJECTO)

ACORDO DE COOPERAÇÃO LISNAVE-SETENAVE

No decurso das conversações Lisnave-Setenave em que foram intervenientes as administrações e os órgãos representativos dos trabalhadores das duas empresas, foram feitos vários estudos com o fim de se encontrar uma plataforma de acordo que definisse os campos de intervenção de cada uma das empresas e a sua coordenação.

Em 27 de Junho de 1975 sob o título "IMPLICAÇÕES DERIVADAS DO POSSÍVEL CONGELAMENTO DO SECTOR REPARAÇÃO NAVAL, NA SETENAVE", da responsabilidade da Direcção Técnica se concluía:

"A Setenave terá que manter-se em laboração no sector Reparação Naval num regime de ralanti que permita uma aceleração rápida quando o mercado melhorar..."

Esta situação, criada, pelo desenvolvimento da crise do petróleo em 1973 e agravada com a situação política desenvolvida em Portugal, obriga as duas empresas a encarar um acordo de cooperação como forma de fazer face a todas as dificuldades surgidas nas duas empresas.

O primeiro projecto de acordo de cooperação, assinado pelos delegados do governo das duas empresas e pelo Ministro da Indústria e Tecnologia do V Governo provisório, na presença dos órgãos representantes dos trabalhadores em 29 de Agosto de 1975, nunca viria a ser posto em execução, uma vez que contestado pela administração da Lisnave, reunido em Amesterdão.

Surge, agora, novo acordo de cooperação Lisnave-Setenave (projecto), já aprovado pelas Comissão Administrativa da Setenave, Administradores Delegado e Delegado Adjunto da Lisnave, deverá ser sujeito a confirmação do Conselho de Administração da Lisnave que reunirá em breve.

Este acordo de cooperação deverá entrar em vigor em 1 de Fevereiro de 1976.

TEXTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO LISNAVE-SETENAVE (PROJECTO)

A Setenave, projectada como estaleiro misto de construção e reparação naval, é uma empresa de concepção com origem na Lisnave a que ficou devendo o suporte técnico e humano de maior importância dentro dos que teve de obter para efeitos de alcançar a sua configuração actual em matéria de infraestruturas e organização.

Concebida a Setenave à semelhança da Lisnave, com objectivo claro de expansão das

97PA
4

capacidades produtivas em construção e reparação de grandes navios são, naturalmente, as infraestruturas e organização similares em ambos os estaleiros, ressalvadas as dimensões produtivas que, num caso se encontram limitadas pela fase de lançamento e ensaio que se atravessa e noutro atingiram um nível elevado proporcionado por muitos anos de experiência e trabalho activo num mercado fortemente favorável.

A actividade das duas empresas, desta forma, encontra-se sobreposta nos mercados que lhes estão acessíveis, sejam eles o de construção ou de reparação, facto que só é preocupante por razão de qualquer deles se encontrar em situação de crise internacional, todavia mais grave para o caso da construção naval visto se crer que a recuperação não é alcançável antes de cinco a dez anos.

A situação resultante exige, forçosamente, que a Setenave e a Lisnave procurem, em conjunto, e dentro de formas de cooperação íntensas e cuja extensão deverá ser progressivamente ajustada e ampliada, superar as dificuldades existentes, em especial no referente a mercados. A alternativa de pura concorrência não poderia acautelar os interesses de cada um dos estaleiros e ainda menos os interesses da economia do País e da colectividade em geral.

Por força das razões apontadas, considerando que uma das áreas da actividade em que se torna urgente o estabelecimento de um sistema de cooperação é a da reparação naval, mas sem prejuízo de se virem a instituir outras formas de cooperação mais genéricas, é celebrado entre a Lisnave e a Setenave o presente Acordo, com a observância dos seguintes princípios:

1º

Os trabalhos de reparação de navios a encomendar à Lisnave e à Setenave, serão considerados, para os efeitos deste Acordo, na sua globalidade, sendo distribuídos por cada um destes estaleiros, em termos de homens-hora, regularmente ao longo do ano, tendo em conta a capacidade funcional das suas instalações e do número de trabalhadores directamente produtivos ligados às reparações, na proporção de 80% e 20% respectivamente.

2º

Para ser alcançado o objectivo previsto no nº anterior, deverão ambas as empresas apoiar-se mutuamente no aspecto tecnológico e comercial, promovendo para tal o necessário intercâmbio de informações, de acordo com a natureza dos trabalhos a efectuar.

3º

No que respeita especialmente à cooperação de ordem comercial, será promovida uma acção concertada de "marketing", desenvolvida dinamicamente através dos competentes

departamentos das duas empresas que passarão, por outro lado, a utilizar em conjunto a mesma rede de agentes no estrangeiro, bem como outros meios de apoio comercial.

4º

Igualmente ambas as partes realizarão conjuntamente, e com recurso a entidades especializadas neste sector estudos detalhados da situação actualizada do mercado de reparação de navios para a zona comercial e geográfica em que se enquadram os dois estaleiros.

5º

Até 1 de Fevereiro de 1976, será anexo ao presente Acordo um documento complementar em que constarão, com o indispensável pormenor, as normas reguladoras da cooperação agora estabelecidas entre as duas empresas, nomeadamente as referentes à organização, incrementação, execução e fiscalização do esquema de trabalhos apontados neste Acordo, que serão objecto de um estudo a elaborar por um grupo de representantes dos dois estaleiros.

6º

O esquema de cooperação e de distribuição de trabalho entre as duas empresas, nos termos acima ditos, entrará em vigor na data de 1 de Fevereiro de 1976 sujeito à confirmação do Conselho de Administração da Lisnave, e manterá a sua validade até 31 de Dezembro de 1976, findo o qual se procederá à revisão das condições agora acordadas, tomando como referência as conclusões dos estudos entretanto realizados.

7º

Admitindo que o mercado de construção naval possa oferecer à Setenave trabalho em data próxima como resultado de acordos bilaterais entre Portugal e outros países fica entendido que a Setenave subcontratará à Lisnave manufactura de aço e trabalhos de aprestamento em percentagens a definir oportunamente mas assentes em critérios idênticos aos mencionados no nº 1.

8º

O presente Acordo de cooperação fica formalmente sujeito à homologação do Ministro da Indústria e Tecnologia a quem, previamente, foram, todavia, levados à consideração os condicionamentos da actividade dos sectores da construção e reparação naval em geral e das duas empresas em particular.

Mitrena, 16 de Dezembro de 1975.



X 120⁶

COMUNICADO

Considerando que se têm levantado diversos problemas no que diz respeito à admissão do exterior de pessoal para a limpeza e refeitórios, pareceu aos delegados sindicais que devem ser alteradas as normas de admissão existentes.

Assim, em Assembleia Geral de delegados sindicais foi aprovada a elaboração de um inquérito a todos os trabalhadores da Setenave sobre as novas normas a aplicar, nas futuras admissões para os mesmos serviços.

- 1 - Prioridade às viúvas e mães solteiras, desempregadas.
- 2 - Casos especiais (Casais desempregados, mulheres solteiras com encargos familiares comprovados).
- 3 - As mulheres e familiares dos empregados da Setenave.

ESCRIVER POR AQUI

CAMARADA:

Colabora indicando com uma cruz (+), o critério que te parecer mais justo:

- 1 -
- 2 -
- 3 -

Sugestões a apresentar: _____

PARTICIPA! PARTICIPA!

O Secretariado dos Delegados Sindicais

Handwritten signature and date: 73/11/74

COMUNICADO

No passado dia 11/12/75, foi eleito um Programa de CONTROLE OPERÁRIO, devendo-se proceder à eleição das pessoas que vão compôr o novo CTS.

Em virtude de tarefas que o actual Conselho tem não nos é possível pôr em prática a eleição. Devido também aos feriados que se aproximam pensamos que, não é a altura mais indicada, logo propomos que a eleição se faça no dia 7 de Janeiro. A partir do dia 5 serão afixadas as listas eleitorais que os camaradas devem consultar para que a votação seja consciente.

De acordo com o Programa E, a eleição processar-se-á da seguinte forma:

Base A:

Pesada, Planos, Docas, Parque de Aço, Armazéns, Aprestamentos, R2 - 10 membros

Base B:

Tubos Mecânica e R1 - 6 membros

Base C:

Infraestruturas, RMC; R3 - 6 membros

Base D:

Balneários, Escola de Formação, Medicina, Edifício Central - 6 membros

Base E:

Armazéns, Caldeiraria Ligeira - 6 membros

Cada pessoa deverá indicar no seu voto os nomes de acordo com o número de membros propostos.

O CTS alerta todos os camaradas para que recusem toda e qualquer lista que apareça para "facilitar", considerando que a eleição se deve proceder democraticamente e sem manipulações.

Contrariamente ao que vem proposto no último comunicado do programa E, que diz: "Aqueles que me fizeram e em mim votaram são os que estão em melhores condições de me aplicarem", entendemos que os camaradas devem escolher as pessoas que estão realmente interessadas em defender a classe e não só as que defendem o programa, dado que se for cumprido, responde aos interesses dos trabalhadores.

Devemos, pois, pugnar para que o programa seja integralmente cumprido, relativamente às suas linhas de acção.

PELA ORGANIZAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA!

A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES.

NÃO AO CONTROLE DE TRABALHADORES SOBRE TRABALHADORES!

SIM AO CONTROLE SOBRE A BURGUESIA!

O C.T.S.,
Arquivo 70.012
Base C 70564
Reduções 72325
B. Ribeiro 73026
Medeiros 72583
B. Ribeiro 73465
VAP 70522



DIRECÇÃO DE PESSOAL

COMUNICADO

Assunto: Alteração ao regime de férias

COMUNICADO:

168

O CTS informa que o resultado da votação para o Programa de Controle Operário efectuada no dia 11/12/75 foi o seguinte:

A - 142

B - 250

D - 240

E - 862

F - 18

Anulados - 402

Total de votantes - 1914

Não votaram - 2093

Mitrena, 15/12/75

O CTS

Ferreira 70012

Ribeiro 70564

Amorim 71762

Vidal 70512

acima transcrito.

Mitrena, 12 de Dezembro de 1975

O DIRECTOR DE PESSOAL



setenave

Estaleiros Navais de Setúbal, S. A. R. L.

X 162 9

DIRECÇÃO DE PESSOAL

COMUNICADO

Assunto: Alteração ao regime de férias

O Dec. Lei 292/75 de 16 de Junho de 1975, no capítulo referente a férias e feriados dispõe, nomeadamente:

"Artº 18º

- 1.-
- 2.- Em caso algum poderão ser atribuídas a qualquer trabalhador férias de duração superior a trinta dias, incluindo domingos e feriados iniciais, intermédios e finais, mesmo se gozados interpoladamente."

Considerando que a imediata entrada em vigor do citado diploma provocaria um tratamento discriminatório entre os trabalhadores que já haviam gozado as suas férias e os que as haviam apenas programado, entendeu a Administração manter o regime da OP 00008 até resposta do Ministério do Trabalho, oportunamente solicitada sobre o assunto.

Entendendo-se estarem criadas as condições para aplicação do disposto no referido Decreto Lei referente a férias e feriados e havendo necessidade da elaboração de um plano de férias adaptado à realidade do Estaleiro, comunica-se o seguinte:

- 1.- Fica suspensa até 1 de Março de 1976 a marcação de férias a gozar nesse ano. Serão no entanto, respeitadas as marcações referentes a Janeiro recebidas na Secção de Cadastro, que, por motivos imperiosos não possam ajustar-se a esta determinação.
- 2.- Fica anulado o regime previsto na OP 00008, passando a respeitar-se o disposto no nº 2 do artº 18º do Dec. Lei 292/75 de 16 de Junho de 1975, acima transcrito.

Mitrena, 12 de Dezembro de 1975

P/ O DIRECTOR DE PESSOAL

COMISSÃO INTERSINDICAL (INTER-DELEGADOS) DA EMPRESA

Regulamento

1º - Esta comissão, eleita por todos os delegados sindicais da Empresa, é constituída por 18 delegados efectivos de diferentes grupos sócio-profissionais (conforme o descrito na acta de 6/6/75) e terá o seu período de trabalho de 6 meses a contar da data da sua eleição, podendo no fim deste período os seus elementos reeleitos ou substituídos, sendo um plenário de delegados sindicais a determiná-lo na devida altura.

2º - É de seu âmbito coordenar e apresentar a quem de direito todos os assuntos respeitantes aos seguintes pontos:

- a) Conflitos de trabalho entre a entidade patronal e trabalhadores.
- b) Reivindicações salariais
- c) Horários de trabalho
- d) Sistema de promoções e acessos (carreiras profissionais)
- e) Outras que estejam no âmbito sindical
- f) Colaboração com o CTS
- g) Recrutamento interno e externo


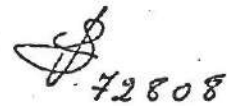
3º - Organização desta comissão:

- a) Entre os delegados desta comissão deve ser eleito um secretariado composto por 6 (seis) elementos que terá um período de vigência de um mês sendo no final deste, reeleitos ou substituídos, devendo no entanto pelo menos um elemento do anterior secretariado ser reeleito para orientação dos restantes nos assuntos pendentes e em posse desta comissão.
- b) É função deste secretariado coordenar a mesa nas reuniões da comissão assim como o plenário de delegados sindicais, cabendo-lhe redigir as actas e publicá-las sempre que necessário e ainda dar informações de interesse geral. Funcionará também como elo de ligação entre todos os elementos desta comissão, informando-os de quaisquer assuntos que ao mesmo tenham sido dirigidos extra delegados, assim como convocá-los para qualquer reunião fora das normais. Compertirá ainda a este secretariado assinar documentos tais como: actas, informações, correspondência, notas de despesa, requisições, etc..

4º - Reunirá a comissão (Inter) pelo menos uma vez por semana às segundas-feiras pelas 14 horas (conforme agenda de trabalhos) cabendo-lhe convocar o plenário de delegados sindicais sempre que necessário ou pelo menos 2 vezes por mês.

- 5º - Competirá a esta comissão de comum acordo com os restantes delegados do plenário convocar os trabalhadores da empresa para assembleias gerais dentro ou fora das horas normais de serviço (conforme lei sindical) sempre que haja necessidade de serem tomadas decisões colectivas.
- 6º - O secretariado deve reunir entre si pelo menos duas vezes por semana às quartas e sextas-feiras pelas 16 horas, para coordenar assuntos a apresentar tanto em reunião com a administração, como na inter-delegados ou assembleia dos mesmos.
- 7º - Haverá permanência diária no período da tarde, de dois delegados, na sala 22 para organização e atendimento de camaradas.
- 8º - Que todos os sectores onde exista um delegado passe a existir também um suplente, que assistirá às reuniões quando da ausência do delegado efectivo.
- 9º - O secretariado fará uma comunicação aos serviços ou secções no sentido de dar a conhecer quais os elementos que dele façam parte durante x mês e a necessidade dos mesmos serem dispensados sempre que necessários ao trabalho dos delegados sindicais, sendo esta comunicação extensiva a outros delegados que façam parte de grupos de trabalho e com necessidade de dispensa.

PLOS DELEGADOS SINDICAIS


72450
73777
72808

A Administração da Setenave recebeu um telex que, por não ter ainda sido divulgado, passamos a transcrevê-lo:

PARA URGENTE ENTREGA AO ENG. MOURA VICENTE

TENHO PAÍS MÉDIO ORIENTE ALTAMENTE INTERESSADO ENCOMENDA 57 NAVIOS A SEREM ENTREGUES NOS PRÓXIMOS 5 ANOS. NAVIOS DE VÁRIOS TIPOS E TONELAGEM INDO DESDE CARGA GERAL ENTRE 4 MIL e 12 MIL TONELADAS, NUM TOTAL DE 49 NAVIOS; NAVIOS TANQUES ENTRE 35 e 45 MIL TONS NUM TOTAL DE 5 NAVIOS E AINDA 3 NAVIOS DE PASSAGEIROS SENDO 2 DE 500 PASSAGEIROS E 1 DE MIL PASSAGEIROS. ENCOMENDA TOTAL CERCA 200 MILHÕES DE LIBRAS COM AS CONDIÇÕES FINANCEIRAS SEGUINTE:

- 1 - "SOFT LOAN" DO PAIS CONSTRUTOR DE 30 POR CENTO QUE SERÁ PAGO COMO "DOWN PAYMENT" AO ESTALEIRO
- 2 - FACILIDADES DE CRÉDITO PARA OS RESTANTES 70% EM CONDIÇÕES NORMAIS DO MERCADO INTERNACIONAL

EMBORA AS CONDIÇÕES FINANCEIRAS PEDIDAS PARECEREM RELATIVAMENTE PESADAS NO ENTANTO DADA A FALTA DE TRABALHO ACTUAL NOS ESTALEIROS NACIONAIS E A FORTE COMPETIÇÃO INTERNACIONAL, CONSIDERO OFERTA EXTREMAMENTE INTERESSANTE E QUE MERECE UMA TENTATIVA SÉRIA NO SENTIDO DE SE CONSEGUIR OBTER A ENCOMENDA FIRME MESMO A CUSTOS DIRECTOS.

NÃO PRETENDO QUALQUER COMISSÃO MINHA ORGANIZAÇÃO.

SE FOR NECESSARIO ESTOU PREPARADO PARA GARANTIR FORNECIMENTOS DOS PROJECTOS E EQUIPAMENTOS PRINCIPAIS DADA A DIFICULDADE DE PODEREM SER OBTIDOS COM URGÊNCIA EM PORTUGAL. NECESSITO RESPOSTA DE INTERESSE DE PRINCÍPIO DENTRO DE 48 H AFIM DE INFORMAR ENTIDADE INTERESSADA POSSIBILITANDO ASSIM ESTABELECIMENTO CONTACTO ENTRE GOVERNOS QUE SERÃO AS PARTES QUE TERÃO DE CONDUZIR NEGOCIAÇÕES.

DADO O MONTANTE DA ENCOMENDA E A VARIEDADE DE TIPOS DE NAVIOS ESTOU CONSULTANDO SIMULTANEAMENTE OS TRÊS GRANDES ESTALEIROS NACIONAIS: LISNAVE - SETENAVE - VIANA DO CASTELO.

JOSÉ MANUEL DE MELLO

A resposta da nossa Administração foi:

AGRADEÇO CONSULTA. OS CONDICIONALISMOS QUE ELA REFERE LEVAM A CONSIDERAR A SUA APRECIÇÃO A NÍVEL DE SECTOR O QUE VOU PROVIDENCIAR.

MOURA VICENTE

Apresentamos algumas reflexões que certamente servirão para uma análise mais profunda.

1. Este telex aparece na Lisnave em 3/12/75, logo após o 25 de Novembro.
2. Independentemente do triunfalismo dos números (57 navios) apenas 5 interessarão à Lisnave/Setenave (35 a 45 mil toneladas).
3. À afirmação "Não pretende qualquer comissão minha organização", cabe perguntar: DESDE QUANDO EXISTEM CAPITALISTAS DESINTERESSADOS?
4. Estão em vias de finalização os contratos com os países socialistas. Não será esta proposta uma tentativa de boicote a estes mesmos contratos?

A questão concreta que se põe é portanto: Tem esta proposta o sentido de DIVIDIR PARA REINAR? ou DIVIDIR PARA VOLTAR?.

A resposta deverá ser dada pelos trabalhadores.

Handwritten notes and signatures at the bottom of the page, including "VICENTE" and "MOURA VICENTE" with various numbers and dates.

164 13
↑

PROBLEMA HABITACIONAL

=====

Informação do actual Grupo de Trabalho

Na sequência da sugestão dada pelos trabalhadores na sua reunião com a Comissão Administrativa em 14 de Novembro, foi criado um Grupo de Trabalho para "informação e denúncia da situação habitacional a nível de Setúbal e a nível nacional", assim constituído:

- Gomes - Representante do CTS
- Bagulho - Representante dos Delegados Sindicais
- Comenda - Representante do antigo Grupo de Trabalho que se desfez
- E. Caldas - Representante da Comissão de Luta de Setúbal
- Dinah Ferreira - Representante do Serviço Social

Após ter colhido elementos de informação junto dos anteriores grupos de trabalho que se debruçaram, na Setenave, sobre este problema; junto do Fundo de Fomento da Habitação; junto de algumas Comissões de Trabalhadores e de moradores e junto da Câmara Municipal de Setúbal, o actual Grupo de Trabalho chegou a algumas conclusões, elaborou uma proposta de solução do complexo problema habitacional e passou a desenvolver algumas acções e diligências no sentido de encontrar respostas adequadas.

De tudo isso passa a informar os trabalhadores:

- 1 - Habitações para alugar, em Setúbal, praticamente não se encontram. A Câmara Municipal, no seu serviço de Habitação, possui uma relação de fogos por alugar que, no dia 3/12/75, apenas referenciava 18 fogos todos de rendas mensais superiores a 4.000\$00.
- 2 - Os fogos existentes já construídos e em fase de acabamento estão calculados em número de 3.000, mas são apenas para venda, por preços que vão desde cerca de 370 contos para apartamentos, até cerca de 700 contos para 3/4 divisões.
- 3 - A Setenave tem um esquema de empréstimo para compra de habitação, mas o orçamento actual apenas permite, no máximo, 2 empréstimos por mês, que podem ir até 50 contos, sem juros, a pagar em 3 anos. O sistema é inficaz.

/...

.../

- 4 - Para aquisição destas habitações a Caixa Geral de Depósitos faz financiamentos, mas com um juro de 8/9% e só no valor máximo de 80% do valor da compra.
- 5 - No caso da Setenave existem cerca de 400 trabalhadores que pretendem resolver o problema habitação através de compra mas existem muitos mais a necessitar de habitação em Setúbal com renda compatível com o seu vencimento. Em 6 de Novembro de 75 existiam 3.962 trabalhadores na Setenave cujas residências se distribuíam pelos seguintes locais:

Setúbal e arredores-----	1.341	
Barreiro e arredores-----	1.204	
Lisboa e arredores-----	464	
Almada e arredores-----	412	
Seixal e arredores-----	389	
Sesimbra e arredores-----	68	
Diversos-----	84	3.962

- 6 - A própria aquisição de terrenos encontra-se praticamente parada por falta de definição de uma política de solos a nível geral.
- 7 - O órgão do Governo que trata do problema da habitação a nível nacional é o Fundo de Fomento da Habitação que para a zona de Setúbal tem técnicos que trabalham em colaboração com a Câmara Municipal de Setúbal. As medidas que foram tomadas resumem-se à celebração dos chamados "contratos de desenvolvimento para habitação" a que respeita o Decreto - Lei nº 663/74 e são efectuados entre o F.F.H. e empresas construtoras e que se destinam a pôr à disposição das pessoas fogos para venda e "casas de renda limitada".
- Dos fogos para venda é exemplo: uma casa de 90 m² no valor de 400 contos será hipotecada para garantir um empréstimo de 360 contos (a entrada é de 10%=40 contos) cujo reembolso será de 3.121.00/mês durante 17 anos.
- "Das casas de renda limitada" é exemplo: uma casa com 4 assoalhadas e 100 m² de área bruta terá uma renda de 3.251.00/mês,
- 8 - Em Setúbal, através do esquema que se acabou de referir do F.F.H. existirão prontos a habitar em fins de 1975 cerca de 200 fogos de vários tipos,

para venda, na Estrada de Santas, construídos pela firma Tetra. Ainda não se sabem critérios de atribuição dessas casas.

Estão também iniciados os trabalhos para construção de cerca de 3.000 fogos, zona que também inclui a construção de infra-estruturas (escolas, creches, mercado, etc) e que terá fogos para venda e para arrendamento.

Não se sabe quais os critérios de atribuição nem quando estarão prontos para habitar.

- 9 - O F.F.H. propõe que os trabalhadores se associem em cooperativa para que possam obter o financiamento das casas para venda, mas as condições são as indicadas no ponto 7. Acontece é que o financiamento deverá ser efectuado através de cooperativas e não a particulares.
- 10 - O Grupo de Trabalho, numa tentativa de se encontrarem soluções viáveis a curto prazo e compatíveis quer com as necessidades quer com as possibilidades económicas dos trabalhadores, sugere que sejam tomadas medidas governamentais no sentido de serem utilizadas, já, as habitações existentes em Setúbal (cujo cálculo é de cerca de 3.000 fogos) através de expropriação, compra com indemnização (a compra a 4.000\$00 o m² parece já incluir, inclusivamente, valores que permitem indemnizações aos proprietários) ou qualquer outra forma, a fim de que essas casas, actualmente desabitadas, sejam postas à disposição dos trabalhadores a rendas mensais mais compatíveis (por ex: a 15% do rendimento o que é já muito elevado pois até os países sociais-democratas defendem que a renda da habitação nunca deverá atingir valor superior a 12% do vencimento familiar).
Sugere ainda que, quanto a novas construções, deveriam ser efectuadas a partir do estabelecimento de uma política social de solos e da prestação de ajuda directa aos trabalhadores da construção civil, quer através dos financiamentos que hoje se fazem aos construtores, quer através dos técnicos oficiais.
- 11 - Deste parecer é dado conhecimento nesta data à Administração^{ção} F.F.H. ao qual se solicita venha efectuar junto dos trabalhadores da SETENAVE esclarecimentos quanto a política e possibilidades de resolução do problema habitacional na zona de SETÚBAL.

16/16

DOS TRABALHADORES DA ENI-MITRENA A TODOS OS TRABALHADORES DO ESTALEIRO DA SETENAVE

Mais uma tentativa de divisão da burguesia sobre a classe operária e restantes trabalhadores explorados.

Camaradas, no passado dia 21 a administração da Setenave (Moura Vicente) convocou uma reunião com a CT da ENI onde estavam presentes os gestores da Setenave (Infraestrutura, IEV e Conservação), gestores da ENI (IEV e Conservação) Delegados Sindicais da Setenave e CTS.

O assunto da reunião era o estudo da integração na Setenave das secções de Conservação e Instalações Electricas Volantes da ENI; todo o restante pessoal da ENI nesta delegação não seria integrado.

Porque pretende a administração da Setenave integrar apenas uma parte dos trabalhadores da ENI? Os camaradas da Setenave recordam-se que foi a unidade de classe, dos camaradas da ENI que lhes permitiu lutar vitoriosamente contra a burguesia, concretamente pelo pagamento da outra administração fascistas e de alguns dos seus lacaios. A administração da Setenave tem presente esta luta de classes e demonstra que não se afasta das lições do semicírculo de formação de administradores do Grupo CUF, que apanhamos durante a nossa luta pelo pagamento dos fascistas, onde a dada altura afirmam: "A maior preocupação de quem dirige é de influenciar os dirigidos (manipulá-los), é acção de quem determina que uma pessoa seja determinada forma sem se aperceber disso".

A grande questão levantada pela administração é que a Setenave é dos trabalhadores, que a empresa está nacionalizada e portanto terão de ser os trabalhadores da Setenave a última palavra. Camaradas perante esta demagogia, arma mais querida da burguesia, temos nós: O que está por detrás de tudo isto? Não será uma tentativa de utilizar os camaradas da Setenave e pô-los ^{contra} os da ENI, para melhor nos explorar a todos? Não esqueceremos o lema da burguesia "dividir para reinar". É também altura de perguntarmos: De quem é a empresa nacionalizada? Acaso as relações de trabalho e o modo de vida mudaram na Setenave não é a burguesia que continua a gerir os bens deste estaleiro? Então porque tenta a administração responsabilizar os camaradas da Setenave por problemas por ela criados? Camaradas

163

I N Q U Ê R I T O

ii

Atendendo a que os Delegados Sindicais têm sido interrogados por alguns camaradas no sentido de se saber se a empresa oferece brinquedos este ano, vêm os Delegados Sindicais pôr o problema. Assim põem-se 2 hipóteses, devendo cada camarada assinallar com uma cruz a hipótese que achar mais correcta. O inquérito deve ser entregue à saída dos turnos de hoje, dia 10 e amanhã, à entrada, pelas 8H30 e 9H00, em caixotes colocados nos sítios habituais, à portaria.

Não receber brinquedos

Receber brinquedos

Receber a importância em dinheiro, em vez do brinquedo

Mitrena, 10 de Dezembro de 1977

OS DELEGADOS SINDICAIS

M. P. Soares
7296

7296

7296

7321

DOS TRABALHADORES DA ENI-MITRENA A TODOS OS TRABALHADORES DO ESTALEIRO DA SETENAVE

Mais uma tentativa de divisão da burguesia sobre a classe operária e restantes trabalhadores explorados.

Camaradas, no passado dia 21 a administração da Setenave (Moura Vicente) convocou uma reunião com a CT da ENI onde estavam presentes, gestores da Setenave (Infraestruturas, IEV e Conservação), gestores da ENI (IEV e Conservação) Delegados Sindicais da Setenave e CIS.

O assunto da reunião era o estudo da integração na Setenave das secções de Conservação e Instalações Electricas Volantes da ENI; todo o restante pessoal da ENI nesta delegação não seria integrado.

Porque pretende a administração da Setenave integrar apenas uma parte dos trabalhadores da ENI? Os camaradas da Setenave recordam-se que foi a unidade de classe, dos camaradas da ENI que lhes permitiu lutar vitoriosamente contra a burguesia, concretamente pelo saneamento da outra administração fascistas e de alguns dos seus lacaios. A administração da Setenave tem presente esta luta de classes e demonstra que não se afasta das lições do seminários de formação de administradores do Grupo CUP, que apanhamos durante a nossa luta pelo saneamento dos fascistas, onde a dada altura afirmam: "A maior preocupação de quem dirige é geralmente influenciar os dirigidos (manipulá-los), é acção de que determina que uma pessoa actua de determinada forma sem se aperceber disso".

A grande questão levantada pela administração é que a Setenave é dos trabalhadores, porque a empresa está nacionalizada e portanto terão de ser os trabalhadores da Setenave a ter a última palavra. Camaradas perante esta demagogia, arma mais querida da burguesia, perguntamos nós: O que está por detrás de tudo isto? Não será uma tentativa de utilizar os camaradas da Setenave e pô-los ^{contra} os da ENI, para melhor nos explorar a todos? Não esquecemos o velho lema da burguesia "dividir para reinar". É também altura de perguntarmos: De quem é a empresa nacionalizada? Acaso as relações de trabalho e o modo de vida mudaram na Setenave? Então não é a burguesia que continua a gerir os bens deste estaleiro? Então porque tenta a burguesia responsabilizar os camaradas da Setenave por problemas por ela criados? Camaradas esta tentativa insere-se numa escalada reaccionária da burguesia no nosso país na tentativa de salvaguardar os seus interesses de classe. Não nos esqueçamos que a classe a que o administrador Moura Vicente e os gestores pertencem não é suicida, ainda que num dado momento nos peçam para os controlar na tentativa de nos por a reboque das suas manobras, evitando deste modo que a luta de classes avance até ao derrube da burguesia.

Camaradas os trabalhadores da ENI quando lhes foi posto o problema da integração já há alguns meses decidiram em A.G. que não se opõe à integração na Setenave, Lisnave e CUF (Os maiores clientes da ENI), porque tem consciência de que a luta da classe operária é a mesma independentemente da empresa onde o capital nos explora. Mas também tem a consciência de que jamais permitirão que a burguesia engrosse as suas fileiras do seu exército de desempregados

colocando na miséria alguns dos nossos camaradas a seus familiares, não podemos esquecer a lei reaccionária dos despedimentos que permite ao capital o despedimento arbitrário sempre que lhe convenha, e os camaradas da ENI não integrados ficarão deste modo à mercê da lei fascista.

É por isso que não permitiremos esta tentativa de divisão, quando por detrás desta manobra estão interesses da burguesia. Sendo a Setenave um estaleiro de reparação e construção naval necessita de pessoal electricista especializado nestas duas actividades. Então porque é que o administrador Moura Vicente pretende assegurar os pontos "nevrálgicos" no estaleiro integrando uma parte da ENI e colocando a outra parte a concorrer com empreiteiros, como por exemplo a ISOLUX? Caso os camaradas sabem que o que esconde estas jogadas oportunistas e demagógicas da burguesia? Camaradas a nossa consciência de classe deve sobrepor-se aos interesses capitalistas que nos fazem crer que a empresa é nossa.

Camaradas com este comunicado pretendemos unicamente informar e esclarecer os camaradas para que não nos deixemos arrastar pelos interesses da burguesia a qual fará tudo para continuar a sua exploração à qual nem a administração nem a gestão da Setenave serão excepção.

CONTRA AS MANOBRAS DE DIVISÃO DA BURGUESIA - UNIDADE DA CLASSE OPERÁRIA
DEVEMOS COMBATER TUDO O QUE A BURGUESIA APOIA E APOIAR TUDO O QUE ELA COMBATE
EM FRENTE PELO DERRUBE DA BURGUESIA

Setenave 2 de Dezembro de 1975

A CRTE (Setúbal) O CTS Os DELEG. SINDICAIS

Quimico
11206311

REBEIRA

António
73747

73370

Josep
71046

72443



setenave

Estaleiros Navais de Setúbal, S. A. R. L.

161 ¹⁸

AOS TRABALHADORES DA SETENAVE

- 1 - Pela primeira vez na Setenave, encontram-se cheias as duas docas de reparação com a entrada dos navios "Fogo" e "Inago".

Desta forma, conseguiu-se, finalmente, após porfiados esforços, a ocupação indispensável para que todos os trabalhadores da Setenave se sintam úteis à empresa e à sociedade e realizados nas profissões que exercem.

Estão, por agora, superadas as dificuldades motivadas pelo desemprego interno e satisfeitas legítimas aspirações dos trabalhadores para quem a Setenave, se representa uma retribuição esta deve ser ganha com o produto de trabalho, esforço, interesse e brio profissional.

- 2 - Acresce também, que a construção, na Setenave se encontra agora com uma boa carga. Com um casco quase completo foi já iniciada a instalação em doca de um segundo.

Outras obras, como as comportas, estão em curso e completam uma actividade que se pretende dinâmica e eficaz, nesse sentido se promovendo as diligências possíveis.

- 3 - Com toda esta produção a Setenave ganhará o indispensável prestígio nos mercados nacional e estrangeiro, assim se cumpram as responsabilidades assumidas, isto é, se concluem os trabalhos referidos nos prazos e com a qualidade que foram garantidos aos clientes arradores.

Para este efeito, parece oportuno apelar a todos os trabalhadores da Setenave no sentido de, ao trabalho agora conquistado, dedicarem o seu melhor esforço e interesse.

A Setenave, que à colectividade pertence, a ela poderá prestar grandes serviços e, para já, está à vista a possibilidade de poder criar muitos mais postos de trabalho a preencher por portugueses que ansiosamente procuram emprego e que a ele têm também, inegável direito numa sociedade sem explorados.

E, com o apelo assim feito que não ignora, no entanto, as opções que os trabalhadores tomarem quanto ao momento político que o País atravessa, reafirma-se igualmente a confiança que se deposita nos trabalhadores como principais obreiros da organização excepcional que a Setenave poderá vir a ser, para orgulho e satisfação de todos os que para ela contribuíram.

Mitrena, 26 de Novembro de 1975

A Comissão Administrativa



setenave

Estaleiros Navais de Setúbal, S. A. R. L.

M. TERESA S. ROSA

159 19

COMUNICADO Nº 1

AOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO

Os delegados sindicais eleitos no passado dia 6, saudam todos os trabalhadores de escritório.

Vimos também expor alguns dos nossos pontos de vista e dar algumas (poucas) informações. Em primeiro lugar, temos a comunicar que os nossos representantes na Interdelegados, são neste momento, e por um prazo de 6 meses, como está estipulado, os camaradas Sequeira (Contabilidade) e Manuela Montes (Pessoal). Oportunamente daremos conta aos trabalhadores de escritório, do andamento dos trabalhos.

Relativamente às tarefas que se nos põem como delegados sindicais, pensamos que são tarefas da classe que representamos. O nosso trabalho, será feito com a classe e não para a classe. A nossa força, é a força de todos os trabalhadores de escritório. Somos os seus representantes na frente sindical e como tal porremos no nosso trabalho o melhor do nosso esforço e dos nossos conhecimentos.

Temos perfeita noção também, que é difícil unir todos os trabalhadores de escritório mas, consideramos tal tarefa um desafio que fazemos a nos próprios. A unidade é necessária e difícil ao mesmo tempo. Neste momento, em que na nossa empresa se vai avançar com o Controle Operário, mais urgente se torna a unidade — A unidade de todos os trabalhadores de escritório e a unidade destes com os operários e os quadros técnicos progressistas, a fim de avançarmos como um bloco para objectivos mais vastos e comuns.

PELA UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO EM TORNO DA CLASSE OPERÁRIA!

Mitrena, 19 de Novembro de 1975

Os Delegados sindicais

72681 Semm... 74423 ... 42.606 ...

14.11.75

138
20

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Reparações
2. Respostas a acordos
3. Processo HABITAÇÃO
4. Diversos

1. O CTS começou por referir reunião tida na Soponata em que foram focados problemas existentes com a reparação dos seus navios, nomeadamente: certa resistência dos tripulantes dos navios, já que estavam habituados a ir para a Lisnave. Levantam problemas de deslocação, devido às horas perdidas em transporte, problemas de refeição e outros. A Comissão de Trabalhadores da Soponata tem reunido com esses tripulantes, lembrando-lhes a grande situação de crise da Setenave e consequentemente a necessidade de ser ajudada.

O Eng. Moura Vicente começou por falar na assinatura do protocolo entre Lisnave/Set. no Ministério, que acabou por não ser reconhecido pela Administração da Lisnave, dado que ela não existe de facto e nem o Delegado do Governo da Lisnave, nem o representante do capital estrangeiro estão interessados em responsabilizar-se.

Tem havido, pois, grandes dificuldades em fazer seguir acordos ou estudos que entretanto foram elaborados pela Setenave e que tiveram o apoio da Lisnave. Estão em discussão nesta situação o acordo da campanha comercial conjunta, a nomeação de agentes e a repartição de encomendas (reparação) entre Lisnave/Setenave. Quanto a este último ponto, há já uma possibilidade de estudo em que se repartiriam 80% para Lisnave e 20% para Setenave. No entanto este estudo ainda não teve hipóteses de ser concretizado face ao apontado acima.

No que diz respeito aos agentes, surgiram 2 hipóteses: nomeação distinta de agentes para a Setenave ou nomeação conjunta embora alargada. Dado que a Lisnave não respondia a esta questão, o Eng. Moura Vicente decidiu seguir com a 1ª hipótese. Nesta altura a Lisnave interveio dizendo que talvez não fosse a melhor solução e que estava disposta a entrar na discussão do problema. Neste momento, estão a formalizar-se os contactos, com vista a se fazerem os respectivos acordos.

Mercado Nacional

A Setenave tem feito todas as diligências para que os navios de bandeira nacional venham a reparar aqui. No entanto, as reparações dos armadores (Soponata, CNN, CTM) são programadas com antecedência e continua a existir um acordo, que vem do tempo dos Melos, que atribui à Lisnave essas reparações.

[A este respeito o CTS fomentou uma reunião com as comissões destas empresas, que se realizou ontem na Lisnave, em que foi abordado este assunto. Efectivamente parece não ter cabimento a continuidade de um acordo estabelecido entre capitalistas e em que coloca a Lisnave ainda numa situação de monopólio. Os representantes da Lisnave afirmaram que iam fazer todas as diligências para que este acordo fosse anulado, tão depressa quanto lhes fosse possível, dado que acabam de receber o mandato e ainda não estão dentro de todos os assuntos. Da parte da Soponata, CTM e CNN igualmente se verificou que iriam tratar para que esse acordo não se mantivesse. Foram focados ainda outros problemas que se relacionam com a resistência por parte dos tripulantes em vir para a Setenave e ainda certos boatos que correm com insistência nestas empresas e que colocam os trabalhadores da Setenave em situação crítica. Havendo necessidade de mais contactos foi marcada nova reunião, desta vez a realizar-se aqui, para a próxima terça-feira, dia 25/11, em que as comissões destas empresas terão oportunidade de confirmar tudo o que o CTS entretanto lhes afirmou.]

O Eng. Moura Vicente referiu ainda que a Setenave cobre todas as despesas que vão a mais pelo facto dos navios serem reparados na Setenave e não na Lisnave, na sequência de uma questão posta pelo CTS que tinha sido alertado pela Soponata de que isto não se estava a verificar.

O Eng. Moura Vicente anunciou a vinda do navio INAGO proximamente e referiu também os contactos que estão a ser feitos, no sentido de que o ALCOBAÇA (CNN) também aqui venha reparar. Este navio tem cerca de 20.000 horas de trabalho, repartidas do seguinte modo: carpintaria: 9.000 h - caldeiraria: 6.000h - restante: diversos). Referiu que os dias programados para esta reparação eram de 50, depois da Lisnave ter oferecido 55 e um estaleiro espanhol 28.

[Vimos a saber ontem pela CNN de que o navio nos tinha sido atribuído. Ainda nesta reunião se focou o facto de se continuarem a fazer consultas ao estrangeiro, quando

21
existe situação de crise nos estaleiros portugueses. A análise que todos fizemos foi a de que ainda as comissões administrativas das respectivas empresas continuam a pensar em termos capitalistas, com a obtenção máxima de lucro. Por outro lado também sabemos que os governos de países estrangeiros financiam extraordinariamente esta indústria o que leva a poderem oferecer preços significativamente mais baixos. Para que estas situações não continuem por muito tempo, estão as comissões de trabalhadores dos estaleiros nacionais a desenvolver uma luta importante para que o Departamento da Indústria Naval seja uma realidade, o que irá permitir planificar todo o sector. Temos tido reuniões consecutivas para que o Governo reconheça oficialmente a Comissão Coordenadora dos Trabalhadores que trabalha em paralelo com o grupo nomeado pelo governo. Esta Comissão Coordenadora, em que estão representados os trabalhadores destina-se efectivamente a controlar a comissão nomeada pelo governo, para que não sejam determinadas planificações que não correspondam aos interesses desses mesmos trabalhadores.]

2. O Eng. Moura Vicente referiu que está em fase de estudo um acordo com a Sorefame para o equipamento de plataformas.
Vai ser assinado um acordo com a NAVIRE (licenças escotilhas de navios) que vai dar a possibilidade à Setenave de obter estas licenças e ainda de provavelmente vir a poder trabalhar em regime de sub-empregadas.
3. A Administração tinha fornecido uma nota ao CTS e Delegados Sindicais sobre a assinatura de fianças para mais de 15Km, mencionando todos os inconvenientes a que tem estado sujeita, já que tem recebido queixas de senhorios o que, segundo o seu ponto de vista, coloca a empresa em situação crítica. Esclarecemos que este problema está directamente relacionado com os casos em que passados 6 meses, os inquilinos se recusam a pagar a renda inicialmente prevista, passando a entrar no processo de 500\$00 por assoalhada.

O CTS e Deleg. Sindicais responderam que a Administração não se tinha que preocupar com este problema já que era um problema dos trabalhadores e não seu. Referiram igualmente que, dada a situação de grande especulação nesta zona com as rendas de casa, e porque ainda não estavam criadas as estruturas para que isto deixasse de suceder não parece ao CTS e Deleg. Sindicais oportuno cortar a assinatura de fianças de casas para um raio superior a 15Km.

Tendo sido sugerido na assistência a criação de um grupo, encabeçado pelas Assistentes Sociais, que pudesse ter não só uma participação informativa de localização de fogos vazios como também de denúncia da situação habitacional a nível de Setúbal e a nível nacional, foi esta sugestão aprovada e aceite também pelas Assistentes Sociais da empresa, que aproveitaram para dar a indicação de que já estavam até a trabalhar neste assunto. Tiveram já contactos com o Fundo de Fomento de Habitação que indicou ter contratos de desenvolvimento com construtores civis, estabelecendo financiamento aos construtores e promoção de venda aos trabalhadores, cendendo um juro de 7 a 8%, 10% de entrada e pagamento por 20 anos. Por exemplo, para uma habitação de 2 assoalhadas (400 contos) depois das contas feitas, haveria a pagar uma mensalidade de 3.132\$00. Efectivamente este processo não interessa de modo nenhum aos trabalhadores que lutam com graves problemas habitacionais.

4. Baixa a 100%

Foi perguntado ao Eng. Moura Vicente em que situação se encontrava este problema, ao que respondeu estar a aguardar despacho oficial dos Ministérios da Indústria e Trabalho a um requerimento da Setenave enviado em Setembro. O CTS respondeu que não poderíamos ~~esperar~~ eternamente por um despacho que, até se poderia encontrar na gaveta, pelo que sugeria que a Administração entrasse novamente em contacto com os Ministérios para que seja dada resposta urgente.

O C.T.S.,

Handwritten notes:
72736
Guereis 70.012
Nunes da Silva 70564
Angela 71762
Mendes 70434

157

A - Operário Chefe

1 - Preenchimento de lugares vagos

- 1.1- As vagas na categoria de operário-chefe ocorridas em cada secção serão preenchidas por operários pertencentes à mesma secção.
- 1.2- Nas secções em que ocorrem vagas devem as mesmas apresentar, pelo menos, o dobro dos nomes necessários e aptos numa completa análise (competência profissional e boas relações humanas), podendo no entanto, os trabalhadores apresentarem outro ou outros nomes que considerem válidos e inscritos nos requisitos acima citados.

2 - Eleição

- 2.1- De entre os nomes propostos devem ser escolhidos, por voto secreto e pelos camaradas de profissão (e/mais de três meses na secção), elementos necessários para o preenchimento das vagas.
- 2.2- Esta eleição é reservada apenas aos operativos e não devem participar os propostos.
- 2.3- Havendo dois ou mais candidatos que obtenham igual número de votos e sendo os mesmos em número superior às vagas existentes, serão apurados por ordem decrescente de antiguidade na empresa.

3 - Estágio

- 3.1- Os eleitos para o preenchimento das vagas existentes, devem ficar em regime de estágio num período nunca inferior a 2 meses, nunca superior a 4 meses, condicionado o tempo máximo à data do início do curso a efectuar pela escola de formação.

Devendo, no entanto, auferir a remuneração que corresponde à função que desempenhar.

NOTA: A orientação na fase inicial do "estágio" será defenida na própria secção, atendendo às suas particularidades de organização e de trabalho que realiza.

- 3.2- Findo o estágio e antes da frequência do curso, o chefe da secção, a chefia e os camaradas de profissão, pronunciar-se-ão se o (s) eleito (s) deram provas de desempenho da função e/ os requisitos citados em 1.2, devendo os delegados sindicais da secção anotar o resultado.

4 - Exame Psicotécnico

Após a entrada em estágio devem os eleitos efectuar o exame psicotécnico. Caso se verifique no exame "não apto" deve ser posto à consideração tal resultado quando do pronunciamento citado em 3.2.

Nota: Deve a escola de formação comunicar às chefias das diversas secções a data de início de curso de operários-chefes, com uma antecedência que permita, que cada secção interessada possa planificar ordena-

damente possíveis vagas a preencher e, de forma a cumprir as con-^B
dições referidas no ponto 3. (estágio).

B - Encarregados

1 - Preenchimento de Lugares Vagos

- 1.1-As vagas na categoria de encarregado ocorridas em cada secção serão preenchidas por operários-chefes pertencentes à mesma secção.
- 1.2-Nas secções onde ocorra qualquer vaga deve a chefia máxima (chefe de secção e encarregados gerais) propor pelo menos o dobro de nomes que consideram necessários e aptos numa completa análise (competência profissional, sentido de organização e relações humanas) podendo os votantes ratificar a proposta apresentada no sentido de propor um ou mais elementos, que a maioria dos votantes considerem inscritos nos requisitos atrás referidos.

2 - Eleições

- 2.1-Na eleição de qualquer operário-chefe para promoção a encarregado devem participar o mesmo número de operários que operários-chefe.
- 2.2-Dos operários-chefes a votar não devem ser incluídos os que estejam propostos.
- 2.3-O número de operários que participem na votação devem ser escolhidos nos diferentes locais de trabalho pelos seus camaradas.
- 2.4-A votação deve ser feita por voto secreto onde seja mencionado o número de elementos para preencher as vagas.

3 - Estágio

- 3.1-Os eleitos para o preenchimento das vagas existentes, devem ficar em regime de estágio num período nunca inferior a 2 meses, nem superior a 6 meses, devendo, no entanto, auferir a remuneração, que corresponde à função a desempenhar.
- 3.2-Findo o estágio, a chefia e os operativos devem pronunciar-se se o (s) eleito (s) deram provas de desempenho da função com os requisitos citados em 1.2, devendo os delegados sindicais da secção anotar o resultado.
- 3.3-Não há lugar a exame psicotécnico.

NOTA: A orientação na fase inicial do "estágio" será definida na própria secção atendendo às suas particularidades de organização e de trabalhos que realiza.

Mitreña, 10/11/75

O Grupo de Trabalho

Brasiguera
12/11/75

[Assinatura]
22/11/75

[Assinatura]
10/11/75

[Assinatura]
10397

DE 16.10.75

X 156 24

Presentes: Soldados, Deficientes das Forças Armadas, Trabalhadores da Rádio Renascença e Republica

Ordem de Trabalhos:

1. Informações e análise da situação
2. Formas de ultrapassar a presente crise
3. Orientação e definição de esquemas eleição novo CTS

Referindo-se ao 1º ponto, um elemento da mesa começou por citar a "Carta aos Trabalhadores" e o porquê da saída das respostas por parte dos órgãos representantes dos trabalhadores.

Analisou também a situação do mercado de construção e reparação naval; baseando-se em diversos factos como, por exemplo, numa entrevista dada em Fevº 75 pelo Eng. Álvaro Barreto que afirmou além de outras coisas ter a nossa dependência do mercado externo passado de 91% para 96%, o que dava mostra dos inúmeros problemas que isso nos trazia. Referiu contactos entre CTS e CDTLisnave dos quais resultou uma análise conjunta que oportunamente foi divulgada aos trabalhadores e que concluía a previsão do agravamento da crise, pelo que foi respondido nos comunicados-resposta de que não era novidade nenhuma a situação que o Eng. Moura Vicente vinha agora pôr.

Citou também pormenores dos contactos para assinatura do acordo Lisnave/Setenave que só veio a ser assinado numa reunião tida com o Ministro da Indústria. Entretanto não há movimentos relativamente a este acordo, pelo que não se sabe se ele efectivamente ainda está em vigor.

Relatou as diligências para a criação do Dep. da Indústria Naval que, neste momento, se encontra na gaveta, assim como todas as dificuldades para se pôr em prática o Comissariado da electro-metalomecânica, que tem sido boicotado, tendo-se sabido na manhã de 16/10/75 que o decreto tinha sido reprovado na generalidade e especialmente contestado (curiosamente por Ministros que nada têm a ver com o assunto) pelos seguintes Ministros: Almeida Santos - Comunicação Social; Victor Constâncio - secretário de estado das finanças; Magalhães Mota - comércio externo; Walter Rosa - transportes. Foi ainda referido o caso SANKO que exige garantias do Governo e Administrações para poder mandar os seus navios a reparar em Portugal.

Período de intervenções:

O 1º interveniente começou por criticar a falta de informação aos trabalhadores pelo CTS, passando depois à análise da situação grave da empresa, no que respeita à falta de trabalho. Adiantou que se poderiam encarar hipóteses como: redução de horário, redução de vencimentos, contactos directos com clientes, que poderiam debelar a crise económica da empresa. Perguntou ainda se o CTS tinha acesso fácil à documentação. O elemento do CTS respondeu à última questão, dizendo que o acesso a documentação que exigia, normalmente tem sido satisfeito.

O interveniente seguinte fez uma exposição sucinta sobre o que considerava "brincadeiras da burguesia" no processo actual a que se deveria contrapor, como resposta eficaz, A DITADURA DO PROLETARIADO.

Houve também intervenções quanto à incapacidade de um governo burguês governar, procurando situar a crise internacional do capitalismo como factor principal.

Um outro operário interviu analisando a Carta da Administração, referindo que apesar do Sr. Administrador ter dito que a sua carta era apolítica, não a considerava assim, achando-a até carregada de política. Terminou a sua intervenção pedindo uma unidade ANTI-FASCISTA PARA A DITADURA DO PROLETARIADO.

Surgiu nesta altura um requerimento para que não fossem permitidas intervenções partidárias, que foi aprovado por unanimidade.

Na sequência de intervenções, surgiram questões sobre qual deveria ser a tomada de posição dos trabalhadores da Setenave face às exigências dos armadores, como se tinha processado a viagem ao estrangeiro de um elemento do CTS e ainda o porquê da compra fora do estaleiro de um ecran para projecção e qual a verbagasta pelo CTS.

Foi respondido respectivamente que como a carta da SANKO tinha sido dirigida à Lisnave e os trabalhadores desta empresa ainda não tinham tomado posição, deveria talvez

aguardar-se que ela surgisse; foi explicado que a viagem à Bélgica tinha surgido por parte da Associação Portugal-Bélgica e que vinha na sequência de solidariedade com o nosso povo e as nossas lutas, permitindo assim uma correcta informação do que cá se passava. Referido também que as despesas correram totalmente por conta desta Associação, Quanto ao ecran, com efeito não se tinha posto ao CTS a possibilidade de ele ser feito no estaleiro.

Relativamente às verbas gastas pelo CTS, tinha sido recebido recentemente o extracto mencionando cerca de 400 contos. No entanto esta verba teria de ser ainda analisada, dado que parecia ter ainda contas do anterior CTS.

Foi feita uma exposição por um delegado sindical sobre a análise da situação no estaleiro, clima de boatos que não deveriam ser tomados como correctos, pois que eles tinham a intenção de dividir os trabalhadores. Iguamente este elemento fez uma auto-crítica em nome dos delegados sindicais, afirmando, no entanto, que a maior parte dos seus erros se deviam aos inúmeros problemas que tinham de resolver, muitos deles não lhes cabendo necessariamente mas aos órgãos gestores da empresa.

Foi entretanto aprovada uma moção que referia concretamente que os trabalhadores se deveriam preocupar mais com os gastos da Administração, como gasolina, despesas superfluas, carro deixado gripado em Paris, do que com os gastos do CTS.

Foi também aprovada por aclamação a proposta de CANCELAMENTO do material requisitado para o funcionamento do OMI, assim como a proibição de entrada no estaleiro do capitão QUE VIRIA PÔR EM PRÁTICA ESTA ORGANIZAÇÃO.

Entrando na análise do 2º ponto, foi citada a falta de trabalho, como causadora de uma certa anarquia e de consequente clima instável que, por sua vez, é provocada pelo BOICOTE ECONÓMICO dos PAÍSES CAPITALISTAS.

As soluções são diferentes para os capitalistas e para os trabalhadores.

Assim, para os 1ºs a solução passa pelo regresso do fascismo. Para os 2ºs ela passa pelo controlo operário que prepara a tomado do poder que, no entanto, não devera ser compreendido com quaisquer formas de co-gestão ou auto-gestão, dado que vivemos ainda numa sociedade capitalista. Referido, no entanto, que a burguesia tenta particularmente impôr a co-gestão como forma de comprometer os trabalhadores no seu esquema. O controlo operário deverá ser feito a partir das bases para controlo da gestão da empresa.

Esta intervenção veio a terminar dizendo que a solidariedade dos capitalistas se deveria opôr a solidariedade proletária.

ORDEM E DISCIPLINA AO SERVIÇO DA BURGUESIA: Não - ORDEM E DISCIPLINA AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES: Sim.

Foi aprovada por unanimidade e aclamação a seguinte proposta:

- Considerando que a publicação da carta aos trabalhadores e a proposta de plataforma de controlo e comunicação feita pelo Administrador Moura Vicente poderiam ter contribuído para uma detioração das relações entre trabalhadores no seio da empresa, Propõe-se:

- 1º O repúdio do esquema de co-gestão apresentado na plataforma de controlo e comunicação, ou qualquer outro (como autogestão) que tencione comprometer os órgãos representativos dos trabalhadores na responsabilidade das decisões que cabem à administração,
- 2º O repúdio de todos os sistemas de carácter repressivo que possam dificultar a realização das tarefas que só aos trabalhadores cabem na construção de uma sociedade socialista,
- 3º Que os trabalhadores façam sentir à Administração a necessidade de que esta tome iniciativas relacionadas com os problemas que neste momento mais afligem os trabalhadores nomeadamente a falta de trabalho que serão como sempre bem recebidos.

No 3º ponto da ordem de trabalhos, previa-se a discussão sobre formas de eleição do novo CTS, face à demissão do actual. Surgiram na mesa 10 propostas que não diferiam muito umas das outras, embora umas propusessem eleições por listas e outras eleições por bases a partir de um programa de controlo operário. Após várias discussões sobre a oportunidade de umas e outras, veio a ser aprovada a última proposta ou seja: eleição de um CTS por bases, acompanhado de um programa de controlo operário, ficando marcado o dia 23/10/75 como último dia para recepção de programas.

Foram entretanto aprovadas diversas moções que passamos a referir.

Proposta:

Proponho que os trabalhadores desta empresa exijam ao governo uma resposta definitiva sobre a nossa situação. Que seja fixado um prazo para essa resposta. Se não for dada resposta no prazo fixado, os trabalhadores arrancarão todos em fato de macaco para Belém, exigir trabalho ou processo de reconversão.
Esta proposta foi aprovada por aclamação.

Moção:

Os trabalhadores da Setenave, presentes em plenário de 16.10.75 solidarizam-se com a luta dos trabalhadores da Rádio Renascença, com a luta dos Deficientes das Forças Armadas, com a luta dos trabalhadores da Republica, com o avanço da unidade dos soldados, marinheiros, camponeses e operários, rumo ao socialismo e repudiam todas as medidas que têm sido tomadas e que venham ainda a ser decretadas pelo 6º GOVERNO que tenham a intenção de calar as vozes dos oprimidos e explorados deste país.
Exigem a reabertura da Rádio Renascença, a solução do problema dos Deficientes das Forças Armadas, o aval ao Republica e a concretização da reforma agrária.
APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

Foi lida uma moção por um elemento do Quartel Geral de Adidos que propunha a realização próxima de um plenário misto de soldados, marinheiros, CTs e CMs. Seguidamente explicaram a sua luta os Deficientes das Forças Armadas acabando por ler um comunicado-moção que foi aplaudido calorosamente de pé. Interveio também um trabalhador da Rádio Renascença que explicou sucintamente os factos que levaram ao fecho da emissão e posterior selagem. Terminou apelando para a concentração de operários na Buraca. Foi também aplaudido calorosamente de pé. Um elemento do REOQ referiu que a delegação que tinha sido prevista para vir a este plenário tinha sido boicotada e impedida de sair (REPÚDIO DA ASSISTÊNCIA). Alguns soldados tinham saído, mesmo sem autorização porque tinham o máximo interesse em participar dos problemas da classe operária (APLAUSOS CALOROSOS). Finalmente foi lido o apelo dos soldados presentes na reunião do dia 15/10 em Lisboa que pedia a comparência de todos na Buraca, citando entre outras palavras de ordem "VIVA A JUSTA LUTA DA RÁDIO RENASCENÇA". O CTS informou os presentes de que iria dar uma conferência de imprensa para esclarecimento do que se passa na empresa, a todo o povo.
A reunião terminou com um veemente "VIVA A CLASSE OPERÁRIA".

O CTS e DELEGADOS SINDICAIS,

M. Gonçalves 10.012
Luís Borges 73747
A. Jorge 73394
Jaime Gonçalves 72736
Alberto - 72410

Informam-se os trabalhadores de que existe um grupo a trabalhar no sentido de se conseguir um jardim de infância para os filhos dos trabalhadores da Setenave, pelo que os interessados se devem dirigir ao Serviço Social ou ao Gabinete dos Delegados Sindicais.

COMUNICADO

27

Agravam-se as condições de vida do povo português: despedimentos em massa, milhares de contratados a prazo, 150.000 trabalhadores com salários em atraso, novos aumentos brutais do custo de vida, sobretudo nos bens de primeira necessidade, ataque às liberdades sindicais e políticas. É esta a política do governo PS/PSD que vai intensificar as medidas anti-populares, pois assim o exigem os sectores mais reaccionários da burguesia portuguesa e o imperialismo americano através do FMI.

A Setenave não foge à regra. Não pagam os salários em atraso, querem até diminuir os ordenados, mas já há dinheiro (ou será que depois também não vão pagar?) para dar indemnização aos que se despeçam "voluntariamente". Há milhares de contos para lançar no desemprego centenas (ou milhares) de trabalhadores, para dar uma "esmola" a quem se ofereça para ficar desempregado.

CAMARADAS: se outras provas não houvessem, esta seria suficiente para se ver que as medidas do governo são políticas e não económicas. O governo age no sentido de reconstituir os grupos monopolistas, tornar o país ainda mais um paraíso para os grandes tubarões da finança e da indústria.

Ter à sua disposição um grande exército de desempregados, sempre foi sonho de qualquer capitalista. Com isso baixam os salários, procuram impedir a perca de regalias, aumentam a exploração, aumentam os seus lucros. Despedem e depois jogam com a polivalência e com os empreiteiros, isto é, trabalha-se quando há trabalho recebendo uma miséria, quando não há vai-se para casa e passa-se fome. E o capital é insaciável. Em Janeiro/83, na Setenave, diziam que era necessário acabar o 106 e reter 6% dos salários para garantir os postos de trabalho; um ano depois isso já não chega! Na Lisnave,

quando havia 10.000 trabalhadores diziam que era preciso despedir 2000; quando os efectivos passaram para 8000 continuavam a dizer que eram necessários os 2000 despedimentos, e hoje que são 6000 ainda há que despedir 2000!! entre tanto aqueles que tiveram a reforma antecipada não recebem desde Agosto!

CAMARADAS: a luta da classe operária é pelo direito ao trabalho, a pão, por uma vida digna para os nossos filhos. Saibamos então distinguir, quando a burguesia nos oferece um rebuçado, quais são as suas verdadeiras intenções.

É necessário lembramo-nos de que esta política está a ser seguida em todo o país. Se em cada empresa os trabalhadores não a impedirem, o futuro da classe operária será de passar fome, pois uma vez desempregados não só não se conseguirá encontrar trabalho noutras empresas, como aumentará o número de trabalhadores "ao buscato" ou com pequenos negócios que neste regime não têm viabilidade, e as indemnizações que são dadas, com o agravar do custo de vida, darão para subsistir apenas alguns meses. E depois?

A UDP apela a todos os trabalhadores da Setenave para não se deixarem iludir com este engodo. Preparemo-nos sim para lutar contra as medidas deste governo, contra a política de fome e de miséria deste regime.

Com a nossa luta, forjemos a unidade entre todos os explorados, combatamos a desmoralização em que caem alguns sectores, unifiquemos as lutas de todos os trabalhadores pela realização de uma greve geral nacional contra o desemprego.

- PELO DIREITO AO TRABALHO, NÃO AOS DESPEDIMENTOS, NÃO AO LAY-OFF!
- PELO PAGAMENTO DOS SALÁRIOS EM ATRASO!
- GREVE GERAL CONTRA A FOME E O DESEMPREGO!
- GOVERNO PS/PSD PARA A RUA!

Mitrena, 20/2/84

O Secretariado do núcleo UDP/Setenave

155
Radio Renascença

A RADIO RENASCENÇA A FUNCIONAR, JÁ!

Após as ocupações das estações da Rádio e Televisão, tornou-se claro aos olhos do Povo português a manobra do Governo no intuito de simplesmente calar a voz da R.R.

O Governo da burguesia debatendo-se com contradições insolúveis, não tendo o apoio dos soldados, tenta resolver por métodos administrativos o que já não consegue com as armas dos soldados. Manda selar as instalações da Buraca no intuito de levar os trabalhadores da R.R. a ocupá-las isolados do Povo, para arranjar justificação para a intervenção das forças repressivas (AMI e alguns comandos).

Os operários, os camponeses, todos os trabalhadores fardados ou não sabem o que significa no decorrer destas semanas não termos tido a voz de uma emissora ao seu serviço.

A luta da R.R. é porta-voz vital para os órgãos da vontade popular.

À provocação com a selagem as massas trabalhadoras e várias unidades militares responderam com a presença imediata no emissor da Buraca.

Em plenário, realizado no dia 16, à noite, junto desse emissor foram aprovadas duas propostas, pelas comissões de trabalhadores, moradores e comissões de praças presentes. A primeira, a convocar para a próxima terça-feira uma manifestação com concentração em Sete Rios, às 19.30. A segunda proposta defende a permanência em acampamento na Buraca com piquetes de moradores, trabalhadores e soldados, para guardar as instalações, ficando essa segurança a cargo das 8 unidades militares representadas no plenário.

Camarada, defende as tuas conquistas. Organiza piquetes de apoio aos soldados e trabalhadores que estão no acampamento levando-lhes alimentos para que eles se possam manter firmes.

Discute a questão R.R. com os teus camaradas e mobiliza-os para a defesa das nossas conquistas.

TODOS À MANIFESTAÇÃO 3ª FEIRA ÀS 19.30 EM SETE RIOS!

As comissões participantes no plenário



setenave

Estaleiros Navais de Setúbal, S. A. R. L.

154³⁰

COMISSÃO ADMINISTRATIVA

ORGÃOS REPRESENTATIVOS DOS TRABALHADORES

ESQUEMAS DE CONTROLE E COMUNICAÇÃO

(PROPOSTA DE PLATAFORMA)

1 - ENQUADRAMENTO BÁSICO

1.1 - Estatuto da empresa

Empresa pública com património de propriedade do Estado, isto é, da colectividade em regime de transição para o socialismo.

1.2 - Objectivos da empresa

Genéricos :

- a) - Contribuir para a produção industrial, o desenvolvimento do País e a dinâmica do processo político-social.
- b) - Satisfação das aspirações mais profundas dos trabalhadores, nomeadamente quanto ao seu controle da produção e à estabilidade social.
- c) - Autonomia administrativa e financeira.
- d) - Produtividade e eficiência elevadas a todos os níveis e apreciável qualidade de produção e serviços.
- e) - Reinvestimento no sentido da criação de maior número de empregos.
- f) - Plena integração nas orientações dos poderes constituídos, designadamente quanto a política do sector e a coordenação com actividades industriais congêneres e outras.

Específicos

Construção e reparação naval; obras terrestres; equipamento para off-shore; desmantelamento naval; prestação de serviços portuários e outros terrestres e marítimos de natureza industrial.

.../

ESTOU A PERDER
TERRENO.
TENHO DE REDU-
ZER.

A MALDIÇÃO
DA
SETENAVE

M. TERESA S. ROSA

AL-AL-AL-AL-AL
A REDE NÃO PASSA
SOB TARESA EU
VOU VER SE ME VOU



Quem Assina!
A PIPE?



AOS TRABALHADORES DA SETENAVE

1. Em relação com a minha Carta informativa da situação real da Setenave tomou-se conhecimento dos 3 primeiros comunicados do CTS e Delegados Sindicais, os quais mereceram, na generalidade, a minha qualificação de oportunos por, sobretudo, abrirem um diálogo construtivo sobre as dificuldades da Setenave.

Na reunião com o CTS e Delegados Sindicais, de 5.^a feira dia 9, esse diálogo foi, aliás, abundante e adequado a uma troca de impressões que me pareceu franca, informativa e positiva como resposta ao meu apelo de colaboração. Daí ter avançado com uma Proposta de Controle da Empresa pelos trabalhadores, dentro de um Plano de Acção para o 4.^o trimestre de 1975. Solicito os trabalhadores para a leitura do relato gravado desta reunião, cuja divulgação ficou a cargo do CTS, em que procurei desfazer equívocos e completar a informação constante na Carta.

2. Quanto lamento, pois, que depois de parecer estabelecida uma importante linha de comunicação, um entendimento a todos os títulos essencial, veja ser divulgado um 4.^o comunicado pleno de acusações, insinuações e maus entendidos, que não conduzem, de forma alguma, a um indispensável clima construtivo na Setenave.

3. A Carta aos trabalhadores era o retrato de uma situação real da empresa. Era um lamento e uma contestação ao clima de trabalho. Era um apelo à consciência dos trabalhadores. Era uma comunicação e um convite ao diálogo.

A Carta não era um documento político; não continha intenções do Capital; não representava nenhuma Orquestração; não pretendia relevância jornalística (dada sem meu conhecimento e sem minha iniciativa); não sugeria repressão; não tinha ligação com organizações militares; não comentava os acordos económicos com países do Ocidente ou do Leste.

Mas, também, a Proposta de Controle da Empresa - divulgada pelo CTS sem a 1.^a página onde se sugerem os objectivos da Setenave na colectividade - é um projecto, uma exemplificação, uma tentativa de materializar a 2.^a fase do Plano de Acção.

A Proposta não é uma imposição; não é uma responsabilização dos trabalhadores nas decisões de gestão; não é a co-gestão quando se convidam trabalhadores para observar e acompanhar os trabalhos da Administração e Direcções.

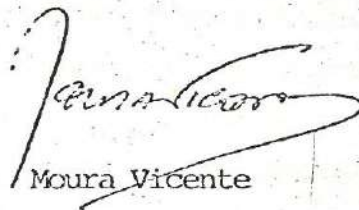


4. Os termos do 4º Comunicado e de documento paralelo divulgado na empresa, sugerem ou propõem um voto de desconfiança dos trabalhadores no Administrador.

Se essa é a intenção de um grupo de trabalhadores melhor será que se o diga abertamente e que o se discuta na Assembleia Geral de Trabalhadores, marcada para o dia 16. Não sei trabalhar na dúvida e na incerteza; nem tão pouco com meias verdades; nem, ainda, entre comunicados palavrosos.

Reafirmo a independência política na minha actuação de Administrador na Setenave; confirmo a situação grave da empresa e as diligências em curso, citadas na Carta, para a superar; mas, apelo, uma vez mais, para o bom senso, a actividade eficaz, a colaboração interessada, o respeito às regras, enfim, a estabilidade do clima de trabalho.

O Administrador



Moura Vicente

A "CARTA ABERTA AOS TRABALHADORES" veio definir claramente as intenções do CAPITAL de desencadear a ofensiva que lhes permita retomar o controlo para reprimir os trabalhadores, única solução que o capital encontra para continuar a manter os seus privilégios.

A ORQUESTRAÇÃO ESTÁ EM MARCHA. Os jornais Expresso, Luta, Jornal Notícias, dão a devida relevância à "Carta aos Trabalhadores" de molde a preparar as fases seguintes de actuação do capital, para subjugar a classe operária, pressionando a opinião pública e o governo.

As fases seguintes da orquestração são fáceis de se prever se considerarmos que: a única forma que o capital tem de travar o avanço das lutas dos trabalhadores em Portugal, é a repressão.

É neste contexto que aparece o famigerado AMI e o OMI - organização militar nas empresas - que está a ser reconstruído para entrar em funcionamento quando os trabalhadores se encontrarem completamente divididos e confundidos por toda a campanha desencadeada pelo capital com este objectivo.

Surgirão entretanto as "AJUDAS FINANCEIRAS" dos "AMIGOS CAPITALISTAS DE PORTUGAL" - CEE e Mercado Comum - ajudas financeiras que não são mais do que verdadeiros investimentos. Não é o lucro que estes investimentos poderão ter em Portugal, mas que nós (trabalhadores portugueses) teremos que pagar em DUPLICADO, que interessa aos países capitalistas, mas sim um investimento que possibilite a um governo burguês reprimir os trabalhadores de forma que a sua luta sirva de exemplo aos trabalhadores dos países da Europa e do Mundo.

É nesta linha ainda que surge a proposta de organização (Proposta de plataforma) com o objectivo de responsabilizar os trabalhadores (seus órgãos representativos) nas decisões que cabem exclusivamente à Administração e Direcção.

Consideramos que alinhar já numa proposta deste género, mesmo que fosse para controlar, em nada adiantaria, uma vez que não existe uma verdadeira organização de controlo operário, a nível de bases.

É por aí que temos de começar.

CAMARADAS: vamos discutir propostas de organização para um controlo operário onde seja possível controlar completamente, de alto a baixo, a empresa.

O controlo operário deve ser exercido sobre o CAPITAL, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS TÉCNICOS E HUMANOS, de acordo com os interesses da classe operária na construção da sociedade socialista.

Divulgamos, no entanto, a proposta da Administração para que dela os trabalhadores tomem conhecimento.

CONVOCAMOS TODOS OS TRABALHADORES PARA UMA ASSEMBLEIA GERAL NA PRÓXIMA 5ª FEIRA, DIA 16/10. ÀS 15h com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações e análise da situação
2. Formas de ultrapassar a situação presente
3. Orientação e definição esquemas de eleição do novo CTS

O CTS apresenta a sua demissão, mas manter-se-á em exercício até que seja eleito novo CTS.

Serão divulgadas todas as propostas que aparecerem no CTS, até 2ª feira de manhã, 20/10/75.

(Convocam-se todos os Deleg. Sindicais e CTS para uma reunião amanhã, dia 14/10, pelas 13h30 para discussão da proposta da Administração.

13/10/75

O CTS e Delegados Sindicais,

Assinatura: 73374
 Assinatura: 73374
 Assinatura: 73374
 Assinatura: 73374



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

/...

2 - CONTROLE DA EMPRESA PELOS TRABALHADORES

2.1 - Actividade global

2 representantes dos trabalhadores fariam parte integrante da Comissão Administrativa (composta por 3 vogais nomeados pelo Governo), com idênticos poderes e obrigações (1) ou com papel de observação e acompanhamento dos trabalhos e decisões da Comissão.

Às reuniões da Comissão serão trazidos, por um qualquer dos seus membros, os problemas que são da sua competência de decisão.

2.2 - Actividade das Direcções

2 representantes dos trabalhadores participariam nas reuniões de cada Direcção com papel activo ou como observadores.

Nas reuniões de Direcção serão inscritos os problemas pertinentes da sua actividade e que forem apresentados por um qualquer dos gestores ou trabalhadores que a elas assistirem.

Em qualquer dos níveis, admite-se que cada um dos trabalhadores mencionados representariam o Conselho de Trabalhadores e a Assembleia de Delegados Sindicais.

3 - COMUNICAÇÃO NA EMPRESA ENTRE A C.A. E TRABALHADORES

3.1 - Reuniões gerais com CTS e ADS

Realizar-se-ão, conjuntamente com ambos órgãos de trabalhadores, com frequência semanal, agenda previamente preparada e relato sistemático a ser divulgado por todos os trabalhadores.

A estas reuniões serão trazidos a discussão todos os problemas que não tenham encontrado resolução a nível de serviços.

Igualmente, nestas reuniões serão sistematicamente dadas informações de interesse maior sobre a actividade da empresa.

(1) - Esta proposta está sujeita à homologação do Governo, uma vez que é este que nomeia os vogais da Comissão Administrativa.



A participação activa nas reuniões está reservada aos membros da Comissão Administrativa ou dos órgãos representativos dos trabalhadores ou, ainda, de quem for chamado para apoiar a realização dos trabalhos inscritos em agenda.

3.2 - Informação geral aos trabalhadores

Por sistema descentralizado e utilizando os meios escritos, serão transmitidas sistematicamente aos trabalhadores as informações relevantes sobre a evolução da empresa, bem como a regulamentação que tiver sido aprovada.

Admite-se a realização de plenários com a Comissão Administrativa sempre que os órgãos de trabalhadores os julgarem oportunos.

Considera-se ainda adequada a realização de reuniões informativas sectoriais sempre que, igualmente, os trabalhadores ou seus órgãos representativos ou, ainda, os gestores as entenderem oportunas.

Como princípio básico a comunicação far-se-á de forma organizada e sistemática, com pleno respeito pelos canais estabelecidos, centros de decisão da estrutura empresarial e órgãos representativos dos trabalhadores.

Mitrena, 9 de Outubro de 1975

Moura Vicente

)

Retomamos, para finalizar, a análise à carta da Administração, no 5º ponto que refere o processo acelerado de desagregação, assim como a sua imensa capacidade produtiva, os seus 3,5 milhões de contos de investimento e os seus milhares de postos de trabalho.

O Eng. Moura Vicente pergunta: A QUEM APROVEITA ESTA CATÁSTROFE?
E responde: A NINGUÉM.

Mas nós não pensamos assim.

Ontem, dia 9.10.75, foram o CTS e Delegados Sindicais, convocados pela Administração, ou melhor pela Comissão Administrativa que afinal não existe e isto é informação fornecida ontem pelo Administrador Moura Vicente, porque o decreto da nomeação da Comissão Administrativa, saído esta semana, não se pode concretizar dado que o Cte. Amaral está demissionário e, como era uma das 3 pessoas que constituíam a Comissão Administrativa, além do Eng. Moura Vicente e Dr. Hugo de Jesus, esta comissão só pode funcionar com um mínimo de 3 pessoas, pelo que se aguarda nomeação oficial de outro elemento.

Nesta reunião, da qual sairá acta, e depois de discussão pudemos chegar à conclusão - trabalhadores e administração - de que efectivamente existe um boicote económico à Setenave e a nível nacional, sendo esta uma das razões que justificam a falta de trabalho.

Perguntamos: Porque é feito um boicote económico a Portugal por países capitalistas da Europa e da América? Que nós saibamos, um boicote económico não é forma de auxiliar um país no desenvolvimento das suas potencialidades industriais e económicas. O boicote económico é sempre desencadeado para criar ou acelerar a desagregação de todos os sectores de economia de um país.

Concluimos que quem se aproveita da verdadeira catástrofe da Setenave e do seu PROCESSO ACELARADO DE DESAGREGAÇÃO são os países que fazem o boicote - OS PAISES CAPITALISTAS INTERNACIONAIS.

Mas nós pensamos que a mais alguém interessa a catástrofe e o processo acelerado de desagregação da Setenave e das outras empresas do país.

Interessa às forças reaccionárias que ao mergulharem o país no caos económico, ao colaborar traíçoeiramente com os países que apostaram na destruição de um Portugal para os portugueses.

Portanto convém que o Sr. Administrador não tente iludir os trabalhadores, alegando que a ninguém interessa o processo acelerado de desagregação da Setenave e que a actual situação da empresa seja fruto de um acaso de fatalidade histórica.

O 6º ponto, os SE(s) do Administrador Moura Vicente, partindo da análise do 5º ponto e que já vimos estar errada, coloca aos trabalhadores algumas condições que, no entender do Sr. Eng. Moura Vicente, terminariam com a desagregação da empresa.

Diz o Administrador: Se uma última palavra me é possível para congregar as boas vontades, o esforço dedicado, o trabalho activo e produtivo de todo o pessoal da Setenave - A HORA CHEGOU.

Neste ponto, Sr. Administrador, estamos de acordo e não são os trabalhadores que se recusam a congregar as boas vontades, a dar o seu esforço dedicado, a fazer um trabalho activo e produtivo se houver:

- 1 - trabalho
- 2 - organização, equipamento e material para fazer esse trabalho

Diz ainda o Sr. Administrador: Se um último gesto para travar o desinteresse de muitos trabalhadores, as demissões dos gestores, a partida de operários - A OPORTUNIDADE É AGORA.

A isto respondemos que nunca haverá um último gesto para travar o desinteresse dos trabalhadores; que as demissões dos gestores, os trabalhadores não entendem e que a partida dos operários se deve à sua deformação de serem incapazes de vir para a Setenave só para almoçar.

O último se do Administrador é uma última tentativa para a reorganização da empresa, o ajustamento das suas produções, a obtenção das encomendas indispensáveis, a reconquista das confianças perdidas, a consolidação técnica do estaleiro - AMANHÃ SERÁ TARDE.

Nós trabalhadores pensamos que sim. Aguardamos com expectativa, reafirmando o interesse dos trabalhadores em colaborar, desde que sirva os interesses da classe a que pertencem - A CLASSE OPERÁRIA.

Diz o Administrador, no 7º ponto, que tem de haver condições e regras a estabelecer e a cumprir.

Nós sempre temos definido as nossas condições e reafirmamos uma vez mais que não pode ser através de conciliação de classes (que a luta de classes é uma realidade e não pode nunca ser abstraída, porque se isso suceder a classe operaria perderá o norte que orienta a missão histórica que lhe cabe de acabar com a exploração do homem pelo homem, que passa pela tomada do poder) como pretende o Sr. Administrador e o Sr. Delegado do Governo quando diz ser necessário haver entendimento desde a extrema-direita à extrema-esquerda-

Acerca das condições ou regras a estabelecer e a cumprir, o Administrador fez ontem uma proposta de organização que será divulgada a todos os trabalhadores da empresa, assim como outras propostas dos delegados sindicais e conselho de trabalhadores, para serem discutidas e aprovadas pela classe em Assembleia Geral de Trabalhadores.

O CTS e Delegados Sindicais,

VIVA A DISCIPLINA PROLETÁRIA !

ABAIXO A REPRESSÃO !

Jaime Propilhorcas
72735

Guilherme 70.012

Substancia
73747

H. J. J. J. 73324

J. J. J. 72410

Retomando a análise à CARTA DA ADMINISTRAÇÃO, o 2º ponto refere diligências, novamente sumárias e pouco claras das actuações da Administração.

Sobre este assunto, vêm o CTS e Deleg. Sindicais informar que há 3 meses atrás têm vindo a pedir à Administração que diga as formas possíveis de reconversão na Setenave, porque as sugestões que fizemos foram sempre combatidas pela Administração como impossíveis.

Sugerimos há alguns meses atrás que se fizesse um estudo sobre a construção de plataformas de prospecção de petróleo. Responderam-nos que era um mercado muito explorado e com poucas hipóteses para a Setenave. Viemos a verificar com surpresa e pelo acaso de termos reuniões com a Comissão de Trabalhadores da Sorefame, que esta comissão descobriu na sua empresa um protocolo de acordo que não sabemos se já está assinado e datado de 27.8.75, acordo entre a Setenave e Sorefame para construção de plataformas de prospecção de petróleo.

O CTS DESCONHECIA ESTE ACORDO.

Sugerimos à Administração que se estudasse a possibilidade de desmantelamento de navios, uma vez que a Siderurgia Nacional está a comprar sucata ao estrangeiro por preços elevadíssimos. Foi-nos respondido que NÃO ERA RENTÁVEL.

No entanto parece-nos haver um estudo sobre este assunto por parte da Administração. NÃO ESTAMOS INFORMADOS.

Sugerimos ainda que fosse feito um estudo sobre a possibilidade de reconversão da empresa para construção de navios de menor tonelagem. Pensamos que este estudo está a ser feito. NÃO ESTAMOS TAMBÉM INFORMADOS.

Uma das ideias que ressalta da CARTA AOS TRABALHADORES parece ser nítida pretensão de colocar os interesses da empresa fora do contexto deste sector a nível nacional, quando na realidade a solução para os problemas da empresa nunca poderá ser isolada do sector deste ramo de indústria e dos problemas económicos e políticos do país.

Neste sentido foi criado, durante o 4º Governo Provisório, um comissariado para a Metalurgia Mecânica Pesada que engloba todas as 9 empresas deste sector, de Norte a Sul do país. Este comissariado foi exaustivamente discutido entre as comissões destas empresas e o Ministro da Indústria (João Cravinho) que veio a aprovar e a remeter o decreto-lei ao Conselho de Ministros, tendo vindo a ser aprovado no 5º Governo Provisório. O Presidente da República, que deveria ter feito a aprovação final, não o fez e remeteu o decreto-lei sobre o comissariado para o 6º G. Provisório, encontrando-se neste momento no actual Ministro da Indústria.

Em 25.9.75 o secretariado das comissões da metalurgia-mecânica, reunido com o actual Ministro da Indústria, denunciou o boicote que está a ser feito pelas Administrações à criação deste secretariado que é do máximo interesse para os trabalhadores e para as indústrias da metalurgia-mecânica do país. O Ministro não nos garantiu que o decreto fosse aprovado em Conselho de Ministros do 6º G. Provisório.

A nível de construção naval, também durante o 4º G. Provisório, foi criada uma comissão instaladora para o DIN (Dep. Indústria Naval) que foi contestado logo no início pelas comissões Lisnave/Setenave, a forma como foi criada e os objectivos que pretendia atingir, onde se punha em 2º plano a reestruturação das empresas Lisnave/Setenave/Viana do Castelo. E PORQUÊ? Quando da 1ª reunião com o Eng. Moura Vicente foi feito um convite ao CTS e Deleg. Sindicais para participarem na reestruturação do sector da construção e reparação naval, que estava completamente desligado da recém-criada comissão instaladora. Será que os interesses das grandes empresas nada têm a ver com as pequenas empresas do mesmo sector, tais como: Estaleiros de S. Jacinto, Alfeite, Figueira da Foz, Argibay, etc? (São 144). Este assunto será melhor explicado em Assembleia Geral.

Como resposta ao 3º ponto, o que se pretende fazer entender por DISCIPLINA? TERÃO SILÓ OS TRABALHADORES PORTUGUESES DISCIPLINADOS ATÉ AO 25 DE ABRIL?
Para quem se tenha esquecido do que foi Portugal até ao 25 de Abril, podemos servir-nos do exemplo actual da DISCIPLINADA ESPANHA.

Estamos de acordo que existe um clima indisciplinado na Setenave, mas as razões desse clima, quanto a nós, são sobretudo motivadas pela falta de trabalho, pelas demissões dos gestores das responsabilidades que lhes compete no processo, pelo receio de serem contestados nas atitudes que tomem, quer por desenquadramento no processo político, quer por consciência da sua reduzida capacidade.

A situação nos quadros técnicos é reflexo de uma demissão e incapacidade técnica da Administração que levou a sucessivas substituições e demissões e uma altura houve em que os quadros técnicos (Engenheiros) apresentaram uma carta ao CTS dizendo que não podiam exercer as suas funções cabalmente, uma vez que não existia Administração.

Tal como no 1º ponto da Carta aos Trabalhadores que se refere à situação económica deseperada, também os trabalhadores estão de acordo que o clima de trabalho é de molde a inspirar a maior preocupação. Mas enquanto que a Administração o coloca fundamentalmente em torno da "indisciplina dos trabalhadores da Setenave", os trabalhadores vão encontrar a explicação em outras causas, algumas já acima mencionadas.

No entanto as divergências de fundo julgamos estar no processo ou método de resolver o problema. Os trabalhadores entendem que só através da institucionalização e prática do CONTROLO OPERÁRIO, cujo decreto-lei até já foi feito pelo 5º G. Provisório e agora está na gaveta, é possível avançar isto se nos lembrarmos que toda a gente fala na REVOLUÇÃO RUMO AO SOCIALISMO.

Será que a Administração aposta na solução da ORGANIZAÇÃO MILITAR INDUSTRIAL? Sabemos estar o processo de criação da OMI a decorrer calmamente na Setenava, por despacho de 2.6.75 do Vice-Almirante (Chefe Estado Maior da Armada) e que encontra o seu suporte legal no decreto-lei nº 32.670 de 17.2.1943 e assinado pelos SINISTROS MARECHAL CARMONA, ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR, entre outras destacadas figuras DO DISCIPLINADO REGIME SALAZARISTA?

Para que se tenha uma ideia aproximada do carácter repressivo do decreto-lei 32.670, transcrevemos o seu sumário:

Decreto nº 32.670 - PERMITE AO GOVERNO ORDENAR A ORGANIZAÇÃO MILITAR DE INSTITUIÇÕES, SERVIÇOS OU EMPRESAS DE CARACTER PÚBLICO OU PRIVADO COM O FIM ESPECIAL DE ASSEGURAR A PRESTAÇÃO DE TRABALHO E O REGIME DE PRODUÇÃO QUE PARTICULARMENTE INTERESSA AO REGULAR ABASTECIMENTO DAS FORÇAS MILITARES OU DO PAÍS, À MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES NORMAIS DE VIDA E À DEFESA DA ECONOMIA NACIONAL.

Este decreto será afixado na sua totalidade em locais facilmente acessíveis a todos os trabalhadores para que dele tomem conhecimento.

O CTS e Delegados Sindicais,

VIVA A DISCIPLINA PROLETÁRIA!

ABAIXO A REPRESSÃO!

Handwritten signatures and numbers:
Guarise 70.012
Aquelata 70564
Joaquim 72736
Pedro 70434
Sampaio 70410
70411
72410
73394
70429

Handwritten signature and number:
73747

9.10.75

A carta aos trabalhadores da Setenave é um documento que tenta fazer uma análise à situação geral da empresa, segundo a óptica da Administração.

Os Delegados Sindicais e o CTS reconhecem que essa carta contém pontos positivos que são, desde já, para tomarem conta e para se avançar nas soluções que a empresa requer. No entanto, há que fazer rectificações a algumas afirmações e apontar factos e razões que não são mencionados na carta.

Da análise da Administração, tentamos, ponto por ponto, acrescentar algumas considerações que poderão ajudar à compreensão de todo o problema.

1. Estamos de acordo que a situação económica da Setenave é desesperada. Aliás há já vários meses que uma análise conjunta das Comissões de Trabalhadores Lisnave/Setenave sobre a construção naval e datada de 16.6.75, divulgada aos Delegados Sindicais e à Administração e referida em Assembleia Geral de Trabalhadores, dava conta do agudizar da situação da empresa.

Esta afirmação não traz nada de novo e deve ser completada com o seguinte:

NÃO FORAM OS TRABALHADORES QUE FUGIRAM OU PUSERAM O DINHEIRO FORA DO PAÍS, NEM FORAM OS TRABALHADORES QUE DEIXARAM DE FINANCIAR A EMPRESA. As responsabilidades destes actos cabem aos CAPITALISTAS que iniciaram a construção da empresa, isto é, o monopólio da CUF.

Em 17.6.75, data da primeira reunião do Administrador Delegado com os órgãos representantes dos trabalhadores, foi-lhe feita análise da situação e apontadas as preocupações dos trabalhadores da empresa, à qual o Administrador respondeu: "Estando a Setenave numa fase de arranque ela tem condicionalismos próprios. Concorre igualmente para estes factos o regime de transição que vivemos no país" (consta em acta).

No dia 24.6.75, o Administrador Eng. MOURA VICENTE dissertou sobre as ligações Lisnave/Setenave afirmando: "Ser importante a dependência histórica da Setenave em relação à Lisnave, dependência que se traduzia a vários níveis como situação de prestígio no mercado internacional, situação financeira, técnica, aprovisionamento e informática.

Em 1.7.75, em AGT no R3, o CTS informou da grave situação de crise para onde caminhavam as empresas Lisnave/Setenave se não fossem tomadas medidas imediatas por parte das administrações.

Em 10.7.75 saiu um comunicado do CTS uma vez mais afirmando das dificuldades da Setenave

As alíneas a), b), c) e d) da Carta aos Trabalhadores referem problemas relativos à falta das reparações e ao atraso e cancelamento das construções, sendo indicados ainda alguns factores que justificariam essa situação.

Creemos mais uma vez que é necessário dizer mais qualquer coisa.

Como o próprio comunicado diz "estamos dependentes do mercado internacional, tecnologia estrangeira, fornecedores e clientes".

No que toca às reparações a própria carta explica, embora sumariamente, a questão da dependência do mercado internacional, isto é, que devido à situação política concreta do país e devido a um abrandamento de pedidos para reparações é evidente que tudo se conjuga para que essa situação tenha importantes reflexos na Setenave.

No dia 28.8.75 foi exposto ao Ministro da Indústria pelo CTS, na companhia do Administrador Delegado e Delegado do Governo da Setenave a situação de crise no sector da reparação naval. Esta reunião foi motivada por movimentação de trabalhadores da Mecânica relativamente à falta de trabalho nas reparações e, por declarações do Administrador Delegado de que vários contactos feitos pelo Delegado do Governo com o Ministro da Indústria para tentar encontrar uma solução sobre a grave situação da falta de trabalho, não tinha obtido resposta desse mesmo Ministério.

Na reunião de 1.9.75 com o Ministro da Indústria, Delegados do Governo da Lisnave, Setenave, CTS, CDTLisnave e Comissão da Gaslimpo, foi assinado um acordo proposto pela Setenave, já divulgado aos trabalhadores em comunicado onde se faz uma análise da situação das empresas, onde se apontam algumas soluções, como:

- 150 - Projecto A: preparar imediatamente para lançamento em Setembro de uma profunda e ampla campanha comercial
- Projecto B: elaborar imediatamente em cada uma das empresas o estudo da utilização dos factores produtivos, subordinando-a a uma preocupação de racionalização integral que poderá, no limite, conduzir a uma situação de especialização entre reparações para Lisnave e construções para Setenave
- Projecto C: até à conclusão dos projectos referidos e ao apuramento dos respectivos resultados, a Lisnave cederá à Setenave navios para reparações, acautelada uma razoável ocupação dos trabalhadores da Lisnave.

Desejariamos saber se estes acordos estão a ser postos em prática.

Por todos estes acordos, as reparações na Setenave estão totalmente ligadas às reparações na Lisnave, o que tem motivado muita especulação.

A crise que prevíamos há já alguns meses, também atingiu duramente a Lisnave, tal como se pode verificar pelo reduzido número de reparações feitas nos últimos 2 meses, naquele estaleiro.

Por telexes recebidos na Lisnave e Setenave de armadores estrangeiros, verificamos que são feitas sondagens quanto à possibilidade de reparação de navios em Portugal, onde são feitas exigências que se podem resumir em:

- garantias de estabilidades política, dadas por aval do Governo e das empresas

Para exemplo, citamos algumas passagens desses telexes e cartas:

SANKO KINSE (carta de 5.9.75): estamos a preparar um programa de docagem. Adiantamos a informação de que tencionamos destinar 40 navios aos estaleiros europeus. No entanto, situação de instabilidade política em Portugal está constantemente presente e preocupam-nos os graves riscos que podemos correr como resultado das referências aos distúrbios que podem causar aos nossos navios, prejuízos e longos períodos de paragem. Além disso receamos que as nossas tripulações possam também sofrer danos durante os períodos de reparação. Face às razões apontadas, temos grandes reservas quanto à docagem no v/estaleiro.

- Deve-nos ser entregue uma garantia estipulando recompensas por quaisquer prejuízos, danos e atrasos nos nossos navios resultantes de distúrbios políticos.

- Deverão ser-nos entregues garantias das autoridades governamentais relativamente à permissão de saída dos navios a qualquer momento.

LEQUOY (telex de 28.7.75 dirigido à Lisnave): ...Cremos que o v/estaleiro, qualidade e eficiência são suficientemente conhecidos dos armadores franceses com os quais temos contacto muitas vezes e tido oportunidade de investigar quaisquer quesitos que nos possam ser fornecidos. Presentemente o "jamboising" dos navios Petraia e Cliména, de que decorriam negociações, o único facto que nos impede de canalizar o negócio para vocês é a instabilidade política em Portugal. Assim que exista novamente estabilidade política, os armadores retomarão toda a confiança em vós e não hesitarão em mandar navios.

Estes exemplos são significativos e extensivos a todos os contactos com o estrangeiro. No sector das construções, quando na CARTA se afirma "existir um casco em curso de construção atrasado 5 meses, será intenção do Administrador relacionar este facto com o atraso do local de trabalho; produtividade fraca; tempos mortos; contestações aos chefes, etc (citações do 4º ponto) ou este atraso à má planificação de que a empresa tem sofrido desde o seu início em funcionamento um estaleiro destas dimensões, já num período de crise" (EXIGIMOS QUE A ADMINISTRAÇÃO FAÇA UM INQUÉRITO ÀS CAUSAS DO ATRASO DA CONSTRUÇÃO E DIVULGUE RAPIDAMENTE).

Será que, como se diz na carta, sendo a instabilidade da empresa conhecida no exterior, o Eng. M. Vicente pretende CULPAR OS TRABALHADORES DO CANCELAMENTO THYSSEN, quando se sabe que o argumento apresentado por aquele armador foi de "reconhecida incompetência da empresa"; não focando qualquer problema de instabilidade.

A CONCLUSÃO que se pode tirar do 1º ponto da CARTA é que a situação económica verdadeiramente desesperada da Setenave NÃO É DE AGORA e tem muito pouco a ver com toda a instabilidade política interna da empresa e das relações de trabalho, MAS SIM COM FACTORES INCONTORNÁVEIS do interior da empresa - BOICOTE ECONÓMICO e CRISE DO CAPITALISMO INTERNACIONAL - o que não vem referido na CARTA.

O CTS e Delegados Sindicais continuarão sucessivamente a analisar os restantes pontos, saindo amanhã a análise ao 2º, 3º e 4º pontos. Agradecemos que os camaradas guardem estes comunicados porque eles vão servir de base de discussão na próxima Assembleia Geral.

Boa noite o CTS e Deleg. Sindicais,



setenave

Estaleiros Navais de Setúbal, S. A. R. L.

43
148

CARTA AOS TRABALHADORES DA SETENAVE

1. A situação económica (produção actual e perspectivas) e financeira (saldo de receitas e responsabilidades) da Setenave é verdadeiramente desesperada.

Anotam-se, muito sumariamente, os aspectos essenciais :

- a) O sector de reparações não tem trabalho à vista compatível com a capacidade de 2 docas e 3 cais;
- b) O sector de construções tem :
 - 1 casco em curso de construção atrasado 5 meses;
 - 1 navio completo, cuja pré-fabricação está iniciada, com um atraso estimado, já em cerca de 5 meses;
 - 2 navios completos cancelados;
 - 1 casco sobre o qual tomba também a ameaça de cancelamento;
 - perspectivas de encomendas para a frota nacional e países de Leste.
- c) A Setenave depende fortemente, e sem grandes possibilidades de uma viragem a curto prazo, de :
 - mercado internacional das reparações, prejudicado com a crise petrolífera e de transportes marítimos, e que se aguarda com recuperação lenta mesmo para estaleiros experimentados e de maior procura como o da Lisnave;
 - tecnologia estrangeira (projecto, desenho, especificações, etc.) de construção naval;
 - fornecedores estrangeiros de matéria prima e equipamentos;
 - clientes (armadores) estrangeiros para quem é fundamental terem uma imagem de estabilidade e de segurança do estaleiro que sejam garantes dos seus navios e respectivas tripulações, além da qualidade de trabalho e do cumprimento de prazos.
- d) A construção em curso e as previstas estão na pendência de contratos com entidades estrangeiras que, prejudicadas de algum modo, poderiam suspender o envio do projecto o que significaria paragem de trabalho;
- e) Os recursos financeiros próprios da empresa há muito que acabaram, nunca tendo sido proporcionados às elevadas necessidades do empreendimento e, hoje, para se poder pagar mensalmente 50 000 contos de salários e 70 000 contos a fornecedores, está-se completamente dependente das decisões do Banco de Portugal quanto à aprovação dos pedidos constantes de empréstimos maciços à Setenave;
- f) As tensões de tesouraria impõem atrasos nos pagamentos a fornecedores com toda uma cascata de implicações negativas no prestígio da empresa e nos fornecimentos de materiais e equipamentos exigidos pela actividade.

2. Perante esta situação numerosas diligências têm sido desenvolvidas e outras estão em estudo. Por exemplo, prepara-se a eventual especialização do estaleiro para outros tipos de actividade; estuda-se uma campanha comercial, a lançar brevemente, para tornar conhecida a empresa no mercado mundial de construção e reparação naval; procuram-se encomendas no domínio de obras terrestres e de apoio a ou

.../



setenave

Estaleiros Navais de Setúbal, S. A. R. L.

X 148/A ⁴⁴
2.

tras empresas do sector metalomecânico; etc.

Têm-se esperanças que, pelo menos algumas destas diligências sejam compensadoras, isto é, se traduzam na obtenção de trabalho para a empresa.

A nacionalização da empresa facilita a acção em curso, por ter facultado meios financeiros e possibilidade de coordenação a nível nacional.

3. Mas, contudo, a mudança de propriedade do privado para o Estado (isto é, para a colectividade) não resolve, por si, os inúmeros e complexos problemas da Setenave.

Mesmo contando com o imprescindível amparo financeiro do Estado durante um período necessariamente longo, nada será possível realizar sem a não menos imprescindível colaboração, organizada e disciplinada dos trabalhadores da Setenave

Mas, colaboração, como se entende, significa trabalho sério, interessado e esforçado; significa compreensão pela complexidade dos problemas e moderação nas reivindicações à sua resolução, seja em tempo, em oportunidade ou no tipo da solução encontrada; significa adesão à orientação dos que têm mandato de chefia, o que não exclui a intervenção de todos na busca daquela; significa ainda, respeito pela sua autoridade e cumprimento das respectivas decisões.

Esta colaboração é essencial para possibilitar uma recuperação da empresa que, a não se verificar, identificará a Setenave como somente um pesado encargo para a Nação, isto é, para a colectividade.

4. Infelizmente, o clima de trabalho na Setenave é de molde a inspirar a maior preocupação e, pode-se dizer, em consciência, que é o exactamente oposto ao que deve propiciar a colaboração pretendida.

O abandono dos locais de trabalho é frequente; a produtividade é muito fraca; os tempos mortos são enormes; a autoridade dos chefes é contestada; a disciplina está deteriorada; as relações estão prejudicadas pela "invasão da empresa" dos conflitos políticos; o desinteresse de grande número de trabalhadores aumenta a par das tensões e disputas; desmobilizam-se as capacidades de trabalho; etc. etc..

Directores, gestores, operativos demitiram-se já ou apresentaram os seus pedidos de demissão. E, até, o Delegado do Governo se encontra demissionário.

E toda esta instabilidade é conhecida no exterior da empresa, no País e no estrangeiro, a Oeste e a Leste, provocando nos mercados de armadores e fornecedores, uma forte desconfiança e descrédito que isolam, cada vez mais, a Setenave que não sobreviverá como estaleiro só com um muito reduzido e pouco definido mercado nacional.

5. A Setenave encontra-se, pois, em processo acelerado de desagregação, assim como a sua imensa capacidade produtiva, os seus 3,5 milhões de contos de investimento, os seus milhares de postos de trabalho.

E, a quem aproveita esta verdadeira catástrofe?

A ninguém, e a muito menos aos quase 4 000 trabalhadores da Setenave que, ao fim e ao cabo, são os principais interessados na sua actividade que os remunera em condições hoje superiores ao nível médio do sector.

6. Se uma última palavra me é possível para congregar as boas vontades, o esforço dedicado, o trabalho activo e produtivo de todo o pessoal da Setenave - a hora chegou.

Se um último gesto para travar o desinteresse de muitos trabalhadores, as demissões dos gestores, a partida de operativos - a oportunidade é agora.

Se uma última tentativa para a reorganização da empresa, o ajustamento da sua produção, a obtenção das encomendas indispensáveis, a reconquista de confianças perdidas, a consolidação técnica do estaleiro - amanhã será tarde.

7. Mas, obviamente, há condições, há regras a estabelecer e a cumprir. A Setenave nacionalizada tem uma Comissão Administrativa com a responsabilidade da orientação da empresa, para o que se impõe a criação e manutenção de um clima de trabalho estável e organizado.

A Setenave tem também os seus Órgãos de Representação dos Trabalhadores que têm a responsabilidade de expressar reivindicações de trabalho e resolver a contento dos trabalhadores os problemas respectivos de interesse colectivo.

À Comissão Administrativa e aos Órgãos de Trabalhadores, exige-se uma actuação politicamente independente, coordenada e sem atropelos, com competências bem definidas e ligações entre si e com outrem, perfeitamente clarificadas.

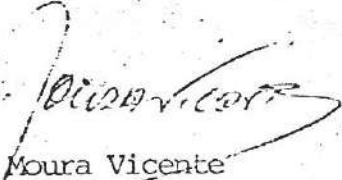
Na acção da Comissão e dos Órgãos de Trabalhadores, para uma verdadeira salvação da Setenave de naufrágio certo, se aposta ainda uma última vez. Em conjunto poderão restabelecer o indispensável clima de trabalho, a autoridade, a organização, a vontade entusiasmada.

Mas para o efeito, é preciso uma plataforma de entendimento e um acordo sobre princípios que, aceite e respeitado por todos os trabalhadores, poderá ainda salvar a Setenave.

É para esta Plataforma que faço o meu derradeiro apelo aos trabalhadores da Setenave, de quem fico inteiramente ao dispor. Faço-o com a consciência de profissional e cidadão progressista, com independência política, com a vontade enérgica que uma grande obra merece, com o respeito que os trabalhadores me mereçam, mas inabalável na advertência que contém quanto à impossibilidade da manutenção da situação existente.

Mitrena, 6 de Outubro de 1975

O Administrador por parte do Estado


Moura Vicente

CAMARADAS:

144 ⁴⁶

Divulgamos a moção aprovada em reunião da Assembleia de Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores e Comissões de Soldados, realizada em 2/10/75 no Quartel do R.I. 11 em Setúbal onde se discutiu a organização a nível de cidade.

Esta moção foi entregue ao Rádio Renascença com a finalidade de ser divulgada a todos os órgãos de informação e vai ser também entregue a todas as empresas do Distrito de Setúbal.

MOÇÃO

Os Trabalhadores, Moradores e Soldados presentes reunidos em plenário no dia 2/10/75, reconhecendo que o ataque lançado pelo Governo anti-popular contra as estações emissoras e a TV se enquadra no objectivo de silenciar vozes que se têm colocado ao lado das lutas da classe operária, substituindo-as por outras ao serviço da contra-revolução social-democrata e do imperialismo.

Considerando que os militares reacionários abertamente aliados às forças políticas de direita (CDS, PPD e PS) com a descarada cobertura do seu governo desencadeiam, em nome da ordem e da disciplina, uma ofensiva que visa esmagar pela violência as formas organizativas que nas fábricas, nos campos e nos locais de habitação, as classes trabalhadoras desenvolvem na luta contra a exploração capitalista.

Alertados pela suja provocação lançada pelo PS nos comunicados ontem distribuídos, e onde sob um imaginário golpe de esquerda se anuncia uma tentativa iminente por parte das forças de direita para reforçar pela violência as posições que já detêm ao nível do poder.

Conscientes que só na continuação da luta contra o domínio do capital, do imperialismo e de todas as forças políticas que, chefiadas pela social-democracia os representam, permitirá às classes trabalhadoras avançar no caminho da Revolução.

EXIGEM:

- A imediata demissão do VI Governo Provisório
- O controlo das estações emissoras e TV por órgãos representativos das massas populares, colocando-as definitivamente ao serviço da Revolução.
- A imediata tomada de medidas para evitar que forças políticas social-democratas continuem a conspirarem contra a classe operária, abrindo caminho a uma tentativa de golpe fascista.
- A formação imediata de um Governo Revolucionário que adopte uma política definida de ataque ao capital e permita avançar no sentido da tomada do poder pelas classes trabalhadoras, sob a direcção da classe operária.

DELEGAÇÕES PRESENTES:

Comissões de Moradores

Casal da Figueira - Bairro dos Pescadores - Quinta da Alegria
Bairro Rebureda - Bairro Pinheirinhos - Bairro Salgado - Azinhaga
Varzinha - Praça do Brasil - Padeiros - Vale Ana Gomes - Bairro 25
de Abril - Bairro 4 Caminhos - Bairro Dias Alpina - Bairro do Liceu -
Bairro Troino - Faralhão - Azeda - Mal Talhado - Montalvão - Vendas
de Azeitão - Quinta Alves da Silva - Monte Belo - Pontes - Bairro
Melo - Bairro Sta. Maria - Sesimbra - Praias do Sado -

Comissões de Trabalhadores

J. Antunes Fragoso - Eurominas - Ima - J. Trindade Nascimento - Cerâmica
Previgal - Tipografia Autográfica - Conservas Unitas - Mague - Setu
balense - Conservas Estrela - Movauto - António Casas Lda - Inapa -
Setenave - Sindicato dos Professores - Bronzes Cetôbriga - Torres Sado
Entrepasto - Compar - Sado Internacional - Evicar - Imperex - Taunus
Socel - Malhas Vitória - CPMC - Caixa de Previdência - Urbisado
Cometna - C T Santos - C T Indústria de Conservas de Peixe - ENI

Comissões de Soldados

Rill - Ralis - Brancans

O C.T.S.,

Luís 11762
Alfonso 70434
Stey 73800
Guarany 70.012

UNIR

ORGANIZAR

ARMAR

PODER POPULAR

3/10/75

146 48

COMUNICADO
PONTO DA SITUAÇÃO

Camaradas, o CTS considera que o estado de alerta se mantém.

A situação de instabilidade política agrava-se.

As contradições dos comunicados dos partidos distribuídos à porta do estaleiro, provam que a tentativa de responsabilização dos acontecimentos ao CTS é tão demagógica e oportunista que não merece resposta da parte do Conselho, até porque é nossa norma não responder a comunicados partidários.

Pensamos que a luta é dos órgãos de informação e não só desta ou daquela estação de rádio, mas as tomadas de posição sectaristas e partidárias, incluindo um comunicado do Sindicato dos Metalúrgicos de Setúbal, assim o demonstram quando apoiavam unicamente a luta do Rádio Clube Português.

A situação na Rádio Renascença mantém-se e luta neste momento isolada com o apoio de alguns trabalhadores que lá se encontram firmes e dispostos a alertar todos os trabalhadores se algo de mais grave vier a acontecer.

Elementos do CTS, contactados ontem ao fim da tarde por alguns trabalhadores do Rádio Clube Português mostravam a sua apreensão pela desmobilização total feita nesta estação de rádio onde ninguém se encontrava para a defender.

Na Emissora Nacional e Radiotelevisão Portuguesa a desmobilização é semelhante.

Podíamos concluir que tudo estaria resolvido, que nada de anormal tinha acontecido e que os trabalhadores deste país não sentiram a provocação do 6º Governo Provisório ao decretar a ocupação militar das estações de rádio, alegando a defesa das liberdades de informação, quando era proibido qualquer comunicado contra esta medida.

A reacção dos operários que se deslocaram a Lisboa para se manifestarem contra esta medida do governo veio a contrapor uma manifestação em que se incluíram o PS, PPD, PCP-ml, CDS (encapotado) e RETORNADOS DE ANGOLA que poderia ter degenerado numa declaração de ESTADO DE EMERGÊNCIA que, mesmo assim, sabemos só estarem à espera de uma oportunidade para o decretarem já que vem perfeitamente servir os seus interesses.

Ainda ontem foi o próprio PS que alertou a população para um possível golpe de esquerda, convocando-a para a rua.

Este clima de instabilidade, os boatos, as provocações só servem para confundir cada vez mais os trabalhadores, desmobilizá-los para depois os enganar e trair.

O CTS estando a tomar consciência de todos estes acontecimentos, tem intensificado contactos com unidades militares, participando no Comité de Luta criado há dias em Setúbal, a fim de garantir a autodefesa dos trabalhadores deste estaleiro quando tal for necessário.

No entanto, há muito mais a fazer e sobretudo temos de contar com todos os camaradas para que resulte algo de positivo e eficaz.

Tencionamos fazer no início da próxima semana uma AGT em que o problema militar vai ser pôsto aos camaradas, para a qual contamos com a presença de soldados.

O fim de semana aproxima-se. É preciso que os camaradas participem juntamente com os nossos camaradas soldados na defesa das nossas liberdades. De contrário poderemos deixar perder mais uma oportunidade que nos irá ficar muito cara.

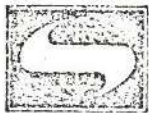
O C.T.S.,

PEREIRA 73370

André 73860

Agostinho 73860

Setúbal 20.012



TRANSPORTES INTERNOS

- 1.- Na próxima 2^a Feira, 6 de Outubro, terão início os transportes internos da Empresa.
A organização destes serviços procura responder aos seguintes objectivos:
 - a) aumentar no interior do Estaleiro os meios colectivos de comunicação
 - b) evitar os encargos decorrentes do constante recurso a meios externos de transporte
 - c) limitar ao estritamente indispensável a circulação de viaturas particulares.

- 2.- O seu lançamento será feito em duas fases. Na primeira, a iniciar na 2^a Feira, entrará em funcionamento a 1^a Circular, que terá o seguinte trajecto e zonas:
 - Balneários, Caldeiraria Ligeira, RMC, Armazém Geral e retorno.Na segunda, a iniciar em meados de Outubro, entrará em funcionamento a 2^a Circular, que incluirá o seguinte trajecto e zonas:
 - Balneários, Parques Norte, Caldeiraria Pesada, Entre-Docas, Balneários.Ao mesmo tempo serão colocados telheiros de abrigo nas zonas indicadas.

- 3.- A circulação dos veículos será feita de acordo com as seguintes indicações:
 - a) Período normal
 - os meios de transporte circularão continuamente, pelos respectivos percursos, em velocidade reduzida.
 - Receberão pessoal em qualquer ponto do trajecto, mas não farão qualquer paragem de espera.
 - Não haverá horário, dada a continuidade e existência de mais que um veículo em circulação no mesmo percurso.

 - b) Períodos especiais
 - Entrada
Os autocarros estarão estacionados no início do circuito (Balneários) iniciando os trajectos respectivamente:
 - 8H30 - Produção
 - 9H00 - Administrativos
 - 18H00 - Turno



- Almoço

Enquanto se mantiver a actual organização dos Refeitórios, far-se-ã o seguinte trajecto especial:

12H15 - Escola de Formação - R3

13H00 - R3 - Escola de Formação

- Saída

Os autocarros estarão estacionados nos pontos principais dos respectivos circuitos, iniciando os percursos respectivamente:

17H40 - para o pessoal de dia

02H10 - para o pessoal de turno

4.- Certamente que algumas deficiências irão surgir, quer quanto aos meios de transporte a utilizar (autocarros em 2^a mão adaptados nas nossas oficinas) quer quanto aos circuitos e zonas estabelecidos.

A fim de introduzir as possíveis correcções, agradecemos que ao serviço respectivo faça chegar as sugestões que julgue convenientes.

Mitrena, 1 de Outubro de 1975

Norberto Silar

COMUNICADO Nº 1

O Conselho foi convidado a participar numa reunião de divulgação do Serviço de Transportes que vão começar a funcionar dentro do Estaleiro a partir do próximo dia 6/10/75.

Segundo nos foi indicado o circuito vai ser iniciado parcialmente com 5 autocarros que têm estado a ser transformados na Mecânica.

O trajecto será efectuado entre a Mecânica de Tubos e a Portaria os restantes trajectos continuarão a ser cobertos pelos autocarros dos Belos até que estejam prontos os nossos autocarros.

Os horários e trajectos serão divulgados proximamente pelos respectivos serviços, assim como outras informações.

Este projecto vem ao encontro da maioria dos trabalhadores que neste sentido se têm dirigido.

Pede-se aos camaradas que tomem nota do comunicado que vai também ser emitido pelo Deptº de Pessoal.

COMUNICADO Nº 2

ALERTA CAMARADAS!

ESTE PAPEL FOI LANÇADO NO ELEVADOR DE ST.ª JUSTA, ONTEM À TARDE, ATRAVÉS DE UM PETARDO



Estamos com o P.S.
 manifest hoje...
 Re pressão aos
 COMUNISTAS na RÁDIO
 Spínola VOLTARÁ

Mitrena, 1 de Outubro de 1975

10860
 Angella 0 CTS 1152
 73122
 10.012
 20564

52
143

COMUNICADO
PONTO DA SITUAÇÃO

1. Tentando esclarecer os trabalhadores do que politicamente tem vindo a acontecer no país e mais concretamente no que veio a culminar com a mobilização de ontem para Lisboa, passamos a relatar factos que nos foi possível obter ao longo de todo o dia com a colaboração de muitos camaradas e também com a colaboração de camaradas da Rádio Renascença que para o efeito se deslocaram hoje ao estaleiro.
2. No início do dia de ontem foram os trabalhadores alertados da ordem que tinha sido dada pelo 1º Ministro para ocupação dos emissores e da televisão. Foi este facto repudiado na generalidade e também este conselho foi posto perante a situação de ter de dar contributo para uma tomada de posição contra esta ordem.
3. Através do Ralis e da PM foi o conselho posto ao corrente de que paralelamente a esta ordem estavam estes militares juntamente com forças da Escola Prática, Forte de Almada e DGA perante a situação de serem isolados, face às atitudes progressistas que têm vindo a tomar.
Foram mantidos contactos telefónicos frequentemente que nos foram pondo ao corrente do que se ia passando em Lisboa. Neste sentido foram dadas informações que viemos depois a constatar não serem completamente correctas. Formou-se um comité de luta que viria a contactar os militares da zona e também empresas para verificar quais eram as suas posições.
Tendo sabido que a movimentação se estava a fazer e que, por outro lado, os militares progressistas só intervinham quando tivessem apoio popular, decidiram o Conselho de Trabalhadores e Delegados Sindicais convocar um plenário de urgência para que a situação fosse comunicada aos trabalhadores.
Foi assim que os trabalhadores e face à situação que lhes foi posta, decidiram avançar para Lisboa. A classe operária tomou a atitude que se impunha na sua contestação contra medidas burguesas que não tomam em consideração os interesses do povo.
4. Através dos camaradas da Rádio Renascença, soubemos que após um dia de lutas internas com os soldados que tinham sido destacados para lá, se verificou que estes soldados pouco se conheciam, havendo mesmo pessoas fardadas que não traziam divisas. Concluiu-se, portanto, que a manobra tinha sido intencional dado que convinha provocar a divisão entre os soldados. Numa primeira fase, os soldados chegavam mesmo a ser rendidos de hora a hora. Após bastantes discussões os soldados decidem colocar-se ao lado dos trabalhadores da RR e permanecer nesta rádio para os defender. Estavam a ser comandados pelo capitão Maurício (conhecido pela posição que tomou quando 2 militantes do MES foram presos quando se encontravam a escrever palavras revolucionárias nas paredes) que telefonicamente estabeleceu contactos com superiores dizendo que não tinha mão nos soldados e que o corte da emissão seria a única solução.
Esclarecemos que entretanto os trabalhadores da RR, os operários presentes e os soldados tinham decidido recomeçar a emissão normal. Às 3h30 a emissão viria a ser silenciada. Neste momento, encontram-se chaimites apontadas às antenas desta rádio prontos a destruir e calar para sempre esta rádio que foi posta ao serviço da classe operária.
Sabemos que, por outro lado, a República está já a sofrer pressões, pelo que a análise a tirar é simples. Com efeito o 6º Governo aproveita-se da situação criada para assim incidir as suas armas nos órgãos que convém calar custe o que custar, já que foram as condições impostas para que o governo se formasse.
É esta situação que os camaradas têm de ponderar. É um facto de que estamos todos fartos de manipulações partidárias, mas temos de considerar que o inimigo principal neste momento é o FASCISMO que avança de pantufas. É preciso actuar na prática para que efectivamente PORTUGAL NÃO SEJA O CHILE DA EUROPA. E não pretendemos alarmar ninguém camaradas. É uma realidade para a qual temos de estar preparados.
5. Através de todas as informações que nos foi possível coligir, podemos chegar à conclusão de que a luta dos nossos camaradas irmãos deficientes serviu de rastilho para todo este processo. Sabemos que os comandos que neste momento estão contra os trabalhadores são integrados na sua grande parte por retornados que ainda não tomaram consciência do processo que decorre aqui. Sabemos também que o GRUPO DOS 9 tem tentado, por várias vezes, golpes que na sua maioria têm abortado. Sabemos também que a mobilização feita a nível de Setúbal e, mais concretamente, pela Setenave veio a abortar mais este golpe que, no entanto, sabemos continuar latente sobre as nossas cabeças.

É-nos informado pelos camaradas da RR que os soldados presentes sô respondem a ordens vindas do General Otelo, mas até agora ninguém sabe onde ele se encontra.

6. O Rádio Clube e a Rádio Renascença estão barricados mas a presença popular é mais do que nunca importante. Não podemos deixar que nos cortem a pouco e pouco as conquistas até agora alcançadas. Sabemos que atrás destas virão outras e que de um dia para o outro nos encontremos em situação de repressão violenta.

O que esta Conselho de Trabalhadores põe à consideração de todos é a vigilância que temos de fazer, é não deixar que a divisão se instale entre nós num momento tão perigoso como este e é sobretudo estar alerta e preparados para quando formos chamados respondermos positivamente.

7. Informamos também que para hoje estão convocadas manifestações conjuntas do PS, PPD, CDS e que já aderiram os retornados de Angola. DISPENSAMO-NOS DE COMENTÁRIOS. A CLASSE OPERÁRIA SABERÁ RECONHECER QUEM ESTÁ DO SEU LADO E TOMAR AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS.

8. Informamos também que em reunião tida hoje com o Administrador-Delegado, foi decidido pagar-se o dia a todos os que se deslocaram a Lisboa e também aqueles que, por falta de informação, não picaram os seus cartões.

O CTS,

James P. Filer
72736

Correia 70012

Albuquerque 72933

Quendado 70564


Vol 70512

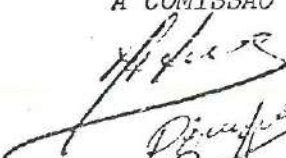
30.9.75

COMISSÃO DINAMIZADORA DE
ANGARIAÇÃO DE FUNDOS A FAVOR
DOS CAMPONESES ALENTEJANOS

Esta comissão propõe-se:

- 1º - Fazer a campanha de angariação de fundos a nível de Estaleiro.
- 2º - Criar comissões a nível de secção.
- 3º - Distribuir e recolher as respectivas listas que devem obedecer aos seguintes requisitos:
 - 3.1 - Nome completo e número de operário bem legível.
 - 3.2 - Quantitativo do donativo em 1 dia ou 1/2 do vencimento.
- 4º - O donativo será descontado na papeleta de Outubro de 1975, através do Serviço de Processamento.
- 5º - O montante da colecta ficará depositado, à ordem do concelho de trabalhadores.
- 6º - A Comissão Dinamizadora, fará um estudo pormenorizado, através das Herdades ocupadas nas quais será elaborado um relatório segundo as suas necessidades.
Relatório este que será entregue ao C.T.S.
- 7º - A distribuição da colecta é da inteira responsabilidade do C.T.S.
- 8º - Quando da entrega do donativo o C.T.S. deverá divulgar a quem vai atribuir, e fazer o convite a todos os operários que queiram acompanhar na entrega.
- 9º - Esta comissão cessa toda a actividade a partir do momento em que entregou as listas com donativos na Secção de Processamento.


 25.11.75
 70406
 71621
 73490
 71744
 70710

A COMISSÃO DINAMIZADORA

 73338
 70592
 74327
 70409
 70331
 72325
 70012
 73204
 70434
 70554
 72933
 73800
 73026
 71762

REUNIÃO ENTRE DELEGADOS SINDICAIS E CTS.

Em reunião, hoje dia 22/9/75, efectuada entre Delegados Sindicais e CTS. com o fim de analisar a proposta de greve de uma hora para o dia 24 (Quarta-feira) das 10H.00 às 11H. decretada pela Federação Nacional dos Sindicatos dos Metalúrgicos. Greve esta que será uma resposta ao comunicado das Associações Patronais Metalúrgicas e Metal-Mecânicas que se recusam a aplicar uma Portaria emanada do Ministério do Trabalho datada de 30/8/75.

Considera F.N.S.M. que esta Portaria contempla os pontos fundamentais do Contrato Colectivo de Trabalho.:

Nesta reunião ficou decidido fazer um plenário amanhã às 17H.30 no R3 onde serão dadas todas as informações acerca deste processo e onde se deve discutir e aprovar a adesão ou não à proposta de greve.

Os Delegados Sindicais e CTS. consideram de grande importância para a classe operária este plenário pelo que concordaram que os transportes só devem sair depois de terminado o plenário.

Foi também aprovado que devem participar neste plenário os CT da ENI e Gálimpo, assim como todos os trabalhadores das respectivas empresas uma vez que o contrato contempla parte dos seus trabalhadores.

VIVA A CLASSE OPERÁRIA!

Mitrena, 22 de Setembro de 1975.

Jacinto Lopes 70579
[Signature] 70929

Acta da Assembleia Geral de Delegados Sindicais

140

CONVOCATÓRIA

Camarada realiza-se na próxima segunda feira, dia 22/9/75 pelas 14 horas no auditório, uma A.G. de Delegados Sindicais.

Têm-se vindo a verificar muitas ausências dos Delegados, pelo que se torna urgente definir posições e reestruturar os organismos sindicais. Por isso é urgente a tua comparência.

No caso de não comparência, a Assembleia tomará as decisões necessárias, podendo mesmo chegar ao ponto de propôr aos trabalhadores de cada secção a substituição dos delegados que não comparecem.

Mitrena, 19 de Setembro de 1975

Pl' Secretariado

G. Silva 72773

Ordem de trabalhos:

- 1 - Discussão de problemas apresentados pelos delegados sindicais
- 2 - " da lei sobre despedimentos;

A questão dos subsídios de transferência não chegou a ser discutida em virtude deste assunto ter sido apresentado pelos interessados ao Serviço de Pessoal.

Foi apresentado o caso do Gaivota e que após discussão foi feita a seguinte proposta:

" Face a que o camarada Gaivota desempenhava as funções de coordenador antes da reestruturação efectuada no Centro de Formação e consideramos essa função mais de seis meses, e conforme a lei, propõe-se:

- Que o Gaivota seja considerado desde o dia 1/1/75 como coordenador de formação que a Administração o coloque no sítio mais conveniente atendendo a isso.

Devido ao adiantado da hora deu-se por encerrada a Assembleia.

O Secretariado,

DAA 70106

G. Silva 72773



setenave

Estaleiros Navais de Setúbal, S. A. R. L.

RUA EUGÉNIO DE CASTRO, 8, 1.º - Esq.

ALMADA

139
57

Acta da Assembleia Geral de Delegados Sindicais
efectuada em 5/9/75

Presentes: 32 delegados Sindicais

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Discussão da proposta do serviço de Recrutamento;
- 2 - " da lei sobre despedimentos;
- 3 - " sobre os subsídios de transferência;
- 4 - " de problemas apresentados pelos delegados sindicais.

Posta à discussão a ordem de trabalhos foi aprovado que o 4º ponto passasse a figurar na ordem como 1º ponto.

Foi apresentado ao secretariado pelo Delegado do Governo, Comandante Moreira do Amaral a questão do pagamento aos camaradas do 2º turno que tinham ido à manifestação de 27/8/75, à qual os delegados sindicais deram o seu apoio.

Após várias críticas ao modo como foi organizada a mobilização para a referida manifestação, foi posta à votação a seguinte proposta:

"Que se pague aos 58 trabalhadores que foram à manifestação de 27/8/75 em função dos precedentes já criados".

No que se refere à participação em futuras manifestações ficou assente que a comissão de Inter-Delegados se reunisse com o C.T.S. para discutir o assunto.

Esta proposta foi aprovada por 28 votos a favor e 4 abstenções.

Seguidamente foi discutida ponto por ponto a proposta do recrutamento apresentada pelo respectivo serviço.

Todas as dúvidas e alterações propostas pela assembleia foram registadas e serão apresentadas ao serviço de recrutamento para que sejam consideradas.

Reunião em 9/9/75 (Continuação da de 5/9/75)

Ordem de trabalhos:

- 1 - Discussão de problemas apresentados pelos delegados sindicais;
- 2 - " da lei sobre despedimentos;

A questão dos subsídios de transferência não chegou a ser discutida em virtude deste assunto ter sido apresentado pelos interessados directamente à Direcção de Pessoal.

Foi apresentado o caso do Gaivota e que após discussão foi aprovada a seguinte proposta:

"Face a que o camarada Gaivota desempenhava as funções de Encarregado de Sector antes da reestruturação efectuada no Centro de Formação e considerando que desempenhou essa função mais de seis meses, e conforme a lei, propõe-se:

- Que o Gaivota seja considerado desde o dia 1/1/75 como Encarregado Geral de 4 que a Administração o coloque no sítio mais conveniente atendendo à saúde do trabalhador

Devido ao adiantado da hora deu-se por encerrada a Assembleia.

O Secretariado,

[Handwritten signature] 70166
[Handwritten signature] 72773

ACTA DA REUNIÃO DO CTS, DELEGADOS SINDICAIS

E TRABALHADORES-ESTUDANTES

- Em 10.9.75, pelas 9h, reuniram os Delegados Sindicais, membros do CTS e os Trabalhadores-Estudantes para apreciação da regulamentação provisória sobre "Benefícios para Trabalhadores-Estudantes".
- Após leitura do documentos que se verificou não ter sido distribuído como foi indicado pelo Director de Pessoal, procedeu-se à discussão do mesmo.
- Feitas as intervenções, verificou-se que a maior parte dos presentes eram unânimes em considerar que, a 1.^a parte do ponto 5.2 do documento em que se diz:
 - "...Estes subsídios (Ciclo complementar: 1.000\$00; Ensino Técnico e Liceal: 1.000\$00); Ensino Superior: 2.000\$00) não são atribuídos:
 - a trabalhadores-estudantes que frequentem cursos no exterior quando os mesmos sejam ministrados no Centro de Formação."
 não tinha razão de existir pois iria contrariar disposições reivindicadas anteriormente pelos trabalhadores-estudantes.
- Foi também considerada uma medida repressiva, já que os trabalhadores-estudantes seriam obrigados a frequentar os cursos ministrados no Centro de Formação, não respeitando assim a vontade dos mesmos que incluem razões de ordem social e outras. Por faltas de dados de carácter económico, que viriam a ser objecto de uma declaração de voto quando da votação, não foi possível analisar convenientemente a indicação fornecida pelo Director de Pessoal de que se tratava de uma medida económica.
- Assim, veio a ser aprovada na maioria, com 1 abstenção e 1 declaração de voto a seguinte proposta:
 - Propõe-se que a questão do subsídio se mantenha como no ano anterior, quer as pessoas estudem na Empresa ou fora dela.
- Nestes termos, o CTS exige da Administração a rectificação da 1.^a parte do ponto 5.2, conforme estava acordado desde o ano passado.

Delegados Sindicais

O.C.T.S.,

A. *[Handwritten Signature]* 73394 *[Handwritten Signature]* 71762
[Handwritten Signature] 70.012

Acta da Reunião com a Mecª de Bordo:

PRESENTES:

- CTS
- Delegados Sindicais
- Engª Costa Miranda
- A.T.E. Correia Reis
- Engª G. Costa
- Cerca de 100 operários

Assunto:

Aceitação ou não dos encarregados Cansado e Ferreira,

Depois de discutido todos os problemas apresentados pelos camaradas, foi posta à assembleia a proposta de se fazer uma votação individual para ficar bem na presença de todos se os respectivos encarregados eram bem aceites,

RESULTADOS:

Cansado: - Sim com 45 votos a favor, 32 contra e 20 abstenções,

Ferreira; não foi aceite como encarregado com os seguintes resultados:

66 votos contra, 12 a favor e 19 abstenções,

Entrou após estes trabalhos uma proposta na mesa, subscrita por 20 camaradas, para que os operários chefes Ernâni e Zeferino, ficassem com a sua situação definida perante a secção, o Ernâni a ser admitido e o Zefzrino a não sair desta.

Resultados:

Ernâni: 52 votos a favor e 2 contra,

Zeferino: aceite por maioria sem votos contra

Acabou a Secção por aceitar os mesmos atrás mencionados. Foi também apre- tado por alguns camaradas, o caso do José Ricardo e Albom, Acabando por o encarregado geral Costa afirmar que os camaradas citados, não tinham sido propostos pela Secção a estagiar para operários chefes. Ficou também aprovado, quando futuras promoções, quer para operários chefes quer para encarregados; será com a participação dos operários para a sua aprovação ou não,

Camaradas vamos todos pensar nestas questões para vermos se conseguimos aplicar na prática,

A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

Mitrena, 15 de Setembro de 1975

Setembro 11.75

COMUNICADO

60
137

CAMARADAS:

faz hoje dois anos que o Chile vestiu luto. Apesar da brutal repressão que os chilenos sentem na carne em cada dia que passa, este heróico povo organiza-se de novo disposto a não cometer os mesmos erros que o levaram a uma derrota que será transitória, mas que muito sangue tem custado aos melhores filhos do Chile.

A luta do povo chileno é uma luta de morte contra o regime fascista do Nazi PINOCHET. Acreditar no reformismo e na via pacífica para o socialismo, deixou uma resposta muito clara: a derrota das forças populares e a vitória do fascismo.

Hoje em Portugal, o povo português está também numa encruzilhada:

o fascismo levanta a cabeça com arrogância, organiza-se por todos os lados e compete-nos a nós operários, aliados aos camponeses, soldados e marinheiros dar a resposta justa: ORGANIZARMOS E AVANÇARMOS DECIDIDAMENTE NA SENDA DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA E POPULAR. A fera fascista já está a mostrar-nos os dentes com a tentativa de dissolução da PM, o decreto-lei que põe a mordaza à informação e as declarações reaccionárias do PPD e CDS.

O C.T.S. apela a todos os camaradas para que façam uma paragem de cinco minutos, respeitando um minuto de silêncio em homenagem ao povo chileno.

A sirene tocará às 15 horas.

XXX

O conselho de trabalhadores tomou a liberdade de enviar uma moção de repúdio que abaixo se transcreve:

MOÇÃO

OS TRABALHADORES DA SETENAVE REPUDIAM INERGICAMENTE O DECRETO PUBLICADO PELO CONSELHO DA REVOLUÇÃO QUE CONSIDERAM ANTI-DEMOCRÁTICO, REPRESSIVO E ATENTÓRIO CONTRA A LIBERDADE CONQUÊSTADA PELO 25 DE ABRIL. EXIGEM DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO IMEDIATA ANULAÇÃO DA LEI E SOLIDARIZAM-SE COM O SECRETARIADO CRIADO PELOS TRABALHADORES DA INFORMAÇÃO EXIGINDO IGUALMENTE DOS MESMOS A VERDADE ACIMA DE TUDO,

A LUTA CONTINUA'

ABAIXO AS LEIS BURGUESAS E FASCISTAS!

O C.T.S.

Gomes 70434
 Jaime Gonçalves 72726
 Carlos Pereira 70442
 Barberio 73026
 Maria 73204
 Almeida 73860
 Figueira 70012
 Marques 73800
 Frey 70700
 ... 70000

136
61

COMUNICADO

CAMARADAS:

Em relação à manifestação anti-fascista e anti-imperialista de 4^a feira em Cacilhas, o CTS informa que:

- 1 - Foi convidado pela comissão de moradores do Miratejo, para uma reunião em Almada, a fim de se organizar um secretariado, discutir as palavras de ordem e o percurso da manifestação.
- 2 - O CTS nomeou um camarada como seu delegado para estar presente e tomar posição.
- 3 - Ao constituir-se o secretariado, o delegado do CTS achou por bem dar o seu aval, devido ao objectivo da manifestação e à situação política actual, em que o fascismo tem posto e está a por em perigo as conquistas alcançadas pela classe operária e pelo povo português.
- 4 - Como atrás fica exposto, não foi o CTS que avançou com a manifestação nem que a organizou como em face dos comunicados da Rádio, alguns camaradas podem interpretar. Embora lhe dê o seu apoio pelo objectivo unitário, apartidário anti-fascista e anti-imperialista desta manifestação.
- 5 - Assim o CTS apoia a manifestação e, convida todos os camaradas operários anti-fascistas e anti-imperialistas a integrarem-se nela.

O C.T.S. informa que:

A Associação de Amizade Belgica-Portugal contactou o CTS bem como outros conselhos de trabalhadores do país a fim de convidar dois elementos de cada, a deslocarem-se gratuitamente à Belgica pelo periodo de uma semana.

Objectivo: Esclarecer os trabalhadores portugueses radicados na Belgica, sobre a situação política portuguesa actual, uma vez que as notícias sobre o processo revolucionário português são deturpadas nesse país. Esta estadia de trabalhadores na Belgica termina com uma manifestação de trabalhadores portugueses e belgas de apoio à classe trabalhadora revolucionária portuguesa.

Esclarecimento: A Associação de Amizade Belgica-Portugal é uma aliança entre trabalhadores revolucionários belgas e portugueses.

Setembro, 9 / 75

O C.T.S.

Pinheiro 73405

Antes 7:512

Angelito 21752

COMUNICADO AOS TRABALHADORES :

REUNIÃO NA LISNAVE

Presentes: Administração : Lisnave / Setenave / Eriksberg
Representantes do Governo
Conselhos: Lisnave / Setenave

Na passada sexta-feira dia 29 teve lugar na Lisnave uma reunião convocada pela Eriksberg.

Principais pontos da agenda de trabalhos:

1º Assinatura do anulamento do Long term Contract e Indemnização;

A Eriksberg pagará à Lisnave / Setenave como indemnização por ter cancelado o contrato (LTC) que iria até 1979, 600.000.000 escudos:

200.000.000 em Julho 15/75

200.000.000 em Janeiro 1/76

200.000.000 em Julho 15/76

2º Oferta de umas encomendas (pedidas pela Itália à Eriksberg) para Lisnave / Setenave que devido ao curto espaço de tempo não dão para ser efectuadas devido ao facto de estarmos comprometidos na mesma altura com a Soponata.

Como a Lisnave / Setenave não se pode comprometer, foram lançadas três hipóteses:

1º Engº Moura Vicente pedir ao nosso Governo para interceder perante o governo Italiano com o fim de obter a cedência do tempo necessário para podermos satisfazer o pedido;

2º Dialogar a Lisnave/Setenave com a Soponata para a cedência de algum tempo, isto é, compreensão de um possível atraso da sua encomenda.

3º Eriksberg augurou a hipótese de procurar outros estaleiros, talvez no norte da Europa se a Lisnave /Setenave não garantirem segurança no prazo da entrega. Nesse caso teriam de levantar o aço que já está em Setúbal ainda não desalfandegado.

XXXXXXXXX

Em seguimento da reunião do dia 28/8/75 com o ministro da indústria na qual ficou acordado que deviam estar presentes os delegados das duas empresas e os representantes dos trabalhadores para a discussão do protocolo apresentado pela administração da Setenave.

O C.T.S. informa que :

Os delegados do governo que estão nas empresas assinaram o protocolo e ficaram de fazer todas as diligências e pressões para que a administração da Lisnave cumpra a alínea C do respectivo protocolo, que junto enviamos em anexo (1)

Para pôr em acção este acordo deslocou-se na passada terça-feira à Lisnave o engº Sardinha, onde contactou curtos momentos com o comandante Fortes. Ficou acordado que os navios das três empresas nacionalizadas: Soponata, Companhia Nacional de Navegação e Companhia de transportes Marítimos que precisem de reparações venham ser reparados na Setenave já apartir deste mês. Ficou também estabelecido que a Setenave irá fazer uma campanha de propaganda internacional da Setenave com o fim de angariar mais encomendas.

O comandante Correia do Amaral está actualmente a negociar com a Soponata para ser reparado na Setenave muito brevemente, um navio.

O C.T.S. irá dando conhecimento aos trabalhadores da evolução destes assuntos.

MORTE AO ELP E A QUEM O AJUDAR.

VIVA A CLASSE OPERÁRIA:

o c. t. s.

M. de 73860
Rodrigues 72933
Rodrigues 72325
VEREIRA 73370



setenave

Estaleiros Navais de Setúbal, S.A.R.L.

Handwritten note: *Handwritten from O C.T.M. 133*

ACORDO LISNAVE - SETENAVE

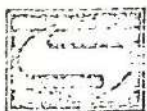
Considerando que:

- 1) a reduzida carteira de encomendas de que dispõe actualmente a LISNAVE, quanto a reparações de navios, bem como as fracas perspectivas que se apresentam a curto prazo, o que corresponde a uma baixa utilização do pessoal e equipamento do estaleiro;
- 2) a cedência de parte dessa carteira de encomendas à SETENAVE, não resolve os problemas de ambos os estaleiros desde que para eles resulte falta de trabalho e consequente desemprego ou sub-emprego;
- 3) o mercado de reparações não se encontra suficientemente prospectado, dada a tradicional concentração da LISNAVE, nos navios petrolíferos de armadores do Norte da Europa, nem também se julgam adequadamente exploradas as capacidades competitivas de ambos os estaleiros LISNAVE e SETENAVE;

Atendendo, também, que:

- 4) o estaleiro da SETENAVE se encontra amplamente dimensionado e equipado tanto para reparação como para construção de navios, para o que conta, igualmente, com pessoal especializado;
- 5) o sector de reparação da SETENAVE terá uma reconversão algo demorada no respeitante aquele pessoal que lhe está afecto, mas que uma vez concretizada, só com maior demora e dificuldade será possível reconstituir;
- 6) essa reconversão significará para a SETENAVE uma subutilização da parte importante das suas infraestruturas e equipamentos, cujo aproveitamento se crê só ser possível num prazo de tempo mais longo que o de recolocação do pessoal, até porque o mercado de obras terrestres se apresenta deficitário e as empresas do ramo têm capacidade excedentária.

Mas, tendo igualmente presente eventuais benefícios da racionalização integral de trabalho naval entre os dois grandes estaleiros LISNAVE e SETENAVE, cujos complexos têm a possibilidade de ser um fortíssimo contributo para a criação de postos de trabalho, na solução do problema do desemprego no País;



setenave

Estaleiros Navais de Setúbal, S.A.R.L.

2. 65

Acordam as Administrações da LISNAVE e SETENAVE, sem prejuízo da orientação que o Governo venha a imprimir ao sector da indústria de construção e reparação naval que passará, certamente, pelo relance da situação de ambas as empresas, designadamente quanto ao seu capital accionista e paralelismo ou sobreposição das suas organizações e mercados:

A) Preparar imediatamente para lançamento em Setembro de uma profunda e ampla Campanha Comercial a executar por uma equipa conjunta da LISNAVE e SETENAVE envolvendo os dois departamentos comerciais, com o apoio das relações públicas

- PROJECTO A

B) Elaborar, imediatamente, em cada uma das empresas o estudo da utilização dos seus factores produtivos (recursos humanos e meios materiais) subordinando-o a uma preocupação de racionalização integral que poderá, no limite, conduzir a uma situação de especialização entre reparações para a LISNAVE e construções para a SETENAVE. Os estudos deverão estar completados até Outubro, devendo permitir concluir da optimização de docas, cais, equipamentos e pessoal, das formas de reconversão e/ou recolocação em qualquer uma das empresas. Serão criadas equipas específicas na LISNAVE e SETENAVE para o efeito

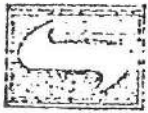
PROJECTOS B/L e B/S

C) Até à conclusão dos projectos referidos e ao apuramento dos respectivos resultados, a LISNAVE cederá à SETENAVE navios para reparação, acautelada uma razoável ocupação dos trabalhadores da primeira mas sem esquecer, também, as justas aspirações e interesses dos trabalhadores da segunda.

D) Entretanto, em ambas as empresas, procurará pôr-se em prática um plano de plena ocupação de trabalhadores em desemprego ou sub-emprego, recorrendo-se à sua colocação, a título voluntário, nos sectores produtivos com insuficiência de pessoal, e à aceleração dos esquemas de formação em escola ou nos postos de trabalho

PROJECTOS C/L e C/S

G. Rodriguez 72325
Largal 71762



setenave

Estaleiros Navais de Setúbal, S.A.R.L.

Revisão de...

ACORDO LISNAVE - SETENAVE

Considerando que:

- 1) a reduzida carteira de encomendas de que dispõe atualmente quanto a reparações de navios, bem como as fracas apresentadas a curto prazo, o que corresponde a uma...

COMUNICADO

134

Ontem dia 2/9/75 pelas 17,30 um camarada da Setenave, que se encontra com baixa abordou o C.T.S. para informar que quando se encontrava no Tamar em Setúbal a fazer horas para ser consultado apercebeu-se que na mesa ao lado estavam sentados 6 homens e uma mulher que combinavam um ataque às camionetas que transportavam os camaradas do turno. Diziam que sem problemas matavam umas centenas de trabalhadores. Em face disto, este camarada saiu de imediato do café para contactar a Setenave mas como era seguido por um dos elementos desse grupo e não tendo outra alternativa entrou na estação dos Belos a fim de encontrar algum camarada conhecido que naquela altura ali estivesse presente esperando transporte para vir entrar de turno. Como encontrou alguns camaradas pôs ao corrente da situação, e decidiram que ele deveria vir pessoalmente à Setenave. O C.T.S. e camaradas da Gáslimpo e Eni analisaram o facto chegando à conclusão que não havia motivos para alarme embora se dirigissem ao R. 11 exigissem que fizessem algo no sentido de dar garantias aos trabalhadores em termos de segurança contra qualquer possível atentado. O R. 11 prontificou-se imediatamente a fazer tudo que estivesse ao seu alcance para proteger os trabalhadores além de manter discretamente uma escolta às camionetas. O C.T.S. acompanhou toda a operação.

6 Rodrigues 72325

*Mundo O. C. T. S.
 73860 REIREIRA 73370
 Miguel 70434
 Mundo 73860*

MORTE AO FASCISMO!

ABAIXO A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA

VIVA A CLASSE OPERÁRIA E CAMPONESA

se não se for possível num prazo de...
 ção do pessoal, até porque o mercado de...
 deficitário e as empresas do ramo têm...

Mas, tendo igualmente presente eventuais benefícios de...

trabalho naval entre os dois grandes estaleiros...

nos têm a possibilidade de ser um fortíssimo contribuinte...

REUNIÃO NO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA

Presentes: *Ministro da Indústria Administrador do Estado Delegado do Governo C.T.S. e Delegados Sindicais*

Foi exposto ao Ministro da Indústria pelo C.T.S. a actual situação de crise do sector de reparação naval e construção.

A nossa presença motivada por proposta aprovada numa reunião entre C.T.S. e Administração em que assistiram trabalhadores das reparações de bordo no dia 27.8.75 que propunha a deslocação do C.T.S. Delegados Sindicais e Administração ao Ministério para esclarecimento da actual situação das reparações e sobretudo a entrada de cinco navios de bandeira portuguesa nas docas da Lisnave, não tendo até à data sido feito qualquer acordo entre as duas empresas Lisnave / Setenave para a distribuição de navios para reparação, não sendo possível prever quando entrará outro navio em doca na Setenave.

Os contactos feitos pela Administração e pelo delegado do Governo com o Ministro da Indústria não tinha obtido respostas.

Os trabalhadores da Setenave exigem uma solução urgente para a actual situação de desemprego.

O Eng^o Moura Vicente adiantou a proposta ao Ministro de que nesta situação de impasse e porque as alterações têm de ser profundas nas empresas Lisnave / Setenave mas que estas alterações necessitam de tempo e durante este tempo é necessário manter os trabalhadores da reparação ocupados com subdesemprego com alguns navios cedidos pela Lisnave. Assim, o Ministério poderia decretar que os navios de bandeira Nacional passariam a ser reparados na Setenave, empresa nacionalizada.

O C.T.S. propõe que antes da qualquer decisão deste tipo por parte do Ministério, este deveria convocar o mais rapidamente possível uma reunião com o C.D.T. Lisnave, C.T.S., Delegados Sindicais e delegados do Governo para que o Ministério se inteirasse da total realidade das empresas, das aspirações e dificuldades dos trabalhadores e de que depois de discutidos estes problemas entre representantes dos trabalhadores, o Ministério possa actuar junto das Administrações nas soluções imediatas exigidas pelos trabalhadores.

Enquanto o processo decorrer deve no entanto o Ministro providenciar para que seja possível imediatamente a deslocação de um navio para reparação da frota Nacional para a Setenave.

Estes pontos foram aceites pelo Ministro.

1 - Assim vai providenciar para que siga um navio para reparação para a Setenave.

2 - Convocar uma reunião na 2ª feira dia 1.9.75 os representantes de trabalhadores e Delegados do Governo das duas empresas no Ministério para discussão deste problema.

3 - Discussão do protocolo apresentado pela administração da Setenave.

Será feito um plenário de trabalhadores da Setenave para informar e discutir a actual situação e as conclusões que vierem a ser acordadas na próxima reunião entre Setenave, Lisnave e Ministério da Indústria.

A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES.

conjunto C.T.S. / Delegados Sindicais

Rodrigues 72933 *Da Falcão*
 (73215)
 Angelo 71752 *Henrique*
 Mendes 70434
 7271

O C.T.S. convocou a administração para uma reunião extraordinária, a fim de serem esclarecidos alguns pontos referentes à falta de reparações de navios neste estaleiro. Nesta reunião compareceram a maior parte dos camaradas da Mecânica de Bordo.

Como primeiro ponto um elemento do C.T.S. expôs os motivos que levaram a convocar esta reunião, colocando como questões:

1º - Porque motivo estavam a entrar navios portugueses na Lisnave?

2º - Em que pé estavam as conversações já efectuadas entre administrações Lisnave/Setenave e governo?

O administrador fez uma análise das conversações efectuadas entre a C.D.T. e a administração da Lisnave e as empresas nacionalizadas, (CNN, CTM, e SOPONATA).

A seguir a esta exposição surgiram várias intervenções por parte dos camaradas presentes tendo focado como ponto mais importante a razão pela qual se encontravam a reparar na Lisnave actualmente cinco navios portugueses, sem que nenhum deles tivesse vindo a reparar na Setenave.

O administrador nada acrescentou à exposição que tinha já feito, alegando somente que a resposta a este problema só o governo estaria à altura de a fornecer. A seguir interveio um elemento do C.T.S. que fez em linhas gerais a seguinte intervenção:

É necessário alertar os trabalhadores para possíveis tentativas de divisão que visam lançar trabalhadores contra trabalhadores que é o que está a acontecer nas relações entre a Lisnave e a Setenave. Os problemas que estão a surgir devem-se sobretudo a uma crise a nível mundial do sistema capitalista em que vivemos, agravada no nosso país pela actual situação política.

As situações têm que ser encontradas pelas administrações, como ficou estabelecido na última reunião entre comissões de trabalhadores Lisnave/Setenave e respectivas administrações. No entanto o que aconteceu foi a administração da Setenave ter apresentado à Lisnave uma proposta, que não teve qualquer resposta por parte da administração da Lisnave, uma vez que os seus administradores estão ausentes no momento, Um está em férias no Alverde, outro encontra-se em Inglaterra, o delegado do governo meteu baixa, tendo ficado unicamente um administrador que não tinha assistido às reuniões, e que portanto não se podia pronunciar sobre o assunto. Com tudo isto passou-se quase um mês sem que se chegasse a qualquer acordo sobre a repartição de trabalho entre a Lisnave e a Setenave.

A nível governamental nada tem sido adiantado sobre o assunto, nem possíveis soluções para resolver a crise da construção e reparação naval têm sido concretizadas.

Os trabalhadores têm que estar alerta para não serem manobrados nem se deixarem dividir ao ponto de entrarem em conflito aberto com os camaradas da Lisnave.

A crise não é causada pelos trabalhadores, mas sim pelo sistema em que nós vivemos, um sistema capitalista onde vivem explorados e exploradores, portanto não é altura para nos dividirmos mas sim para exigirmos à Administração e ao governo que encontre soluções, para a actual crise que nenhum de nós trabalhadores provocou.

Ficou decidido que o C.T.S. e delegados sindicais fossem ao Ministério da Indústria e Tecnologia, com o fim de exigirem uma resposta concreta às questões dramáticas que existem actualmente a nível do estaleiro da Setenave, sobre a falta de trabalho que vem sendo sentida ultimamente. Destas conversações dar-se-á conhecimento a todos os trabalhadores.

MORTE AO FASCISMO!
MORTE AO CAPITALISMO!
VIVA A CLASSE OPERÁRIA!

Mitrena, 28 de Agosto de 1975

O C.T.S.

M 73800
H. Brito 70434
Tebeiro *73465*



setenave

130
71

Estaleiros Navais de Setúbal, S. A. R. L.
RUA EUGÉNIO DE CASTRO, 8, 1.º - Esq.
ALMADA

COMUNICADO

No sentido de fazer parar uma onda de boatos alarmistas que se ligam com o problema da reparação naval, entenderam o C.T.S. e os Delegados Sindicais que é seu dever informarem todos os trabalhadores da Setenave, das diligências efectuadas até este momento.

Diligências entre Administrações (Setenave - Lisnave)

1 - Foram efectuadas várias reuniões entre as respectivas Administrações com a presença dos órgãos representativos dos trabalhadores da Setenave e Lisnave onde foi acordado que as Administrações já referidas deveriam apresentar um documento de acordo. Relativamente ao anteriormente dito a Administração da Setenave elaborou um projecto em 4/8/75, sobre o qual a Administração da Lisnave não se pronunciou até à presente data.

2 - Entretanto, e dada a necessidade de arranjar solução para o problema das Reparações, entendeu a Administração fazer o seguinte:

- Enviar uma exposição ao Ministério da Indústria, solicitando a sua intervenção dado o impasse criado entre as duas Administrações;

- Sugerir ao Ministério da Indústria que as reparações a realizar em navios de empresas nacionalizadas (Soponata, C.T.M., C.N.N.) fossem, prioritariamente, feitas no Estaleiro de Reparações da Setenave, uma vez que esta Empresa foi nacionalizada. (Para informação mais pormenorizada sobre este assunto, chama-se a atenção dos trabalhadores para a Ordem de Serviço nº 72, editada pela Administração da Setenave).

3 - Fez também a Administração da Setenave contactos com a Sorefame e outras indústrias Metalomecânicas, no sentido de conseguir arranjar trabalhos que possam ser executados no nosso Estaleiro.

4 - Posteriormente, estabeleceram-se contactos entre os órgãos representativos dos trabalhadores das duas Empresas, donde se concluiu o seguinte:

- Que o Conselho de Defesa dos Trabalhadores da Lisnave não se opõe, de qualquer modo, à vinda de navios para reparações para a Setenave;

- No caso dos trabalhadores de ambas as Empresas não se solidarizarem com as decisões das respectivas Administrações, seria estabelecido pelos trabalhadores um acordo, no sentido de evitar a sua divisão e fortalecer a sua Unidade.

P. S. Oportunamente, e de acordo com o informado pela Administração Setenave, serão divulgados todos os documentos relativos a este processo de diligências.

- EM FRENTE PELA UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES !

Mitrena, 22/8/75.

C.T.S. ,

André 72933
E. Pereira 73465

P/Delegados Sindicais,

António Lima 72713
António Pires 70166

Realizou-se em 29/7/75 no auditório uma reunião entre o C.T.S. e a Administração, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1º - Vigilância
- 2º - Relações Set/Eni
- 3º - Informação na empresa
- 4º - Cooperação Lis/Set
- 5º - Transferência do Pessoal C.U.F.
- 6º - Setelim-Refeitórios-Mini-bares
- 7º - Estudo da empresa
- 8º - Vencimentos da Administração

No período de informações o Engº Moura Vicente informou o C.T.S. que nesse mesmo dia se encontrava de visita à empresa uma delegação polaca, para o caso do C.T.S. desejar estar presente uma vez que já se havia recusado quando da visita da delegação soviética. O C.T.S. tem recusado estes pedidos em virtude de não serem extensivos a todas as delegações que visitam a empresa.

O Engº Moura Vicente informou o C.T.S. sobre uma exposição que havia recebido dos trabalhadores da secção de andaimes, no qual se pedia o afastamento do encarregado devido à sua incompetência e a eleição de um novo encarregado democraticamente e por voto secreto. A Administração vai proceder a um inquérito sobre o assunto para avaliar o grau de incompetência da chefia em causa. O C.T.S. vai nomear um seu representante para participar neste inquérito, onde o seu papel passará unicamente pela defesa dos trabalhadores que denunciaram esta anomalia. Sobre a eleição democrática e por voto secreto ela só poderá ser posta em prática quando todos os trabalhadores do estaleiro se pronunciarem sobre este assunto e tal medida terá que ser extensiva a todos os sectores do estaleiro.

Sobre o problema do sub-contrato dos soldadores e montadores durante o período de férias o C.T.S. informou que os delegados sindicais estavam a consultar as bases sobre este assunto, para o qual iriam proceder a um inquérito. No caso dos trabalhadores se pronunciarem a favor deste problema o C.T.S. não vê nenhum inconveniente nesta sub-contratação.

O C.T.S. inquiriu junto da Administração sobre o caso do Triumph vermelho para saber como se encontram as averiguações. Foi decidido que o carro passasse para o serviço de movimentação ficando ali retido até serem concluídas as averiguações sobre o assunto, comprometendo-se a administração a divulgá-las a todos os trabalhadores.

O C.T.S. apresentou à Administração as exigências dos trabalhadores transferidos do grupo C.U.F., que haviam sido apresentadas ao Dr. Amaro de Matos, visto estas exigências não estarem legalizadas por escrito a administração disse que elas só poderiam ser estudadas sob o ponto de vista de flagrante injustiça, juntamente com todos os outros casos.

Y Sobre o caso Setelim com vista à integração do seu pessoal na Setenave, foi enviado em 15/7 pela administração um memorando à direcção de Pessoal, para que se observem os diversos factores que dela estão dependentes (vencimentos, turnos, contratos collec-

V/S/E/FAVOR

tivos de trabalho, etc.).

A administração depois de ter estudado o relatório efectuado sobre os refeitórios e mini-bares, verificou a grande desorganização que se tem verificado em todos os aspectos que ao assunto dizem respeito e para dar solução ao problema enviou à Direcção de Pessoal um memorando, no qual se relatavam todos estes problemas e em que se pedia o recrutamento de um chefe à altura para estes serviços, recrutamento este que já está a ser feito.

O C.T.S. reinvidicou à administração a divulgação do estudo sobre a empresa que esta havido prometido divulgar quando concluído. Oportunamente este estudo será divulgado a todos os trabalhadores.

Foi igualmente pedido à administração que divulgasse os vencimentos auferidos nesta altura pelos actuais administradores. Sobre o assunto foi-nos informado que o Engº Sardinha e Dr. Hugo de Jesus se encontravam demissionários e que havia já sido nomeado pelo Banco Totta & Açores um novo administrador para a empresa, o qual ainda não havia ^{ingressado} no estaleiro. Sobre o vencimento do Engº Moura Vicente em 15/7 foi por este enviado ao processamento uma nota provisória em que se pedia que desde a sua entrada na empresa, lhe fosse processado a título provisório o vencimento de 30.000\$00.

Foi igualmente enviada pelo Engº Moura Vicente uma exposição ao Ministro da Indústria, solicitando informações escritas sobre os vencimentos a atribuir aos administradores. Sobre o problema ^{vigilância} visto o C.T.S. não ter posto objecções algumas à OP que lhe havia sido apresentada, deve a mesma ser posta em prática imediatamente. Sobre a entrada de viaturas no estaleiro irão ser revistas todas as autorizações permanentes que foram concedidas e acabar com todos os casos que já se não justificam.

Posta mais uma vez à administração o problema da picagem de ponto, uma vez que os delegados sindicais também já haviam chegado à conclusão da sua marcação extensiva a todos os trabalhadores. Foi-nos informado pela administração que foram proibidas por parte dos directores as horas extraordinárias, salvaguardando aqueles casos muito especiais, devendo essas ser sancionadas pelos Chefes de Departamento.

Sobre os trabalhadores da Eni e Gáslimpo foi pedida a sua integração na empresa, por todas as anomalias que têm surgido podem ser evitadas com esta medida. O C.T.S. irá auscultar as comissões de trabalhadores Eni/Gáslimpo que por sua vez procederão a consultas nas bases, ficando para breve uma resposta sobre este assunto.

Dado que a informação que é apresentada aos trabalhadores não é feita da melhor maneira resulta daí a má informação que é sentida por todos os trabalhadores. Em virtude deste problema foi exigido pelo C.T.S. que toda a informação devia ter a participação dos trabalhadores, e ser feita de modo a que fossem os próprios trabalhadores a informar e a ser informados.

Sobre o assunto da habitação inscreveram-se cerca de 370 camaradas, tendo sido marcada uma reunião em Setúbal, onde seria eleito um grupo que avançaria com o processo, em virtude de só terem comparecido cerca de 20 pessoas oportunamente será marcada nova reunião. Vai iniciar-se um processo de cooperação entre a Lisnave/Setenave em que o C.T.S. estará presente, apenas como observador. Hoje dia 31/7 sobre o assunto realizar-se-á hoje às 15 horas na Lisnave uma reunião da qual o C.T.S. apresentará as conclusões a todos os trabalhadores.

VIVA A CLASSE OPERÁRIA!

31/7/75 - O.C.T.S.
Rodríguez / 2733
Rosa 70195
União 73204
Fundo 73204

COMUNICADO E INQUÉRITO

CAMARADAS

Na passada 5^a feira em reunião com a administração foram os delegados sindicais informados e solicitado o seu parecer sobre a crise levantada na Pesada pela falta de mão de obra no período de férias. Crise essa que viria a agravar o atraso com que já se encontra o navio em construção e que neste momento é de 4 meses.

A falta de mão de obra na Pesada levou os gestores a pensarem em recorrer ao trabalho de empreiteiros como solução do problema.

Sendo esta questão posta aos delegados sindicais pensou-se e discutiu-se profundamente sobre o caso nos pontos que passamos a expôr:

1º O Serviço de Recrutamento não tem tido capacidade de resposta para o nº de admissões previstas por:

- a) Devido ao grande nº de desempregados no País leva a que as pessoas nessa situação aflitiva respondam aos anúncios sem terem conhecimentos efectivos da função a desempenhar.
- b) Os exames médicos efectuam-se em número muito inferior às necessidades do momento 7 ou 8 por dia quando seriam necessários 20 ou 30.
- c) Também os exames profissionais se fazem a um nível muito inferior ao desejado que seria na mesma ordem de grandeza 20 ou 30

2º Perante todas as contrariedades acima expostas e mais a passividade da administração na sua resolução, veio o que era perfeitamente previsto o período de férias; assim os gestores da Pesada pensam acabar com o 2º turno na semana 32 devido à falta de efectivos que atingirá nessa semana 150 trabalhadores em férias e o consequente agravamento do atraso no prazo de entrega do navio.

3º Passamos a informar as condições em que viriam trabalhar os empreiteiros no caso de se vir a concretizar o seu ingresso nas semanas de 32 a 38.

- a) Os operários da firma empreiteira terão de fazer exame na escola de formação ou já o terem feito na Lisnave.
- b) Cada trabalhador traz a sua caixa de ferramenta individual.
- c) Serão durante essas semanas substituídos por operários da Setenave que entretanto venham a ser admitidos.

Ex: Na semana 35 eram admitidos na Setenave 20 soldadores pois têm de ir embora 20 soldadores do empreiteiro.

- d) Estes operários têm direito às refeições na Setenave e a instalações para tomarem banho e mudarem de roupa

.../

4º Com estas informações, decidiram os delegados consultar os trabalhadores que representam. As opiniões recebidas foram muito divididas, além de muitos delegados estarem em férias e, conseqüentemente, não haver uma ideia mais geral e justa. No entanto, no dia 28, em reunião, e apesar de, na grande maioria dos casos serem contra as empreitadas, devido a tudo o que foi exposto, decidiram que a empresa poderia contratar os empreiteiros e, ao mesmo tempo, fazer um comunicado explicativo de tudo isto.

No entanto, dia 29, ao fazer-se o comunicado, pensou-se que o mais correcto seria transformá-lo também em inquérito.

Por isso, no fim deste texto, seguem duas alternativas de resposta, em que todos devem colaborar, para que as decisões vão ao encontro da real vontade dos trabalhadores.

Mais informam os delegados sindicais que decidiram tomar as medidas que se passam a enumerar para que tais factos não se voltem a repetir.

1º Foi criado um grupo de trabalho com 2 camaradas que actuarão no Serviço de Recrutamento afim de detetarem algumas anomalias.

2º Exigir da administração:

a) O aumento do número de exames médicos diários na Setenave ou na Lisnave.

b) O aumento do número de exames profissionais

Maior nº de dia (1º turno) ou que se passem a fazer exames ao 2º turno se necessário.

c) Que o recrutamento seja alargado a candidatos sem serviço militar cumprido.

Durante as semanas 32 a 38 há uma falta, em média, de cerca de 70 soldados e 70 montadores, o que fará aumentar ainda mais, o atraso de 4 meses nas novas construções.

Concordas que a empresa, contrate uma empreitada de soldados montadores (sõmente a serem utilizados na Pesada) e no período compreendido entre as semanas 32 e 38?

ASSINALA COM UMA CRUZ A RESPOSTA QUE ACHAS DEVER DAR.

 SIM

 NÃO

Os Delegados Sindicais

COPIA 70/00

ASSUNTO: Subempreitadas de Montadores e Soldadores durante o tempo de férias para o Departamento de Casco

Existe uma grande concentração de pessoal de férias nas especialidades de Montadores e Soldadores desde a semana 32 à semana 38, chegando a atingir níveis da ordem de 80 Montadores e 80 Soldadores simultaneamente em férias. Para superar estes números e tentar manter os níveis de produção evitando agravar o atraso já existente na Construção, julga-se ser necessário recorrer a subempreiteiros, para Substituição Temporária dos trabalhadores em gozo de férias. O pessoal de subempreiteiros só seria admitido depois de ser submetido a exame profissional na SETENAVE e ter sido considerado apto ou já ter cumprido requisitos idênticos na LISNAVE.

Devem os Delegados Sindicais, logo de manhã, consultar os camaradas e comparecerem no Auditório, 29 feira, dia 28 de Julho, pelas 14 horas, para poderem tomar uma decisão baseada na opinião da maioria dos trabalhadores do Estaleiro.

NOTA: Isto dirige-se a todos os Delegados Sindicais, independentemente dos sectores envolvidos.

Mitrena, 24 de Julho de 1975

Pel'os Delegados Sindicais

H. July 23 354
Henrietta Rosa 72971



setenave

Estaleiros Navais de Setúbal, S. A. R. L.

RUA EUGENIO DE CASTRO, 8, 1.º - Esq.

ALMADA

X 126 77

COMUNICADO

- 1 - Foi aprovada pelo Ministério do Trabalho em ofício de 14 do corrente a aplicação do "leque salarial", aprovado na Assembleia Geral dos Trabalhadores de 1 do corrente.
- 2 - A Secção de Processamento está a envidar todos os esforços para uma correcta aplicação do "leque salarial" nos vencimentos do corrente mês, recorrendo aos serviços do Departamento de Informática. Dado o curto prazo de que se dispõe para este trabalho e o grande número e diversidade de alterações de salários a efectuar, são de prever alguns erros para os quais se pede desde já a compreensão dos eventuais atingidos.
- 3 - Conforme foi acordado em reunião dos Delegados Sindicais com a Administração estão-se a elaborar processos de análise de alguns casos pendentes de reclassificações, promoções, mudanças de função, etc., não atingidas pelo "leque salarial". Os processos julgados de "injustiça flagrante" serão sujeitos a homologação da Assembleia de Delegados Sindicais.
Por razões óbvias, não será já possível incluir no processamento do corrente mês qualquer destes casos ainda que venham a ser rapidamente aprovados.

Mitrena, 16 de Julho de 1975.

setenave

Estaleiros Navais de Setúbal, S.A.R.L.

O Chefe do Departamento do Fiscoel

ACTA DA REUNIÃO DOS DELEGADOS SINDICAIS

Realizou-se no dia 14.7.75 pelas 15 Horas uma reunião dos delegados sindicais com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Horário de Trabalho.
- 2 - Reestruturação da Inter-Delegados
- 3 - Regulamento da Inter-Delegados
- 4 - Problema de salários

1 - Ao dar-se início à discussão do primeiro ponto, foi lida uma proposta da mesa sobre a alteração do horário (já do conhecimento geral) que incluía a existência (ou não) do terceiro turno e a unificação do horário por parte dos grupos sócio-profissionais com horário administrativo.

Em determinada altura da discussão foi posta a questão de se considerar como efectuada a ascultação realizada pelos Delegados Sindicais nas diversas unidades de produção. Concluiu-se através do manifestado pelos Delegados Sindicais que a esmagadora maioria dos trabalhadores operativos se tinham pronunciado nos seus locais de trabalho, favoravelmente.

Assim, ficou aprovado o seguinte horário para operativos.

Dia - Entrada - 8.00H
Almoço - 12.00H - 12.45H
Saída - 17.20H

Noite - Entrada - 16.50H
Jantar - 21.00H - 21.40H
Saída - 1.30H

Sobre o turno e considerando-se que ele será feito em regime de voluntariado, será o assunto objecto de um inquérito junto dos trabalhadores, devendo estes pronunciar-se correctamente para assim se poderem tirar conclusões objectivas.

Sobre a unificação do horário, em que os trabalhadores administrativos se deveriam pronunciar, foi constatado que é um assunto com objectividade política não servindo neste momento para unir os trabalhadores da Empresa, antes pelo contrário.

Outros problemas foram levantados sobre esta questão nomeadamente; desemprego, valor-hora, etc.. Em conclusão deste assunto, foi aprovado por unanimidade uma proposta para que se não mexesse no horário administrativo e aguardar a saída do horário nacional. Na mesma proposta aprovou-se também, que os grupos sócio-profissionais com horário administrativo e através dos seus delegados sindicais apresentem por escrito as suas posições fundamentadas.

2 - Ao abordar-se este ponto, começou por se manifestar a dificuldade do poder organizativo da comissão inter-delegados, motivado principalmente pelas poucas comparências.

dos delegados sindicais às respectivas reuniões.

Assim, e considerando o atraso referido, que provoca consequentemente uma fraca contribuição para a resolução dos muitos problemas que a comissão sindical chamou a si, aprovou-se a seguinte proposta por unanimidade:

- 1 - Os trabalhadores devem exigir a demissão de todos os delegados que não têm cumprido a sua função, isto é; não vão às reuniões e consequentemente não informam aqueles que representam.
- 2 - Deve-se proceder em seguida à eleição de camaradas que substituam os demitidos.
- 3 - Que a partir de hoje, passem a sair juntamente com a acta a lista dos nomes presentes às respectivas reuniões, assim como a secção onde cada um pertence.

Afim de se preencherem as vagas existentes na inter-delegados, foram eleitos os camaradas COBRA, BAGULHO e JACINTO pelos Metalurgicos.

Motivado pelo adiantado da hora, entendeu-se não ser hoje apresentado o projecto regulamento para o funcionamento da inter-delegados e comissões sindicais.

Pelo mesmo motivo não foi abordado o quarto ponto da respectiva ordem de trabalhos.

Respeitante ao novo critério de exames na Escola de Formação, foi aprovado o projecto do Departamento de Pessoal (que será publicado) tendo ainda ficado definido que todos aqueles que queiram entrar para a Setenave (sector produtivo) têm de fazer exame profissional venham eles de onde vierem.

INFORMAÇÃO

INFORMA-SE OS CAMARADAS QUE JÁ FOI RECEBIDA NA SETENAVE A RESPOSTA AFIRMATIVA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO SOBRE A APLICAÇÃO DO LEQUE SALARIAL.

LISTA DE PRESENCAS NA REUNIÃO

-Ilidio Correia - 73206; Agostinho Rosa 73341; Alfredo Bruno 70103; Faria Pereira 70178; Possidônio Borba 70026; Jacinto Lopes 70579; Custódio Cobra 70266; Ajaz Faleiro 73215; João Guerra 70780; Bagulho 70929; António Amaro 70399; José Reis 70794; Cristovão Marques 70791; Joaquim Palma 70393; Aida Almeida 70435; Filipe Frazão 73296; Luis Grilo 71912; João Rebelo 72410; Arnaldo Gamito 72357; Domingos Robalo 72615; Meia Via 73226; Paulo 73394 e ainda os camaradas 72443 e 72253 com assinatura ilegível.

VIVA A UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES EM TORNO DA CLASSE OPERÁRIA
O FUTURO CONQUISTA-SE NÃO SE ACEITA PASSIVAMENTE.

OS DELEGADOS SINDICAIS: Robalho Reis

R. Lourenço 73297

I N Q U É R I T O

129 80

Alguns camaradas sugeriram a criação do 3º turno. Este turno seria de 5 (cinco dias) Entrada à 1.00 hora, ceia das 4,00 às 4,15 m; saída às 8,00 horas. O tempo de ceia não será descontado, e a ceia será fornecida pela empresa (2 sandes, um peça de fruta e uma cerveja e bebida equivalente),

As razões apontadas para a criação do 3º turno consistem no facto de que, internacionalmente, isso poderia beneficiar as encomendas. Esse 3º turno seria composto por voluntários e em número limitado, de acordo com o planeamento das encomendas de reparação; o 3º turno será considerado ainda para a colocação de blocos e outros materiais na doca.

Outros camaradas dizem ter-se lutado bastante para a eliminação do 3º turno e que seria incorrecto criá-lo de novo.

Concordas com a criação do 3º turno, conforme as condições acima descritas? (risca o que não interessa)

SIM

NÃO

Consideras-te voluntário? (Risca o que não interessa).

SIM

NÃO

ENTREGA A RESPOSTA
A SAÍDA DOS REFEITÓRIOS
Pel' Os Delegados Sindicais
A. J. n.º 733

5. DIRECÇÃO DE PESSOAL

Em reunião anterior com a Administração foi o CTS sobre pessoas propostas com o cargo de Director informou o CTS considerar como aceitáveis o Pilar (com largo passado, no sector de pessoal, final será comunicada pela Administração,

6. SETELIM

Foi entregue à Administração o relatório deste pronunciar brevemente,

7. REFEITÓRIOS

Igualmente foi entregue o relatório deste assunto final,

8. ADMISSÃO DE PESSOAL

Por se verificar da extrema urgência na estabelecimento dos contactos com a Lisnave para a cedência de trabalhadores, foi proposto pela Administração a suspensão de admissão de pessoal. Isto não implica, no entanto, que não possa

8.7.75

1. FÉRIAS

Conforme solicitação do CTS e Delegados Sindicais para anulação do decreto saído ultimamente e de acordo com o que estava a ser decidido noutras empresas, decidiu o Eng. Moura Vicente enviar uma exposição ao Ministério do Trabalho referindo tratamento discriminatório a que ficam sujeitos os trabalhadores se se começasse a aplicar o decreto nesta altura, Manter-se-ia o esquema existente na empresa e só a partir de Janeiro próximo se começaria a aplicar o novo decreto.

2. VISITA À BULGÁRIA

Havendo conhecimento da próxima deslocação à Bulgária de uma missão oficial a este país patrocinada pelo Fundo de Fomento de Exportação, teria a participação de representantes da Lisnave e Setenave, já que os problemas lhes dizem directamente respeito.

Informou o Eng. Moura Vicente ter depositado confiança no representante da Lisnave, pelo que se dispensava a participação de elementos da Setenave.

O CTS informou também ter recebido convite para se deslocar à Bulgária como representante dos trabalhadores, mas decidiu não nomear nenhum representante, já que serão os trabalhadores da empresa a decidir da participação ou não do CTS em futuras visitas de prospecção de mercados, Haverá, neste sentido, consulta à classe numa próxima assembleia.

3. REESTRUTURAÇÃO DO SECTOR NAVAL

Estando prevista a nacionalização da Setenave para esta semana, implicará a criação de uma comissão de reestruturação do sector de construção e reparação naval.

Após discussão do assunto, informou o CTS participar nesta comissão com o carácter de observador enquanto não forem contactados todos as comissões de trabalhadores dos estaleiros do país.

4. COMISSÃO ADMINISTRATIVA

Na sequência da próxima nacionalização da Setenave, há necessidade de criar uma comissão administrativa. A Administração pediu ao CTS para se pronunciar sobre a participação nesta comissão do Eng. Sardinha e do Dr. Hugo de Jesus.

O CTS respondeu não ter que se pronunciar neste sentido, cabendo aos trabalhadores pronunciar-se favorável ou desfavoravelmente.

Esta comissão é criada por 3 meses, podendo o prazo ser estendido e terá como objectivo principal a reestruturação da Empresa, a todos os níveis.

5. DIRECÇÃO DE PESSOAL

Em reunião anterior com a Administração foi o CTS solicitado para se pronunciar sobre pessoas propostas com o cargo de Director de Pessoal. Após diversas consultas informou o CTS considerar como aceitáveis o Eng. Bettencourt, Dr. Reixa e Dr. Norberto Pilar (com largo passado no sector de pessoal, por todo o Grupo CUF). A decisão final será comunicada pela Administração.

6. SETELIM

Foi entregue à Administração o relatório deste processo, pelo que esta se deverá pronunciar brevemente.

7. REFEITÓRIOS

Igualmente foi entregue o relatório deste assunto, aguardando-se também comunicação final.

8. ADMISSÃO DE PESSOAL

Por se verificar da extrema urgência na entrada de soldadores e por que, até à data dos contactos com a Lisnave para a cedência de pessoal não resultou a vinda destes trabalhadores, foi proposto pela Administração e aceite pelo CTS o levantamento da suspensão de admissão de pessoal.

Isto não implica, no entanto, que não possam ser aproveitados os trabalhadores da

V/S/ FAVOR

REUNIÃO COM O MINISTRO DA INDÚSTRIA E O SECRETÁRIO DE
ESTADO DA INDÚSTRIA

Firmo o CTS e o Conselho dos Estaleiros de Viana do Castelo convidados para uma reunião no passado dia 10, pelas 12 h.

Nesta reunião foi-nos comunicada a próxima nacionalização destas empresas que irão a Conselho de Ministros no próximo dia 15/7/75.

Esta atitude tomada pelo Ministro da Indústria tinha, como finalidade, informar os trabalhadores da decisão do Governo para a nacionalização, de forma que não tivessem conhecimento através do Diário do Governo.

Uma vez que a decisão do Governo não passou por uma consulta aos trabalhadores da Setenave o CTS ouviu as explicações do Sr. Ministro que justificam a tomada de posição, quanto à nacionalização.

A opinião do Governo é de que não se justificava a continuação da existência da Setenave como empresa privada, uma vez que a maioria do capital pertencia já ao Estado, através de empréstimos quer da banca quer da Caixa Geral de Depósitos e que, ao ser nacionalizada, possibilitaria uma maior participação por parte dos trabalhadores no destino da empresa. Para isso, através da criação do Departamento da Indústria Naval (DIN) poderiam os trabalhadores definir a política de reestruturação do sector.

O CTS definiu a sua posição afirmando que a nacionalização da Setenave independentemente da Lisnave muito pouco ou nada adiantaria e alertava para a possibilidade da divisão entre os trabalhadores das duas empresas que se poderia vir a criar.

O CTS pensa que não é este tipo de política, em que as nacionalizações são feitas com a preocupação de não atacar directamente o capitalismo internacional (causas para a não nacionalização da Lisnave), para que este mesmo capitalismo não desencadeie o boicote económico de forma radical, dado que boicote já é uma realidade e a tendência é de agravamento. Portanto, não definir já uma política correcta para fazer face a uma situação que se advinha de crise de desemprego generalizado é enganar os trabalhadores.

O CTS vai consultar os trabalhadores para saber se deve ou não participar na reestruturação do sector da indústria de construção e reparação naval, com participação activa tal como lhe é solicitado.

O Ministro da Indústria concordou com esta tomada de posição e que a entendia dentro da perspectiva de luta que a classe operária tem desenvolvido.

14.7.75

O C.T.S.

Jaime Gonçalves 72738
Madalena 70.012
Angelo R. 71762
Manuel 73860
G. Ad... 72325
... 73204
... 73026

1. ANÁLISE À SITUAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO QUANTO A:

a) CONSTRUÇÕES

De acordo com as declarações feitas aos órgãos de informação internacionais por responsáveis de grandes companhias com influência no mercado da construção e reparação naval, este sector económico atravessa uma grave crise resultante de cancelamento de encomendas.

Cita-se um exemplo do Chefe do Departamento de Pesquisas Navais da Nippon Yusen Kaisha que afirmou, 'na actual situação do mercado não será necessário encomendar um só petroleiro nos próximos 10 anos a qualquer estaleiro do mundo. Outro exemplo diz respeito ao cancelamento de encomendas em carteira (com compromissos assumidos), nomeadamente em construções de grande porte.

b) REPARAÇÕES

Também neste sector o movimento de cancelamentos se tem vindo a agravar.

Em fins de Abril de 75, cerca de 385 petroleiros (este mês fala-se já em cerca de 500) encontravam-se parados por falta de fretes servindo de depósitos e os outros sofrem uma redução de velocidade de marcha de 10%.

O que é que isto quer dizer?

Que existem cada vez menos petroleiros para reparar e em face da redução de velocidade, o espaço entre reparações será mais longo.

Verifica-se ainda que os armadores adiam possíveis reparações a fazer em cada navio preferindo pará-los a fazer grandes reparações.

2. CONSEQUÊNCIASLISNAVE

Em face dos cancelamentos sucessivos de reparações na Lisnave que se tem vindo a agravar, provocando crises de desemprego (há 2 semanas estiveram na situação de desemprego 1.200 trabalhadores, o que levou a Setenave a cancelar as admissões) coloca a Lisnave em sérias dificuldades de carácter económico.

SETENAVE

O sector das reparações na Setenave foi inaugurado com demasiado optimismo (a publicidade nos jornais foi feita em moldes triunfalistas) num período em que a situação de crise estava definida.

Conhecendo a Administração da Setenave esta crise em profundidade, esperava pacientemente a resolução do Governo na nomeação do Administrador por parte do Estado, evitando tomar decisões para fazer face ao desenrolar da crise.

Nesta altura e diante do optimismo da Setenave o CDTLisnave avançou com um processo de análise que forneceu elementos ao CTS e que vieram a ser comparados com outros fornecidos pela Direcção Comercial da Setenave. A coincidência dos referidos elementos levou o CTS a informar os trabalhadores em assembleia geral.

3. PLANO DE ACÇÃOa) A nível de comissões

No dia 7/7/75, em reunião com o CDTLisnave, CTS, Comissão Gaslimpo, Administração-Lisnave, Administração-Setenave (o Eng. Sadinha afirmou não responder como Administrador, por não representar a Administração, dado que estava demissionário desta função) e os Delegados do Governo de ambas empresas, foi sugerido que fosse feito pelas Administrações um planeamento de cargas dos navios que se encontram previstos para reparação, cujo número varia diariamente motivado por cancelamentos sucessivos que chegaram a acontecer na véspera da docagem.

A repartição dos navios para reparação entre a Lisnave e a Setenave só poderá ser feita com base neste estudo, o que possibilita às comissões de trabalhadores controlar as decisões tomadas a nível de Administrações sobre os navios a enviar ou não para a Setenave.

Foi dado o prazo para apresentação deste estudo até 3ª feira, dia 15/7.

Até lá não está o CTS informado que entre qualquer navio para reparação,

na Setenave, cujas consequências imediatas serão a situação de desemprego para o pessoal deste sector, depois da saída do Montemuro.

b) A nível do Governo

Dentro das perspectivas do Governo de "desenvolvimento económico" é criado pelo Ministério da Indústria o Departamento da Indústria Naval que terá a finalidade de reestruturação do sector da construção e reparação naval, mas que na sua 1ª fase estudará 135 empresas, das quais estão excluídas a Lisnave, Setenave, Estaleiros de Viana do Castelo e os Estaleiros de S. Jacinto.

O Governo ignora assim a actual situação de crise mundial que afecta directamente os grandes estaleiros nacionais, mas resolve nacionalizar a Setenave.

A Comissão de Trabalhadores da Lisnave contestou publicamente o plano de reestruturação do sector e a ignorância da crise, tendo estas posições sido deturpadas pelos órgãos de informação classificando-as de especulativas e alarmistas.

c) A nível de trabalhadores

De acordo com a situação expressa neste documento e em futuro relatório mais detalhado a ser elaborado, os trabalhadores serão chamados a discutir e a decidir as medidas futuras a tomar na próxima assembleia geral.

4. ANÁLISE POLÍTICA

Toda esta crise resulta das contradições do sistema capitalista que se mostra incapaz de continuar a exploração das classes trabalhadoras, em face da reorganização em todo o mundo da classe operária que intensifica a luta contra o capital.

Todas as soluções que venham a ser tomadas neste país tendo por base o sistema capitalista não interessam à classe operária deste país que não colaborará para salvar o sistema capitalista sob qualquer forma que ele se apresente.

PELA DITADURA DO PROLEARIADO
VIVA A CLASSE OPERÁRIA

10.7.75

O C.T.S.

Revisão
70442

Angelos
71752

José Fernandes
73045

Jaime Pompeu
72436

M. Correia 72012

121 ✓

HORÁRIO DE TRABALHO

1ª Proposta

Tomando como base os abaixo assinados que nos foram entregues, (+270) relativos à mudança do horário de trabalho, é proposto o seguinte para 5 (cinco) dias de trabalho:

1º Período

Entrada às 8,00h , Almoço das 12h às 12,45h , Saída às 17,20h

2º Período

Entrada às 16,50h , Jantar das 21h às 21,40h , Saída às 1,30h

Nota: Verifica-se uma sobreposição de 30 minutos, (entre as 16,50h e as 17,20h) para passagem dos trabalhos em curso, justificando-se esta sobreposição a todos os níveis para um melhor aproveitamento e sequência do tempo de trabalho útil.

Este horário a ser aprovado, entrará em vigor, logo que o serviço de transportes faça um novo planeamento das carreiras em curso, considerando alguns casos de residência mais longínqua, e de mais difícil acesso.

2ª Proposta

1º Considerando, que existem determinados sectores do estaleiro, em que se pode efectuar um melhor aproveitamento da maquinaria existente e de uma melhor preparação para sequência de trabalho, exemplos: Secção de Oxi-corte e Parque de Aço da Caldeiraria Pesada, Pórtico e Guindastres, Serviço de Docas, Departamento de Reparações, Oficina de Máquinas, etc.,

2º Considerando, a grande repercussão , que a criação de um 3º Período de trabalho, terá no mercado estrangeiro para uma conquista de concursos de reparações de navios principalmente, (um armador tem sempre preferência por um estaleiro em que exista 3º período de trabalho, devido a ter o navio parado o menos tempo possível) propõem-se:

Criação de 3º Período de trabalho com o seguinte horário para 5 (cinco) dias de trabalho:

Entrada à 1,00h , Ceia das 4,00h às 4,15h , Saída às 8,00horas

Nota: Verifica-se uma sobreposição de 30 minutos (entre a 1,00h e a 1,30h) para passagem de trabalho.

Que todos os trabalhadores neste período de trabalho tenham direito a ceia dada pela empresa (constituída por 2 sandes, uma peça de fruta e uma cerveja ou bebida equivalente).

O tempo para ceia não deva ser descontado.

A aprovação destas duas propostas, proporciona um melhor aproveitamento dos transportes, (carreiras) e a criação de novos postos de trabalho, devido ao 3º período de trabalho.

Devem ter preferência para o período acima citado trabalhadores voluntários e indispensáveis para o funcionamento dos diferentes sectores onde se justificar 3º período de trabalho.

Todos os trabalhadores actualmente em regime de turno rotativo deverão ser englobados neste novo horário e por conseguinte ter as mesmas regalias.

Nota: O problema do fornecimento das ceias será a estudar com o serviço de refeitórios.



setenave

Estaleiros Navais de Setúbal, S. A. R. L.

RUA EUGÉNIO DE CASTRO, 8, 1.º - Esq.

ALMADA

120

86

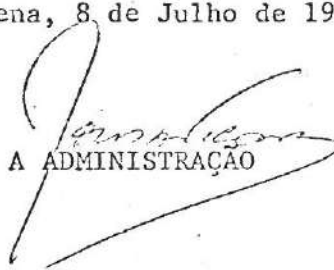
COMUNICADO

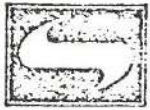
DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS

Na sequência do anteriormente comunicado sobre o regime de férias a seguir na Setenave, foi enviado ao Ministério do Trabalho um requerimento para completo esclarecimento e fixação de interpretação do disposto sobre "Férias e Feriados" no Dec-Lei 292/75 de 16 de Junho.

Nestes termos, e até recepção daquele esclarecimento, determina-se que o regime de férias a seguir na Empresa seja o previsto na OP 00008 de 23/1/75, (regime anterior).

Mitrena, 8 de Julho de 1975.


A ADMINISTRAÇÃO



COMUNICADO

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS RELATIVAS A FÉRIAS

Foi publicado o Dec. Lei 292/75 de 16 de Junho que, nomeadamente, dispõe:

"artigo 18º

- 1 -
- 2 - Em caso algum poderão ser atribuídas a qualquer trabalhador férias de duração superior a trinta dias, incluindo Domingos e Feriados iniciais, intermédios ou finais, mesmo se gozados interpoladamente.
- 3 - Os trabalhadores abrangidos por este artigo têm direito a um subsídio e férias equivalente ao da remuneração do respectivo período de férias.

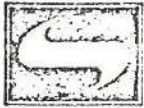
"artigo 19º - Nas empresas públicas e nacionalizadas, bem como nas empresas privadas, apenas poderão ser observados, a título de feriados, além do feriado municipal da localidade, ou legalmente obrigatórios, a Sexta-feira santa ou a Segunda-feira posterior ao Domingo de Páscoa e o dia 24 de Dezembro."

Estas disposições alteram o regime de férias e feriados que vinha sendo seguido, e por isso, o disposto na O.P. 00008 de 23/1/75 relativa a "Férias e Licenças sem retribuição".

Nestes termos, de acordo com o citado Dec. Lei e o resultado das consultas que expressamente foram feitas junto do Ministério do Trabalho para melhor interpretação do diploma estabelecem-se as seguintes disposições relativas a férias:

- 1 - Fica suspensa a recepção do disposto na O.P. 00008 de 23/1/75.
- 2 - São concedidas férias por um período não superior a 30 dias.
 - a) Quando se inicie o período de férias em dia imediatamente a seguir a Domingo ou dia Feriado serão estes contados como dias de férias.

.../



setenave

Estaleiros Navais de Setúbal, S. A. R. L.

119/A 88

/....

- b) Os Domingos e dias Feriados intermédios no período de férias, são neste considerados.
- c) Coincidindo o último dia do período de férias com a véspera de Domingo ou dia Feriado, serão estes considerados como dias de férias.
- d) É aplicável o disposto nas alíneas anteriores quando as férias sejam gozadas interpoladamente.

3 - Aos trabalhadores com direito a 30 dias de férias será atribuído um subsídio de férias correspondente a um mês de vencimento.

4 - No ano da admissão os trabalhadores têm direito a dois de férias por cada mês de serviço efectivamente prestado, a um subsídio de férias correspondente aos dias a que o trabalhador tenha direito, que será pago à medida que as férias forem gozadas.

5 - As férias correspondentes ao ano da admissão só poderão ser gozadas até 31 de Dezembro desse ano, incluindo os dias referentes a este mês.

6 - Apenas poderão ser observados a título de feriados, os legalmente obrigatórios:

1 de Janeiro

25 de Abril

1 de Maio

Corpo de Deus

10 de Junho

15 de Agosto

1 de Novembro

8 de Dezembro

25 de Dezembro

e ainda :

- Feriado Municipal

- Sexta-feira Santa ou a Segunda-feira posterior ao Domingo de Páscoa.

24 de Dezembro

.../



setenave

Estaleiros Navais de Setúbal, S. A. R. L.

M. TERESA S. ROSA

119/B
89 ✓

7 - As regras consignadas em 2 respectivas alíneas são aplicáveis ao regime de férias no ano da admissão.

Mais esclarece-se que a SETENAVE continuará as suas diligências junto ao Ministério do Trabalho, para efeitos de apresentação de observações recolhidas quanto a pontos duvidosos de Dec. Lei 292/75, de 16 de Junho, e a sua receptividade pelos trabalhadores.

A ADMINISTRAÇÃO

DE 1.7.75

Realizou-se em 1.7.75 uma assembleia geral de trabalhadores no R3, com a seguinte ordem de trabalhos;

- 1, Informações
- 2, Leque salarial
- 3, Outros assuntos

1, Este plenário teve a intervenção do CTS e da Comissão de Delegados Sindicais na Mesa,

A ordem de trabalhos entrou em vigor após um camarada da Rádio Renascença, presente na Assembleia, ter explicado resumidamente toda a sua longa luta.

O CTS informou ter substituído alguns elementos que entretanto haviam pedido a demissão,

Foi iniciado o período de informações, passando-se a descrever a situação actual da indústria da construção e reparação naval, as causas da crise que a indústria atravessa, salientando-se a especulação levada a cabo por alguns órgãos de informação, sobre este assunto,

Informou os trabalhadores da situação de impasse em que se encontrava o contrato com a Enksberg, esclarecendo-se todas as dúvidas dos trabalhadores que, mal informados, julgavam como grandemente vantajoso o contrato com a Polónia para as empresas Lisnave e Setenave. O CTS esclareceu serem navios muito pequenos, dos quais só 9 seriam construídos na Setenave, não ultrapassando uma capacidade de 35,000 t. O CTS informou a assembleia da sua presença em Leiria e do contacto havido com a Comissão Coordenadora da Electro-mecânica pesada que agrupava todas as empresas do género, a nível nacional, tendo esta comissão estabelecido contactos com o Secretário de Estado da Indústria que, posteriormente, em Coimbra, apresentou uma proposta que foi aceite para controle da indústria naval. Para este efeito foi nomeada uma Comissão Instaladora do DIN (Departamento da Indústria Naval) e criado o decreto nº 39 que englobava apenas os estaleiros pequenos, ficando os de grande dimensão (Setenave, Lisnave, Estaleiros Navais Viana do Castelo, S. Jacinto) para uma segunda fase.

O CTS informou ainda de uma reunião havida com a Inter-Comissões do Grupo CUF que apresentou uma proposta concreta para a nacionalização de todo o Grupo CUF, entre outras, pondo esta proposta à decisão dos trabalhadores mas procurando esclarecê-los primeiramente da razão pela qual, no momento político que o país atravessa, aparece uma proposta deste género, usando para tal todos os factos relacionados com o assunto, nomeadamente as anteriores nacionalizações que se devem à crise do imperialismo nacional e internacional e à dependência da política actual do país, em relação ao capital estrangeiro, às multinacionais e à NATO.

O CTS esclareceu que, devido à realização de um plenário no sábado, dia 5, de todas as comissões do Grupo CUF, era necessário que os trabalhadores tomassem uma posição sobre este assunto. Em virtude da gravidade do problema que exige longa informação e discussão, foi proposto que o CTS fornecesse toda a informação escrita que tem em seu poder relatando os factos apontados com o objectivo de informar todos os trabalhadores e para que a discutam nos locais de trabalho. Foi esta proposta aceite por unanimidade.

2. Leque salarial

Através de um delegado sindical foi feita uma retrospectiva do processo que veio a culminar com a aceitação pelos trabalhadores da Setenave do que resultasse da Lisnave. Foram referidos igualmente os entraves que, entretanto, foram surgindo e que prejudicaram grandemente a resolução do problema.

Existindo na Setenave diversos grupos socio-profissionais e cada um deles tendo o seu contrato iria dificultar a aplicação pura e simples do leque. Neste sentido, foi criada um grupo constituído por elementos do GERI (nomeados pela Administração), dois delegados sindicais (nomeados em assembleia de delegados), 2 elementos do CTS (nomeados por este conselho) e 1 elemento do Serv. Pessoal (nomeado por este departamento).

Após diversas reuniões com os grupos socio-profissionais, foram-se detectando erros de contratos elaborados com o fim exclusivo de dividir os trabalhadores. Tentando aproximar os trabalhadores a comissão de aplicação do leque redigiu uma análise que, além de fazer considerações, apresentava também uma proposta concreta. Este trabalho foi distribuído e veio a ser lido e discutido, na generalidade, nesta assembleia geral. Acerca da sugestão de se tentar ver em quanto comportava o retroactivo desde Janeiro, como possível forma de resolver outras injustiças, foi respondido isso ser impossível por poder provocar problemas com os trabalhadores da Lisnave; além de que o quantitativo seria muito grande. Posto à votação o trabalho realizado pela comissão, do leque, foi o mesmo aprovado na íntegra por unanimidade.

3. Outros assuntos

Foi apresentado à A.G.T, por um delegado sindical um abaixo-assinado, contendo cerca de 270 assinaturas (recolhidas no turno) em que se pedia a alteração do horário de trabalho, propondo o seguinte esquema:

- 1º turno: Entrada - 8h00
- Almoço - 12h00 às 12h45
- Saída - 17h20

- 2º turno: Entrada - 16h50
- Jantar - 21h00 às 21h40
- Saída - 01h30

Haverá, assim, uma sobreposição de 0,5 h na passagem de turnos. Foi ventilada a hipótese da criação do 3º turno, dada a repercussão que pode ter no mercado internacional e o conseqüente aproveitamento de equipamento: oxí-corte, pórtico, guindastes, caldeiraria pesada, etc. Bem assim como o desdobramento da sobre carga de transportes.

Horário proposto para o 3º turno:

- Entrada - 01h00
- Ceia - 04h00 às 04h15
- Saída - 08h00

A ceia seria fornecida pela empresa e constaria de: 2 sandes, fruta, cerveja ou bebida equivalente. Haveria também sobreposição de 05,00h na passagem de turnos. Este turno seria, em princípio, para trabalhadores voluntários.

Foi aprovado por unanimidade o requerimento em que se dizia que os delegados sindicais iriam consultar as bases, em relação à criação do 3º turno.

Foi também aprovada, por maioria, a proposta de se convidarem os diferentes grupos socio-profissionais da empresa a aderirem ao horário que vier a ser estabelecido para a maioria dos trabalhadores do estaleiro.

Já no final da assembleia, foi também aprovado que os delegados sindicais estudassem o problema dos salários do pessoal dos Mini-Bares.

Tendo chegado à mesa uma moção de apoio à justa luta dos trabalhadores da Rádio Renascença e Jornal República, foi a mesma aprovada por aclamação.

Mitrena, 4 de Julho de 1975

O C.T.S.,

A. J. M.
73394
70434
73204

M. Bubeña 70012
70195
[Signature]

COMUNICADO CONJUNTO DA SETENAVE E DO SINDICATO DOS
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

117 92

À CLASSE OPERÁRIA E AO POVO,

CAMARADAS,

Os operários da Setenave e o Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Setúbal alertam a classe operária e o povo para a gravidade da situação política do país,

A fera fascista volta a mostrar os dentes!

Camaradas, temos que lhes mostrar que estamos dispostos a arrancar-lhes um a um.

89 pides escapam-se de uma das cadeias mais seguras da Europa, À frente dessa cadeia, a guardar os pides, foi posto um antigo colega dos pides que era director do forte de Peniche onde os anti-fascistas eram torturados e assassinados, Quem se pode agora admirar que mais 89 assassinos tenham ido reforçar as fileiras do ELP?

Camaradas, que caminho para o socialismo é este?

Ainda não foi julgado um único pide!

Já foram soltos mais de 300!

Os fascistas implicados no 28 de Setembro e no 11 de Março têm sido soltos,

O ELP, organização fascista armada, organiza manifestações à vontade e põe bombas por todo o lado, sem ser incomodado,

O CDS, PDC e PPD partidos que são ninhos de fascistas organizam-se e formam milícias armadas, O CDS já sente o terreno suficientemente forte para propôr a sua entrada no governo com o PPD e o PS,

Camaradas, é assim que vemos os fascistas a organizarem-se, a armarem-se, a falarem em ir para o governo,

Enquanto isto se passa o que acontece aos trabalhadores?

Sobem-nos o preço dos transportes; procuram dividir-nos e quebrar as nossas lutas; tentam tirar-nos uma emissora de rádio que está ao nosso serviço e entregá-la aos fascistas,

Enquanto a direita e o fascismo avança, procuram vergar e dividir a classe operária!

Camaradas; isto só nos cheira a uma coisa, Cheira-nos a novo 28 de Setembro, cheira-nos a novo 11 de Março! Foi assim que eles começaram!

CAMARADAS OPERÁRIOS! CAMARADAS TRABALHADORES! : ou nós saímos para a rua e esmagamos a fera fascista ou ela lança-se mais uma vez sobre nós,

CAMARADAS: não somos só nós a dizê-lo, O próprio Otelio Saraiya de Carvalho foi obrigado a reconhecer: ou metemos os fascistas no Campo Pequeno ou eles nos metem a nós, CAMARADAS, TODOS À MANIFESTAÇÃO CONTRA O FASCISMO CONVOCADA PELOS CAMARADAS DA SIDERURGIA, HOJE NA PRAÇA DO COMÉRCIO; PELAS 19h 30.

VAMOS MOSTRAR A ESSA CANALHA A NOSSA FORÇA E A NOSSA DISPOSIÇÃO.

O CONSELHO DOS TRABALHADORES DA SETENAVE e o SINDICATO DOS TRANSPORTES
RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

PALAVRAS DE ORDEM PARA A MANIFESTAÇÃO;

MORTE AO FASCISMO, ABAIXO O CAPITALISMO,

OS PIDES ESTÃO-SE A SAFAR, VIGILÂNCIA POPULAR.

TRIBUNAL REVOLUCIONÁRIO PARA JULGAR OS PIDES; JÁ.

O POVO É QUEM DECIDE, QUEREMOS A DIVULGAÇÃO DOS ARQUIVOS DA PIDE,

DESMANTELAMENTO IMEDIATO DO CDS E DO PDC.

VIVA A CLASSE OPERÁRIA.

VIVA A LUTA DO RÁDIO RENASCENÇA, ABAIXO OS PADRES FASCISTAS,

UNIDADE PROLETÁRIA A CAMINHO DO SOCIALISMO.

INSCRIÇÃO PARA PROJECTO DE HABITAÇÃO

ELEIÇÃO DE DELEGADOS SINDICAIS

26

Voto no(s) camarada(s) abaixo mencionado(s)

	NOME	NÚMERO
1	_____	_____
2	_____	_____
3	_____	_____
4	_____	_____
5	_____	_____

Secção ou Sector a que pertence

- Qualquer dos cursos mencionados só poderão funcionar se houver vinte e quatro inscrições.
- Os cursos funcionarão com a colaboração da Escola Industrial e Setúbal.
- Os professores serão da responsabilidade da Escola Industrial e Setúbal.
- As disciplinas ministradas serão as oficiais
- Os exames serão os oficiais

HORÁRIOS

As aulas funcionarão das 16H30 às 20H30 de segunda a sexta-feira.

116
95

INSCRIÇÃO PARA PROJECTO DE HABITAÇÃO

Nome _____

Número _____ Local de Trabalho _____

Local onde mora actualmente _____

Agregado familiar (Nº pessoas) _____

Filhos _____ Filhas _____ Outros parentes _____

Idade _____ Idade _____

OBSERVAÇÕES _____

- Qualquer dos cursos mencionados só poderão funcionar se houver um mínimo de vinte e quatro inscrições.
- Os cursos funcionarão com a colaboração da Escola Industrial e Comercial de Setúbal.
- Os professores serão da responsabilidade da Escola Industrial e Comercial de Setúbal.
- As disciplinas ministradas serão as oficiais
- Os exames serão os oficiais

HORÁRIOS

As aulas funcionarão das 16H30 às 20H30 de segunda a sexta-feira.



CURSOS OFICIAIS EM REGIME NOCTURNO

Em 5 de Maio foi comunicado que, possivelmente, começariam a funcionar na Escola de Formação da Setenave cursos oficiais em regime nocturno.

Como nos parece que estes cursos na Escola de Formação da Setenave dão mais comodidade aos trabalhadores, continuámos com o processo, pensando que será concretizado a partir de Outubro.

Agora, damos mais umas informações que permitirão aos interessados ficar mais esclarecidos:

- Os cursos que irão ser ministrados no próximo ano lectivo serão:

ENSINO SECUNDÁRIO UNIFICADO - 1º Ano

CURSO GERAL DE MECÂNICA - 2º, 3º e 4º Anos

CURSO GERAL DE ELECTRICIDADE - 2º, 3º e 4º Anos

CURSO COMPLEMENTAR DE MECANOTECNIA

CURSO COMPLEMENTAR DE ELECTROTECNIA

CURSO COMPLEMENTAR DE SECRETARIADO E RELAÇÕES PÚBLICAS (e não Curso Geral de Administração e Comércio como por lapso de informação foi anunciado)

CURSO COMPLEMENTAR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO

CURSO COMPLEMENTAR DE INFORMÁTICA

- Qualquer dos cursos mencionados só poderão funcionar se houver um mínimo de vinte e quatro inscrições.
- Os cursos funcionarão com a colaboração da Escola Industrial e Comercial de Setúbal.
- Os professores serão da responsabilidade da Escola Industrial e Comercial de Setúbal.
- As disciplinas ministradas serão as oficiais
- Os exames serão os oficiais

HORÁRIOS

As aulas funcionarão das 16H30 às 20H30 de segunda a sexta-feira.



TRANSPORTES

Serão assegurados às 20H30 para Setúbal, Cacilhas e Barreiro.

INSCRIÇÕES

As inscrições devem ser entregues na Escola de Formação.

DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO

Ensino Secundário

1. Pontos prévios

- 1.1. O administrador delegado por parte do Estado, Eng^o Moura Vicente, informou que já tinha sido recebido a dívida do ex-administrador Amaro de Matos, no montante de Esc: 128.189\$00.
- 1.2. Em resposta à solicitação do CTS para que fossem analisados os documentos pertencentes ao ex-administrador Amaro de Matos, e que se encontram empacotados na sala do CTS (conta serem documentos referentes ao Fundo de Fomento de Exportação e outros pessoais) informou o Eng^o Moura Vicente que seria elaborado um auto de abertura, na presença do Eng^o Bettencourt e de membros do CTS para a respectiva verificação.
- 1.3. Fomos informados da constituição da actual administração: Eng^o Santos Martins, Presidente do Conselho de Administração, sem remuneração; Dr. Hugo de Jesus, administrador por parte da Companhia de Seguros Império e Director Financeiro; Eng^o Sardinha, administrador por parte de H. Parry & Son (demissionário) e Director Geral; Eng^o Moura Vicente, administrador por parte do Estado e ainda Comandante Moreira do Amaral, Delegado do Governo na Setenave.
- 1.4. Depois de ter havido uma reunião entre o CTS e a Comissão de Defesa dos Trabalhadores da Lisnave e em face do desemprego de cerca de 1.000 trabalhadores existentes na Lisnave, ficou acordado suspender recrutamentos externos, que passariam a ser feitos na Lisnave, com cedências desta Empresa à Setenave. Comunicado este acordo pelo CTS ao Eng^o Moura Vicente, este administrador mandou suspender recrutamentos externos sendo admitidos, no entanto, todas as pessoas convocadas para se apresentarem ao serviço e que se haviam já despedido das empresas onde trabalhavam. O Eng^o Moura Vicente propôs que fossem as comissões de trabalhadores da Lisnave e Setenave a fazerem o levantamento das profissões dos trabalhadores no desemprego da Lisnave, para que fossem transferidos (cedências) à Setenave. O CTS respondeu que não fazia parte do âmbito da sua actividade realizar este tipo de contractos, uma vez que existe na Empresa, um serviço com estas atribuições (S. Pessoal). Assim, devia contactar o S. Pessoal da Lisnave para obtenção da listagem. Em face disto o Eng^o Moura Vicente anuiu e iria dar andamento ao assunto.

2. Por proposta feita pelo Administrador Moura Vicente, na primeira reunião tida com o CTS e que consistia na nomeação de 1 elemento deste órgão para uma comissão de reestruturação do sector da indústria naval, o CTS respondeu não ter ainda feito qualquer nomeação, mas que o iria fazer, alinhando inicialmente nesse grupo de trabalho, mas cuja participação estaria dependente da aprovação de todos os trabalhadores da empresa.

3. O Administrador, Eng^o Moura Vicente dissertou sobre as ligações Lisnave/Setenave, afirmando ser importante a dependência histórica da Setenave em relação à Lisnave. Dependência que se traduzia a vários níveis, como situação de prestígio no mercado internacional, financeiro, técnico, aprovisionamento, informática, etc., embora em alguns casos esta dependência esteja a diminuir. Disse ainda o Administrador que a prospecção de mercados pela parte da Setenave está sempre dependente da rede de agentes internacionais, montada pela Lisnave e que funciona em face desta Empresa, o que considera uma grande limitação. Só será possível superá-la com uma intervenção da Setenave neste sector, alargando essa rede com a finalidade de a impulsionar e limitar os vícios desses agentes. (Embora este assunto não tenha sido discutido nesta reunião, tinha sido, no entanto, abordado na reunião entre o CTS eo CDTLisnave, tendo ficado evidente o aumento de despesas que daí podiam advir.) O Administrador vincou a necessidade de uma participação efectiva do CTS e do CDTLisnave em todo este processo relação Lisnave/Setenave e dinamização Setenave ao que o CTS respondeu que a sua participação no processo não deve ser demasiado comprometedora, uma vez que não se encontra em auto-gestão.

4. Organização de serviços: Considerou o Eng^o Moura Vicente existirem ligações demasiado complexas que tornam difícil uma coordenação correcta dos vários departamentos, nomeadamente o Departamento de Pessoal. Para este sector, convidou o CTS a fornecer uma lista de nomes para escolha de um possível chefe de Dept^o Pessoal. O CTS considerou este processo pouco correcto e propôs que essa lista fosse fornecida pela Administração, cabendo aos trabalhadores recusarem os menos indicados. Foi solicitado ao Gabinete de Estudos pelo Eng^o Moura Vicente, um estudo sobre as deficiências notadas nos vários sectores, e ainda ao CTS que, por auscultação dos trabalhadores, apresenta problemas derivantes da organização deficiente da Empresa, para que possam ser corrigidos.

5. Apresentação caso Setelim: O CTS, através da comissão de inquérito, historiou o processo Setelim, empresa-fantasma criada com capital social de 50 contos, emprega cerca de 90 pessoas e pelo seu processo de funcionamento é um dos mais graves casos de exploração. Têm sido levantadas várias reclamações, por parte dos trabalhadores da Setenave, referentes a deficiências de limpeza que são justificadas pelos trabalhadores da Setelim por falta de material fornecido por esta empresa. (Será publicado quando terminado, o relatório deste inquérito).

O Engº Moura Vicente respondeu necessitar do inquérito para poder estudar o assunto.

- 6. Ficou acordado nesta reunião que a partir da próxima reunião (inclusivē) CTS/Administração, será feita no auditório da Escola, com entrada livre a todos os trabalhadores disponíveis (desemprego...) As reuniões são às 3^{as} feiras, às 14H.30m.

NOTA: O CTS não fez publicar, em comunicado, a acta da 1^a. reunião de apresentação do Administrador por parte do Estado, por ter sido entretanto a acta da reunião dos delegados sindicais convocada para o mesmo fim.

" A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPIOS TRABALHADORES" - K. Marx.

O.C.T.S.

27/6/75.

Faria Lopes 72736
 [Signature] 70772
 [Signature] 71762
~~[Signature] 72325~~
 FERREIRA 73370

112 100
A. J. J. 73324
D.S. 73706
M. H. S. 70434
O. CTS E A
INTER-DELEGADOS 73204

Dia 1, terça-feira às 16 horas

Local: Refeitório - R3

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informações
2. Leque salarial
3. Outros assuntos

TRANSPORTES

Até às 17H.45m de 2^a. feira, deverá ser entregue no serviço de Transportes o seguinte:

Horário Diurno: Devem ser feitas em cada camioneta listas das pessoas não interessadas em ficar após as 18 horas (caso a Assembleia se prolongue até um pouco mais tarde).

Turno : Devem ser feitas listas em cada camioneta das pessoas não interessadas em assistir à Assembleia que tem início às 16 horas, e que, portanto quer vir nas camionetas normais. Os que estiverem interessados em vir à Assembleia devem estar nos locais habituais uma hora e meia mais cedo, de modo, a estarem na Setenave às 16 horas.

Discute com os teus camaradas delegados sindicais sobre o leque salarial, para poderes decidir conscientemente. COMPARECE.

A. J. J. 73324
D.S. 73706
M. H. S. 70434
O. CTS E A
INTER-DELEGADOS 73204

Dia 1, terça-feira às 16 horas

Local: Refeitório - R3

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informações
2. Leque salarial
3. Outros assuntos

TRANSPORTES

Até às 17H.45m de 2^a. feira, deverá ser entregue no serviço de Transportes o seguinte:

Horário Diurno: Devem ser feitas em cada camioneta listas das pessoas não interessadas em ficar após as 18 horas (caso a Assembleia se prolongue até um pouco mais tarde).

Turno : Devem ser feitas listas em cada camioneta das pessoas não interessadas em assistir à Assembleia que tem início às 16 horas, e que, portanto quer vir nas camionetas normais. Os que estiverem interessados em vir à Assembleia devem estar nos locais habituais uma hora e meia mais cedo, de modo, a estarem na Setenave às 16 horas.

Discute com os teus camaradas delegados sindicais sobre o leque salarial, para poderes decidir conscientemente. COMPARECE.

17.6.75

- 1.- Apresentação, através de nome e local de trabalho, de todos os delegados presentes.
- 2.- Procurando definir o que se entenderá por um Administrador por parte do Estado, referiu o Eng^o Moura Vicente, que este cargo é determinado pelo Governo para as empresas em que existe participação financeira do Estado, pelo que a pessoa a desempenhá-lo é da inteira confiança do Governo.

Ainda nesta linha, definiu também a função de Delegado do Governo existente nas Empresas consideradas convenientes, embora a sua presença não resulte necessariamente de interesses financeiros do Estado nessas Empresas. As suas decisões podem intervir sempre que estas venham lesar os interesses não só dos trabalhadores, mas também do Estado em geral.

- 3.- Sendo mandatado do Estado, definiu também como considera o seu mandato. Estando a Setenave num período de transição para uma situação ainda desconhecida, o Estado terá uma participação financeira maioritária.

Neste sentido, as decisões são programadas por fases:

- aproveitamento de trabalho desenvolvido pelos trabalhadores para a tentativa de solução de problemas e outros que entretanto serão desencadeados.
- recolha de elementos para apreciação
- confrontação com as outras empresas do sector naval (Lisnave/Estaleiros navais de Viana do Castelo)
- decisão de estatuto futuro de empresa.

Num período de perguntas sobre este 3º ponto, foi posta a questão se estava prevista a nacionalização da Setenave, ao que o Eng^o Moura Vicente respondeu que esta hipótese é possível, embora esteja ligada a muitos factores. Por agora, no entanto, e porque estes factores não estão ainda definidos não considerou oportuna a discussão deste problema. Tendo sido posto o problema da Eriksberg e das implicações que ele tem para a Empresa, referiu que sendo a Eriksberg, conjuntamente com a Thyssen e Sopotato os primeiros a fazer encomendas à Setenave, havia que atender à confiança que podem depositar na Empresa, pelo que as negociações eram encaradas com extremo cuidado. Considerando, no entanto, que os trabalhadores deveriam ter conhecimento do caso Eriksberg, ele seria oportunamente comunicado.

Respondendo à pergunta como encarava as relações Lisnave/Setenave, afirmou que os problemas seriam estudados em conjunto, tendentes a um tratamento sectorial.

4.- Enquadramento do mandato:

a) - Situação económico-social do país

Dada a crise actual, ela pode ser necessária quando existe uma mudança de regime. No entanto deve ser controlada, sem o que se pode correr o risco de se perder o caminho ideal. Referindo-se à batalha da produção, observou que ela deve ser contínua num certo e não circunscrita a determinado tempo e muito relacionada com o mercado externo.

b) - Situação internacional da actividade de construção

Considerando que a origem da crise neste sector se situa no ramo petrolífero, ela terminou-se pelas reivindicações de preços que entretanto surgiram. As reacções a esta pretensão foram de restrição de consumo. Quando do início da crise as empresas apetrecharam-se de navios de grande porte a fim de transportarem maiores quantidades de petróleo, fazendo menos viagens. Com a restrição de consumo, surgiram os cancelamentos das encomendas de navios tanques.

Concluindo afirmou que a crise é bastante delicada, por estar ligada a uma situação mundial.

c) - Situação da Setenave

Estando a Setenave numa fase de arranque, ela tem condicionalismos próprios. Concorde igualmente para estes factos o regime de transição que vivemos no País. Infere-se nesta situação também a definição do estatuto da Empresa.

No período de perguntas foi posta a questão de como seriam encarados os atrasos dos

fornecedores nas entregas de materiais, já que eles podem provocar atrasos, por parte da Setenave, na entrega dos navios.

A esta pergunta respondeu o Engº M. Vicente de que inicialmente há que apurar os responsáveis, podendo concorrer para esta situação a falta de organização e planeamento. Havendo um departamento de planeamento ele deve funcionar através de um controle a partir da "raiz" das encomendas. Havendo, por outro lado, "incidentes" eles devem ser controlados e minimizados.

5.- Directrizes

a) - Quanto aos trabalhadores

- Segundo orientação fornecida pelo Governo, é reconhecido direito aos trabalhadores quanto ao controlo da produção e sua organização.
- Não poderão ser satisfeitas reivindicações de tipo individual, mas sim de carácter colectivo, decorrentes de compromissos assumidos, quer pelo Governo, quer pelo programa do MFA.
- Organização de um plano de reuniões, com agendas previamente preparadas, para estudo das reivindicações mais prementes dos trabalhadores.

b) - Quanto à Empresa

- Num curto período, não serão resolvidos problemas de reestruturação de fundo.
- Reorganização departamental, a fim de se eliminarem sectores improduttivos.

c) - Quanto às relações exteriores

- Devido a crise existente, há que encontrar uma forma de diálogo, não só a nível dos representantes do Estado, como também dos representantes dos trabalhadores. Neste sentido, encontram-se os contactos com os países de Leste, que, embora não sendo das propostas mais favoráveis à dimensão da Setenave, torna-se necessário estimulá-las, porque elas vêm permitir trabalho.

d) - Quanto à reestruturação do sector naval

Decidiu, nestes termos, o Governo criar uma comissão de estudos dos grandes estaleiros. Havendo a possibilidade de participação dos trabalhadores, foi pedido pelo Engº M. Vicente ao CTS, em anterior reunião, a forma de representação.

Em período de perguntas, surgiu a questão se a reorganização de departamentos passaria pela revisão do número de quadros existentes.

Respondendo, o Engº M. Vicente referiu que haveria que detectar o que estaria errado e ouvir as pessoas implicadas. Procurará dinamizar o processo, para o que se impõem críticas tendentes a resolvê-lo.

Posta a questão se o Engº M. Vicente teria já algum programa delineado para intervenção na Empresa, referiu que ainda não o tinha, dado que estava numa fase preliminar de auscultação.

Foi indicado o sector de pessoal, como prioritário, já que a este nível existem sérios problemas. Pediu o Engº M. Vicente sugestões ou indicações concretas da parte dos Delegados Sindicais.

Tendo sido alertado para a resolução da aplicação do leque salarial, observou que iria marcar uma reunião com a comissão encarregue deste trabalho. Debruçar-se-ia também sobre casos individuais, já que lhe foram apontados como injustiças.

6.- Como esquema de trabalho para futuras reuniões, propôs o Engº Moura Vicente encontros à 5ª Feira, pelas 14H30, com agendas previamente preparadas.

O Secretariado da Inter-Delegados,

10
Forveia - 70.012
Execução
A. J. M. 73324

ACTA DA REUNIÃO COM A EDIFER

Como é do conhecimento de todos os camaradas, a não conclusão do edifício principal, traz-nos sérios problemas. Temos balneários e refeitórios a servir de escritórios, enquanto camaradas nossos se encontram em péssimas condições de alojamento nos balneários, e nos refeitórios se verifica que há falta de espaço para todos comerem à mesma hora. Do mesmo modo - e isto é uma questão de solidariedade da classe trabalhadora - este facto constitui um entrave à admissão de pessoal que a Setenave necessita e que se encontra actualmente desempregado no exterior.

O C.T.S. tem tido contactos directos com o conselho de trabalhadores da Edifer para tomar conhecimento das razões deste atraso. Como as afirmações vindas de várias fontes (Conselho de trabalhadores / administrações / técnicos) eram contraditórias, resolveu este C.T.S. convocar todos os elementos responsáveis para apurar a verdade, uma vez que as culpas estavam a recair sobre os trabalhadores.

Presentes à reunião:

Administrações -----Setenave e Edifer

Técnicos -----Edifer e Eni

Encarregado -----Edifer

Mesa -----Conselhos de trabalhadores: Setenave, Edifer
e Eni

A reunião decorreu entre as 9h da manhã e as 18h, não sendo consentida a saída de qualquer elemento participante, até que se encontrasse uma solução.

Ao iniciar a reunião, a mesa fez uma análise à situação geral desta empresa e dos 300 mil desempregados que existem actualmente no país. A mesa frisou que, como conselhos de trabalhadores não pretendia, com a reunião solucionar um planeamento de aceleração e conclusão do edifício, mas sim, defender os trabalhadores contra as culpas que lhes foram atribuídas pelo atraso de obra. Depois de serem prestadas declarações pelos vários elementos, destacou-se a preocupação por parte da administração Edifer de se salvaguardar contra possíveis culpas. A mesa empinhou-se em exigir à administração Edifer a solução para o acabamento mais rápido do edifício.

Surgiram várias propostas, tendo sido aprovada apenas uma, pelas comissões de trabalhadores com o acordo das administrações.

Proposta aprovada:

- C O M U N I C A D OO C.T.S. INFORMA TODOS OS TRABALHADORES QUE:

No dia 9.6.75 o pessoal dos refeitórios convocou o C.T.S., o sr. Melo e Silva e o sr. Bettencourt para uma reunião no R₃ a fim de reinvidicarem um esquema de turnos rotativos para todas as empregadas e serem esclarecidos alguns pontos.

Duas propostas foram lançadas e postas à votação:

- 1ª - Todas as empregadas fazerem turnos rotativos nos seus próprios refeitórios, agrupando-se por localidades para maior facilidade de transporte,
- 2ª - Agruparem-se as empregadas da mesma localidade dos diferentes refeitórios para os turnos,

Foi a 1ª proposta aceite pela maioria,

O C.T.S. informa, deste modo que as refeições de turno e, de acordo com o que ficou decidido na reunião passam a ser fornecidas pelo pessoal do R₂ e R₃ pelo periodo de uma semana alternadamente.

O pessoal do R₁ não entrará neste esquema de turnos rotativos, por só dispôr de 16 pessoas que asseguram o funcionamento do refeitório durante o dia, e não dispõem do restante pessoal para fazer o turno,

Ficou ainda decidido que passassem 4 empregadas do R₂ para o R₃ para haver quantidade igual de empregadas em cada refeitório. As 4 empregadas ofereceram-se voluntariamente e são: nª74297 / nª74080 / nª74039 / nª74285

O C.T.S. salientou por fim a necessidade das empregadas elegerem 2 delegados sindicais que as represente. Ficaram estas empregadas de dar os nomes até 6ª feira dia 13.6.75 ao C.T.S.,

XXXXXXXX

Em relação aos Mini-bares, o C.T.S. pediu à administração melhorias das condições tais como: ventoínhas para os dois mini-bares mais atingidos pelo sol - Escola e Docas - bem como uma cobertura da parte exterior para garantir uma protecção aos operários que ali se deslocam,

R. OLIVEIRA 7337

OLIVEIRA 72229

73.204 Vianna

Angelilo da Silva 71762

O C.T.S., 73300

ACTA DA REUNIÃO DO C.T.S. COM A ADMINISTRAÇÃO EM 5.6.75

A - Foi o C.T.S, contactado por trabalhadores das docas para o problema da falta de botas, Contactado o serviço de Segurança, compareceu um elemento deste serviço à reunião com a administração, à qual expôs o problema. Posteriormente, o sr. Lourenço deu-nos conhecimento que já tinham sido requisitadas as botas que são mais necessárias, como medida imediata,

B - Da agenda de trabalhos do C.T.S. foram levantados os seguintes problemas:

- 1º - Generalização da picagem de cartão: A administração respondeu uma vez mais que está em vias de ser solucionado.
- 2º - Excesso de viaturas com acesso autorizado: Para pôr cobro aos abusos de entrada de viaturas não justificadas, a administração respondeu vir a fazer uma reestruturação das autorizações dadas às viaturas com trânsito livre. Urge, no entanto, fazer um esquema de transportes internos à altura de satisfazer todos os problemas, Como medida imediata, apareceu uma proposta por parte dos trabalhadores que se encontram no desemprego, que consiste em repararem os autocarros da Setenave que se encontram actualmente parados.
- 3º - Problemas dos transportes para os operários da portaria. Tendo este problema sido levantado uma vez mais por estes trabalhadores, sem que ainda tenha sido solucionado, a administração respondeu que vai adquirir duas carrinhas para estes transportes.
- 4º - Transportes internos no estaleiro: Existem sérios problemas na deslocação rápida de qualquer trabalhador desta empresa pela falta de um transporte que circule constantemente dentro do estaleiro e que possa possibilitar um fácil transporte dos operários quando se deslocam com as suas caixas de ferramentas de uns para outros locais de trabalho. O C.T.S. abordou a possibilidade de contactar a Metalofabril (empresa que actualmente luta com sérios problemas de trabalho) para tentar solucionar este problema. Entretanto a administração esclareceu que o Engº Oliveira -movimentação- vai ser contactado para dar uma solução.

C - O C.T.S. informa todos os trabalhadores que todas as reuniões que vier a ter com a administração, passam a ser feitas no auditório da escola, para que os trabalhadores que quiserem, e que estejam disponíveis, tenham a possibilidade de assistir. Serão afixados cartazes a dar conhecimento do dia e hora das reuniões.

O C.T.S. informa ainda que nesta altura se encontram grupos de trabalho a fazer: -um inquérito aos refeitórios, com a participação de dois elementos do C.T.S.: Barbeiro e Agelilo.

2-Inquérito à SETELIM - espera-se a vinda do administrador por parte do estado.

Rodrigues e Rosa

3-Inquérito à falta de Ferramentas - Rogério, Vieira e Neto

4-Contactos directos o conselho de trabalhadores da Edifer para tentar investigar o atraso do edificio principal (junto da portaria) e tentar acelerar o andamento daquela obra. Para este fim está prevista uma reunião 6ª feira entre: responsáveis - Edifer / ENI / Frinil / Profabril / Setenave Conselho de trabalhadores - Setenave / Edifer

Rogério

5-Reuniões para a formação do Comissariado Nacional para a Indústria Electro-metalomecânica-pesada para estudo e discussão duma proposta da Secr. Estado e Indústria e que engloba nove empresas deste ramo de actividade do país. À cerca deste assunto será dada oportunamente uma informação mais detalhada. - Caria

6-Participação nas reuniões entre : Eriksberg / Lisnave / Setenave, cujos resultados serão divulgados logo que as negociações estejam concluídas.

Edviges e Rosa

7-Sobre a Habitação - Continua a aguardar-se a vinda de dois peritos de cooperativas da Secr. Estado da Habitação e Urbanismo a fim de sabermos e apresentarmos aos trabalhadores as possíveis soluções que as entidades oficiais encontram para o problema.

Gomes / Oliveira / Mendes

O C.T.S. informa também que está a procurar adquirir instalação sonora para os refeitórios.

Pela UNIDADE DOS TRABALHADORES
ABAIXO A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA

O C.T.S. - 11.6.75

73204
72726
73800
70442

[Handwritten signatures and initials]



COMUNICADO

Após a aprovação do leque salarial da Lisnave pelo Ministério do Trabalho, da qual os delegados sindicais da Setenave tiveram conhecimento, em 28/5/75 promoveram estas assembleias gerais de delegados sindicais para a discussão da forma como o leque deveria ser aplicado na Setenave.

Entretanto, a Administração da Setenave em face dos Decretos-Leis 203 - C/75 e 207 - C/75 entendeu, submeter ao Presidente do Conselho de Ministros uma exposição com algumas dúvidas resultantes das implicações dos referidos decretos em todo o processo de reestruturação salarial em curso desde Novembro de 1974.

Embora não haja ainda uma resposta oficial da Presidência do Conselho às dúvidas levantadas pela Administração da Setenave, algumas diligências já efectuadas, junto do Governo, pelos Delegados Sindicais, levam a crer que a resposta não pode deixar de ser favorável, uma vez que todo o processo de reestruturação salarial da Setenave, não só teve início antes da publicação dos Decretos, como está completamente fora do seu espírito o aspecto da sabotagem económica que os Decretos pretendem salvar.

Porque existem questões de pormenor na aplicação do leque da Lisnave à Setenave e atendendo à urgência deste assunto, decidiu a Administração da Setenave criar de imediato um grupo de trabalho que proceda à respectiva aplicação.

Este grupo terá a seguinte constituição .:

- 2 elementos do Gabinete de Estudos de Relações Industriais;
- 1 elemento do Serviço Executivo de Pessoal
- 3 delegados sindicais nomeados em Assembleia Geral de Delegados sindicais

Representantes do Conselho de Trabalhadores da Setenave.

O Grupo de Trabalho será alargado, sempre que estejam em causa questões específicas de cada grupo sócio-profissional.

Como esquema de actuação propõe-se:

- 1 - Que o grupo de trabalho se debruce prioritariamente sobre a aplicação do leque salarial ao pessoal operativo;
- 2 - Que sejam, tanto quanto possível simultaneamente, considerados todos os assuntos relacionados com a reestruturação salarial, nomeadamente, reclassificações, transferências, actualizações automáticas de vencimentos, aplicação de contratos colectivos, etc..

Mitrena, 9 de Junho de 1975

A Administração

6.6.75

1. Período de informações

Em virtude de não haver, por parte do Ministério da Indústria, qualquer resposta à exposição que a Administração dirigiu ao Conselho de Ministros, conforme tinha sido prometido aos delegados sindicais que anteriormente aí se deslocaram, voltaram estes mesmos delegados a contactar o Ministério no dia 5.6.75.

Foi-lhes indicado que o Ministério da Indústria já tinha emitido um parecer jurídico.

No entanto, algumas das questões postas pela Administração, nomeadamente no que se refere ao leque salarial e contratação colectiva, iriam ser remetidas ao Ministério do Trabalho a fim de que este desse também o seu parecer.

Após conclusão, os dois pareceres seriam enviados ao Conselho de Ministros que se encarregaria de fazer chegar as respostas à Administração da Setenave.

Neste mesmo dia, os delegados sindicais que se tinham dirigido a Lisboa, tiveram uma reunião com o Cte.Amaral onde lhe deram conhecimento do que se tinha passado.

Nessa reunião começou-se também a debater o modo como iria ser aplicado o leque salarial à Setenave, no caso de resposta favorável do Conselho de Ministros.

Achou o Cte.Amaral que para a aplicação do leque deveria ser formado um grupo de trabalho, constituído por delegados sindicais e CTS. Os delegados recusaram, dado que a Empresa tem órgãos, nomeadamente o GERI que o poderão fazer, reservando-se aos delegados o seu controlo.

No entanto e, porque a par do leque salarial, há a resolver casos de promoção que têm estado congeladas, os delegados sindicais darão o seu apoio no sentido de se resolverem da melhor maneira estes problemas.

2. Prémios

Em virtude de ^{ter}havido paragem de um sector do Estaleiro que reivindicou prémio de altura, por se achar nas condições do montadores de andaimes, dirigiram-se alguns delegados sindicais à Administração para resolver este assunto.

Dado que o problema era premente a Administração, na pessoa do Eng.Sardinha, autorizou, provisoriamente, até à chegada do Administrador por parte do Estado, que este prémio fosse extensivo às pessoas que se encontram em posição de justificar o prémio.

O CTS INFORMA TODOS OS TRABALHADORES

REUNIÃO ENTRE O CTS E OS DEPARTAMENTOS DE PESSOAL

FORMAÇÃO E CASCO

Em reunião efectuada a 3 de Junho 1975 entre o Deptº de Casco, Deptº Pessoal e Deptº de Formação, na presença de dois Delegados do C.T.S., ficou acordado que o Recrutamento e a Escola de Formação forneceriam ao Casco os seguintes quantitativos de soldados:

- Semana 23 - 20 soldados (8 de recrutamento exterior e 12 da Escola de Formação)
- Semana 24 - 15 soldados (3 do recrutamento exterior e 12 da Escola de Formação)
- Semana 25 - 30 soldados (todos do recrutamento exterior)
- Semana 26 - 40 soldados (20 do recrutamento exterior e 20 da Escola de Formação)

Perante tais valores o detº de Casco não considerou necessário de momento subcontratar soldados do exterior, tendo-se acordado voltar novamente a este assunto logo que o Planeamento de férias dos executantes esteja completamente concluído.

Mitrena, 6 . 6 . 75

CTS

Luizello Lopes op 71762
Ferreira 73370
João Rosaturo 70860
Mauro 73800

COMUNICADO

Tem-se verificado nas últimas reuniões de Delegados Sindicais que, para além duma fraca assiduidade, existe uma certa dificuldade na tomada colectiva de decisões.

Esta situação é motivada pela falta de organização que todos os delegados são unânimes em considerar fundamental para o desenvolvimento dum trabalho eficaz.

Efectivamente, na altura em que os delegados começaram a discutir a sua forma organizativa, surgiram os mais variados e complexos problemas, que pela sua urgência e importância obstaram a que o trabalho de organização avançasse.

Gerou-se assim um certo descontentamento, que logicamente levou à desmobilização de alguns delegados.

Considerando que esta situação não pode manter-se por mais tempo, impõe-se uma consciente e imediata tomada de posição, que saneie esta situação, tendo em vista o objectivo principal ou seja que os interesses dos trabalhadores possam efectivamente ser defendidos, pois foi para tal que os Delegados foram eleitos.

Assim, convocam-se todos os delegados sindicais a comparecer no Auditório do Centro de Formação pelas 14 horas da próxima Sexta Feira, dia 6 de Junho.

Ordem de Trabalhos :

- Organização dos Delegados Sindicais.

CAMARADA DELEGADO, COMPARECE. A TUA PRESENÇA É IMPRESCINDÍVEL

AVANCEMOS NA LUTA DA ORGANIZAÇÃO, PARA PODERMOS LUTAR ORGANIZADOS

Mitrena, 3 de Junho de 1975

OS DELEGADOS SINDICAIS

Julius Américo Lima 72793
Horácio 72971
António 73394

NOTA : Como se prevê que a reunião termine antes das 18 horas, não se julgou necessário providenciar no sentido de assegurar os transportes extraordinários.

103
///

O CTS INFORMA TODOS OS TRABALHADORES QUE O NAVIO "MONTEMURO" DARÁ ENTRADA NO ESTALEIRO DA SETENAVE PARA REPARAÇÃO NO DIA 13 PF SEGUNDO CONFIRMAÇÃO RECEBIDA POR TELEX O QUAL TRANSCREVEMOS NA INTEGRA.

SOPONATA

CÓPIA DO TELEGRAMA / TELEX EXPEDIDO

EMISSOR: COM. PESSOAL	EXPEDIDOR:	DATA: 28 / 5 / 75 às 17.18
-----------------------	------------	----------------------------

ENDEREÇO: CARTA
SUECOMISSÃO MONTEMURO
LISBOARADIO

TEXTO: 50166 COMISSÕES TRABALHADORES LISNAVE SETENAVE SOPONATA CHAMADAS A PROMUNCIAR-SE SOBRE EVENTUAL TRANSFERENCIA REPARAÇÃO MONTEMURO DA LISNAVE PARA SETENAVE DEVIDO SEGUINTE RAZOES DOIS PONTOS PRIMEIRO INAUGURAÇÃO SERVIÇO REPARAÇÕES SETENAVE FUNDAMENTAL PARA ACEITAÇÃO INTERNACIONAL ESTALEIRO Y MOTIVAÇÃO TRABALHADORES SETENAVE ~~SEGUNDO~~ SEGUNDO URGENCIA INAUGURAÇÃO IMEDIATA AGRAVADA DESISTENCIA NAVIOS JAPONES TERCEIRO DADAS GARANTIAS TECNICAS Y APOIO INCLUINDO ASSISTENCIA LISNAVE PARA TODOS CASOS NECESSARIOS PONTO EM REUNIÃO COMISSÕES E TECNICOS SETENAVE Y SOPONATA CP Y TECNICOS SOPONATA LEVANTARAM QUESTÃO ACEITAÇÃO TRIPULAÇÃO MONTEMURO FICANDO ACORDADO SER CP A CONSULTAR TRIPULAÇÃO PONTO CP PRETENDE POIS CONHECER POSIÇÃO TRIPULANTES MONTEMURO Y APELA PARA QUE TOMADA POSIÇÃO TENHA EM CONTA SEGUINTE DOIS PONTOS PRIMEIRO COMISSÕES TRABALHADORES LISNAVE SETENAVE SOPONATA APOIAM INTEIRAMENTE TRANSFERENCIA REPARAÇÃO PARA SETENAVE DADA INSERÇÃO DESTE ESTALEIRO CONTEXTO NACIONAL Y SUA ACTUAL SITUAÇÃO DESFAVORAVEL RELAC LISNAVE SEGUNDO REGIME TRABALHO BORDO DURANTE ESTADIA SETUBAL PODERAM SER SEMELHANTE PORTO ARMAENTO FICANDO ASSEGURADO PELA SETENAVE ALIMENTAÇÃO NO LOCAL Y TRANSPORTES DE Y PARA LISBOA TERCEIRO VENCIMENTOS SERÃO COMO EM PORTO DE ESCALA PONTO AGUARDAMOS VOSSA INFORMAÇÃO URGENTE Y CONTAMOS VOSSA COLABORAÇÃO CONTINUAÇÃO LUTA CONTRA BOICOTE ESTRANGEIRO

DA	
DA/DT/R	
DA/DME/EM	
DA/DME/A	
DE	
DE/A	
DE/J	
DE/OIP	
DE/MIA	
DE/MIB	
DFA	
DFA/CP	
DFA/SCP	
DFA/T	
DFA/SO	
DFA/TD	

Mod. S. 6

COMISSÃO PESSOAL

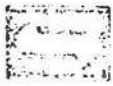
RVT 50166 TRIPULAÇÃO APOIO UNANIME DELIBERAÇÃO CP
SOPONATA LISNAVE SETENAVE REPARAÇÃO MONTEMURO DEFESA
ECONOMIA NACIONAL
SUBCOMISSÃO MONTEMURO

ABAIXO A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA
EM FRENTE PELA EMANCIPAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA
VIVA A CLASSE OPERÁRIA

Mitrena, 2 de Junho de 1975

O CTS

70564 *[Handwritten signature]*
70512 *[Handwritten signature]*
12736 *[Handwritten signature]*



setenave

Estaleiros Navais de Setúbal, S. A. R. L.

RUA EUGÉNIO DE CASTRO, 8, 1.º - Esq.

ALMADA

O C.T.S. divulga a todos os trabalhadores

112

102

A
ADMINISTRAÇÃO

19 - O Grupo de Inquérito manifesta a sua estranheza pela designação feita pelo Aprovisionamento ao indicar uma pessoa directamente ligada ao assunto base do relatório pois é o chefe directo do Sr. Tavares comprador de géneros para os refeitórios.

Assim e com base nos objectivos definidos no parágrafo 2 do despacho da Administração, de 12 do 5/75 deliberou este grupo exigir a substituição de um elemento designado pelo aprovisionamento por uma outra pessoa não afecta ao serviço de compra de géneros reservado-nos o direito de aceitação.

29 - Considerando ainda que no decorrer das actividades desenvolvidas por este grupo de inquérito se verificou a necessidade de aprofundar vários dos aspectos focados no relatório é imperioso alargar o prazo concedido pela Administração para levar a cabo os objectivos deste trabalho.

Neste momento estima-se a conclusão para o dia 30 de Junho.

Mitrena, 30 de Maio de 1975

O GRUPO DE INQUÉRITO

J. Reixa
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Bacalho nº 73026

Angelito da Rosa nº 71762

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

COMUNICADO

100
113

A Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo fez um convite à Administração da SETENAVE para participar numa reunião com a Câmara Municipal de Setúbal.

O representante por parte do Governo na SETENAVE entendeu alargar o mesmo convite ao CTS.

Para esse efeito fez o CTS deslocar no dia 21/5/75 3 camaradas à Câmara Municipal de Setúbal depois de terem consultado na empresa alguns trabalhadores que já há algum tempo se têm debruçado sobre o problema da habitação e colher os elementos que lhe fossem postos à disposição para apresentar na referida reunião.

Tendo em conta 1 ponto do programa do CTS "LUTAR POR INTERESSES COLECTIVOS" não quis o CTS perder a oportunidade de expor a este membro do Governo (Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo) que o problema da habitação não é um problema restrito dos trabalhadores da SETENAVE, mas de todos os trabalhadores em geral.

Nessa reunião o Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo e o Gabinete de Planeamento de Urbanização de Setúbal, apresentaram algumas propostas de solução para o problema, tanto a curto como a médio prazo, propostas essas baseadas na formação de cooperativas, foi pedida também a participação da SETENAVE na solução do problema tendo a Administração acordado em o estudar e dar uma resposta.

Ficou também assente que viriam a Setúbal "talvez para a semana" 2 técnicos de cooperativas para uma explicação mais ampla de possíveis soluções para o problema.

Do contacto com esses técnicos será dado conhecimento aos trabalhadores.

A HABITAÇÃO É UM DOS DIREITOS DO HOMEM

ABAIXO OS SENHORIOS EXPLORADORES

NOTA: Nessa reunião também participou a Administração da SETENAVE.

NOTA: Em virtude do CTS no comunicado que fez sair no dia 21/5/75 ter dito aos trabalhadores que tinha denunciado à Administração as diferenças de preço que se estavam a fazer nos refeitórios, faltou dizer que as diferenças eram relacionadas com os preços que se praticam na LISNAVE.

Mitrena, 23 de Maio de 1975

O CTS

40434 - Mitrena
70512
72577
Mitrena

Sindicatos presentes:

Data: 20.5.75

Metalúrgicos, Empregados de Escritório, Engenheiros Técnicos, Motoristas/Carpinteiros Navais/Pintores, Técnicos de Desenho

1. Antes de ^{se} entrar propriamente na discussão dos problemas que motivaram a reunião, foi referido o facto de que nem todos os grupos socio-profissionais terem nomeado o seu representante.

Nesse sentido iriam ser pressionados.

2. Foi pedida a comparência do delegado do Ministério do Trabalho, Dr. Martins Correia, para dar o seu parecer sobre os problemas que iriam ser discutidos, de âmbito do Ministério.

Antes de se começarem a debater, o Dr. Martins Correia referiu que poderia participar na reunião, mas apenas como observador, devido ao carácter restricto do seu trabalho.

Aproveitou a oportunidade para pedir a colaboração de delegados sindicais a par do que tinha sido determinado com o CTS que tinha reivindicado a sua colaboração através de 2 elementos. De qualquer forma, o Ministério, na pessoa do Dr. Martins Correia, só pediria a colaboração dos trabalhadores quando o julgasse essencial, sendo a elaboração do inquérito da inteira responsabilidade do Ministério.

3. Após ter deixado a reunião por verificar que a sua presença pouco poderia ajudar, passou-se à discussão de problemas concretos tais como:

3.1 - Alteração de vencimentos de Engenheiros e Engenheiros Técnicos- segundo OP 12 (11.4.75)

A este propósito, Canaveira Russo, historiou o processo.

Verificando-se que o recrutamento dos Eng. e Eng. Tec^o observava diversas flutuações no que respeita a vencimentos. o GERI fez um estudo de reclassificação dos mesmos, sem no entanto ter obtido grandes resultados, devido à grande disparidade de carreiras.

Tendo sabido deste estudo, os referidos profissionais exigiram à Administração os elementos coligidos pelo GERI e recusaram a proposta, por verificarem que não servia os interesses da classe. Propuseram à Administração fazerem eles próprios a reclassificação, ao que lhes foi dito que a teriam de apresentar dentro de uma semana (este problema situou-se em Nov, 74), Após diversas discussões com a Administração, foi finalmente aceite, embora pela parte da Administração tenha sido posta a alternativa de que só seriam processados quando fossem resolvidas também as reclassificações dos operativos. Foi aceite pelos Eng. e Eng. Tec^{os}.

101/A
+2-
115

Entretanto continuaram a aparecer recrutamentos de Eng. e Eng.Tec^{os} com vencimentos abaixo do que havia sido determinado.

Surge, então uma decisão JS-1/75 (5.3.75) tentando sanear a situação. Ela não foi, no entanto, aceite pelos Eng. e Eng.Tec^{os} e após diversas discussões aparece a OP 12 (11.4.75) que vem substituir a decisão acima indicada.

3.2 - Promoções de Operários Chefes e Encarregados Gerais

Foram detectados alguns casos que implicam uma análise mais profunda de forma a que sobressaíam as reais origens.

4. Após leitura da exposição enviada pela Administração ao Conselho de Ministros, acerca do Decr^o 207-B/75, em que põe em dúvidas relacionadas com casos que implicam alterações de vencimentos, fez-se a análise sumária do espírito da referida exposição.

A nível da inter-delegados ressaltou que a exposição não tinham cabimento dado que o decreto é bem claro, embora as Administrações estejam passíveis de todas as dúvidas, pois elas são admitidas pelo decreto.

A atitude ou atitudes a tomar perante este facto, ficaram para ser discutidas pela A.G.Delegados Sindicais que as determinará.

5. Como último ponto de discussão foi referido o caso de um operário que após ter sofrido um acidente no estaleiro, não recebeu o seu vencimento durante 4 meses. Salientou-se o descumprimento com que problemas como este são tratados, mesmo a nível da Assistência Social.

6. Por a reunião se ter prolongado, foi aprovada uma proposta com os seguintes termos:

1^o Continuação da discussão a nível de comissão IDS, amanhã dia 21, a partir das 13h30

2^o Convocar uma assembleia geral dos delegados sindicais para 23/5, a hora a combinar, conforme trabalho anterior

3^o Exigir o deliberado em assembleia geral de delegados à Administração.

Mitrena, 22 de Maio de 1975


72410

ACTA DE REUNIÃO INTER-DELEGADOS SINDICAIS1011B
116

Data: 21.5.75

Sindicatos. presentes:

Engenheiros Técnicos, Metalúrgicos, Técnicos de Desenho,
Oficiais Maquinistas da Marinha Mercante, Empregados de
Escritório

1. Continuação da discussão de reunião de 20.5.75 e preparação de pontos concretos para figurarem na agenda de trabalhos da próxima reunião de delegados sindicais, a realizar no próximo dia 23, pelas 15 horas.

2. Alteração de vencimentos

Foi decidido arranjar uma lista dos casos que estão processados, e dos que estão pendentes saber a razão porque não foram processados, a fim de serem presente à assembleia dos delegados.

3. Situações indefinidas

Foram referidos casos de pessoas que não têm funções definidas, como por exemplo operários chefes que estão a desempenhar cargos de encarregados gerais.

Neste âmbito cabem também casos de pessoas que foram transferidas e em cujo contrato figura uma determinada função, mas que na realidade não a estão a desempenhar.

4. Prémios

Analisou-se a Ordem de Serviço nº 63.

Verificou-se que o prémio de altura que estava a ser concedido, foi retirado, aventando-se a hipótese para esta atitude de que ele estava a ser incorrectamente processado. Parece, no entanto, que o problema não pode ficar assim e tentar-se-à saber das razões concretas.

Foram referidos os diversos prémios existentes, e alguns criados especialmente (caso do prémio de humidade) e por o assunto parecer inesgotável, foi acordado que este seria um ponto a debater também pelos delegados sindicais, tendo-se adiantado a proposta abaixo indicada, por parecer a forma mais correcta de perspectivar o problema:

Ponto 2 x { -Criação de uma comissão constituída por um elemento da
Prevenção, 1 delegado sindical, 1 delegado do CTS, 1
Médico do Centro de Medicina, 1 elemento das Relações
Industriais, para levantamento de condições de trabalho
na Empresa

Mitrena, 22 de Maio de 1975

[Handwritten signature]
72410

Por terem saído ontem, num comunicado do CTS, informações que nos causaram certa estranheza, vimos expor o seguinte:

I - "Carrinha do exterior, que dentro do Estaleiro transporta carnes de um refeitório para outro cobrando enormes somas".

Quando tivemos de abrir os refeitórios, no prazo de 15 dias, fomos informados pelo Encarregado que era necessária uma carrinha, de caixa fechada, para o transporte de hortaliça, peixe e fruta, com a capacidade de 1 Ton.

Depois de saber que os transportes não nos poderiam fornecer tal viatura, logo tentámos a compra da mesma o que nos disseram ser impossível por falta de verba para novos investimentos.

Visto isso, no dia 3/2/75 enviamos aos Serviços de Transportes uma nota de encomenda de um aluguer. Aquele Serviço, depois de consultar o mercado enviou-nos uma nota em 4/2/75 informando não ter conseguido, assim como a Secção de Importação que também tinha sido contactada para resolver este caso.

Apareceu depois o actual contratado, que se prontificou a fazer aquele serviço ao preço de 120\$00 à hora. Assim, apresentado o caso ao Chefe de Departamento, foi acordado contratar aquele serviço.

Entretanto, quando os mini-bares também passaram para exploração da Setenave, todo o serviço de abastecimento de bebidas, comidas e tabacos passaram a ser feitos por esta carrinha.

Mais informamos, que apesar de só estar previsto no acordo o trabalho do contratado como motorista, este se tem prestado a auxiliar o encarregado dos refeitórios no abastecimento dos mini-bares.

Logo que vimos que o custo da carrinha se estava a tornar demasiado enviamos uma nota aos Investimentos no dia 14/4/75 indicando o custo de aluguer de 2 meses e fazendo a sugestão da compra pela Setenave de uma viatura.

II - "Diferenças de preços dos produtos que se encontram à venda nos três refeitórios".

É impossível pois as tabelas que estão em vigor nos refeitórios foram fotocopiadas de um único original.

As referidas tabelas estão de acordo com o exigido, à Administração pelo anterior CTS.

O CTS tinha sido informado que por ter sido superada a verba atribuída para empréstimos, a Administração havia cancelado esses empréstimos, tendo o CTS proposto que em vez da atribuição de uma verba anual, que seria difícil de controlar se atribuisse em seu lugar uma verba mensal. A administração ficou de acordar este assunto com o Serviço de Assistência Social.

O CTS denunciou à Administração, como já havia sido feito pelo eis-CTS, o "Caso Setelim" estando o actual CTS a proceder neste momento a um rigoroso inquérito a este caso, que de princípio se nos apresenta como um dos mais gravíssimos.

O CTS exigiu que a picagem de ponto para todos os trabalhadores, entrasse imediatamente em vigor, visto a Administração já ter aceite este ponto, mas na prática nunca o ter cumprido.

O CTS denunciou ainda a falta de fiscalização à portaria, visto que no estabelecimento não há controlo de entradas e saídas e só os trabalhadores em momentos difíceis têm inspeccionado as viaturas que saem do estaleiro, tendo até encontrado nessas alturas diversos objectos pertencentes à empresa.

O CTS indagou sobre a composição da Administração que neste momento é constituída pelos seguintes elementos:

- Eng^o Santos Martins (pela Lisnave), e Presidente do Conselho de Administração
- Dr. Hugo de Jesus (pela Companhia de Seguros Império)
- Eng^o Sardinha (pela Parry & Son)
- Banco Totta & Açores (pelo Sr. Eckerbon)

Tendo o CTS focado a escassez da Administração, foi-nos informado que isso se deve à futura nomeação, muito em breve de uma Administração por parte do estado, tendo-se já verificado vários contactos para a resolução deste grave problema.

O CTS denunciou ainda à Administração o problema de uma carrinha do exterior, que dentro do estaleiro transporta carnes de um refeitório para outro cobrando enormes somas. A Administração vai averiguar sobre o assunto.

O CTS informou a Administração do plenário dos CRT, e reivindicou um local dentro do estaleiro para a sua realização.

O CTS reivindicou tal como faz parte do seu programa a sua presença em todas as reuniões a diversos níveis. Tendo denunciado ainda à Administração as diferenças de preços dos produtos que se encontram à venda nos três refeitórios.

O CTS exigiu que a Administração divulgasse a todos os trabalhadores, visto a maioria desconhecer o resultado do "caso Praença".

MORTE AO FASCISMO!
VIVA O SOCIALISMO!
ABAIXO A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA!
VIVA O MARXISMO-LENINISMO!

O CTS
Base 70195
V. S. F. F
Cabo Pinares 73204
V. S. F. F. 70522
Rodrigo 73800

Acta da reunião do CTS com a Comissão
de Delegados Sindicais

119

Em 16/5/75 realizou-se no Auditório da Escola de Formação uma reunião entre o CTS e a comissão de delegados sindicais. Na fase inicial o CTS informou a comissão de delegados sindicais dos contactos tidos com o representante do governo e o delegado do Ministério do Trabalho, que se encontra na empresa desde o dia 7/5/75, sem que os trabalhadores disso tivessem conhecimento.

O CTS achou conveniente esta convocação principalmente porque o CTS tem um programa com características definidas, logicamente há que definir as atribuições da comissão de delegados sindicais e as atribuições do CTS, ficando assente que todas as reivindicações e conflitos de trabalho serão canalizados para a comissão de delegados sindicais. Sempre que necessário o CTS dará a sua colaboração a estes assuntos. Pertencerão ao CTS todas as formas de luta superiores e toda a organização política do estaleiro.

O CTS reivindicou a sua presença em todas as assembleias de delegados sindicais, e informou os mesmos de que podem fazê-lo sempre que o achem conveniente. A comissão de delegados sindicais ficou de consultar todos os seus elementos, e informar-nos posteriormente sobre a nossa participação nas reuniões da comissão de delegados sindicais.

Durante a assembleia o camarada Fernando de Almeida propôs-se fazer uma intervenção sobre os Conselhos Revolucionários de Trabalhadores, tendo esta proposta sido aprovada por maioria. O camarada fez a sua intervenção no final da assembleia, e reivindicou junto do CTS a possibilidade da realização dum plenário na empresa que se realizará na próxima sexta-feira, com elementos do Secretariado Nacional Pró-Conselhos Revolucionários de Trabalhadores Soldados e Marinheiros.

ABAIXO O CAPITALISMO!

VIVA A DITADURA DO PROLETARIADO!

TRABALHADORES, SOLDADOS E MARINHEIROS, UNIDOS VENCEREMOS!

O CTS

70195
73800
70522
73204
Carlos Queiroz

V. S. F. F.

SECRETARIA DE ASSUNTOS GERAIS
16/5/75

97
120

COMUNICADO

O CTS ao iniciar o seu mandato, teve conhecimento que se encontrava na empresa desde 7/5/75, um delegado do Ministério do Trabalho que viria proceder a um inquérito sobre as actividades da empresa. Por achar conveniente o CTS convocou uma reunião com este delegado, com o fim de esclarecer alguns pontos:

- 1º - Participação activa do CTS nesse inquérito.
- 2º - Contactos havidos por parte desse delegado com a Comissão de Delegados Sindicais.
- 3º - Informação detalhada sobre o decorrer do inquérito.

O CTS propôs-se fazer a análise ao resultado final do inquérito, sem no entanto o divulgar aos trabalhadores antes do Ministério do Trabalho o julgar conveniente. O delegado do Ministério do Trabalho ficou de dar um resposta sobre este ponto.

Em 20/5/75 tivemos por parte desse delegado a seguinte contra-proposta:

- Será dada ao CTS somente uma participação obscura e passiva sobre a qual manifestamos desde já o nosso desacordo.

Brevemente o CTS informará todos os trabalhadores da sua tomada de posição face a este assunto.

Abaixo a exploração capitalista!

VIVA O MARXISMO-LENINISMO!

NOTA - Em 21/5/75 dois elemntos do CTS deslocaram-se ao Ministério do Trabalho para recolher mais promenores sobre este assunto.

O CTS

8835 70195
OLIVEIRA 72229
[Signature] 73204

COMUNICADO

96
121

O resultado para o novo C.T.S., foi o seguinte:

PROGRAMA A	-	746 votos	} 1431
PROGRAMA C	-	685 "	
Votos brancos e nulos	-	350 "	} 1773
Abstenções	-	1123 "	

O C. T. S. informa todos os trabalhadores que o novo C.T.S, entrará em funcionamento dia 14 (amanhã).

CAMARADAS:

Do resultado desta votação dois factos ressaltam com maior evidência: por um lado a indiferença de grande parte dos trabalhadores pela eleição do novo C.T.S. expressa no número de abstenções (1123); neste número não incluímos os votos em branco (350) porque o consideramos uma participação efectiva no processo e que apenas revela insuficiente esclarecimento e indiciação entre os dois programas, ou não concordância com nenhum dos programas. O outro aspecto é o equilíbrio entre os votantes nos dois programas.

O C.T.S., que cessa hoje as suas funções, quer deixar bem expresso o seu desejo de que todos os trabalhadores da SETENAVE deem o seu efectivo apoio ao novo C.T.S. . São assim, são com o apoio e crítica de todos os trabalhadores, feita honestamente e no sentido de se corrigir os erros que se façam, o novo C.T.S. con seguirá ser eficiente e defender os interesses de todos os camaradas.

Ao mesmo tempo, o C.T.S cessante faz um apelo aos elementos que constituem o novo C.T.S. no sentido de que ponham os interesses de todos os trabalhadores acima de tudo, que não recuem perante nada para defendê-los.

ABAIXO O CAPITALISMO!

PELA DITADURA DO PROLETARIADO!

246
685

1431

Mitrena, 13 de Maio de 1975

O C.T.S.

[Handwritten signature]
72317
Ferreira
72438
Jornal 7/10/75

X 90
122

VOTAÇÃO PARA UM NOVO C.T.S.

PROGRAMA A

PROGRAMA B

PROGRAMA C

de prever alguns erros para os quais se pede desde já a compensação atingidos.

- 3 - Conforme foi acordado em reunião dos Delegados Sindicais, vão-se elaborar processos de análise de alguns casos de promoções, promoções, mudanças de função, etc., não atingidos. Os processos julgados de "injustiça flagrante" serão apresentados à Assembleia de Delegados Sindicais. Por razões óbvias, não será já possível incluir no processo qualquer destes casos ainda que venham a ser rapidamente

Mitros

500

2

C A R T A A B E R T A

1975

62

123

- C. T. S. (Demissionário)
- Comissão Dinamizadora
- Aos Trabalhadores

ASSUNTO: Eleições para a escolha dos órgãos da vontade dos
Trabalhadores.

Os Camaradas que trabalharam na elaboração do projecto de controle operário "D" em face da grave situação elevada pela publicação de listas clandestinas afectas à maioria dos projectos de controle operário as quais inevitavelmente não deixarão de ter viciado os resultados eleitorais, decidiram apresentar o pedido formal de impugnação de todo o processo eleitoral.

E mais consideram:

- 1) Que as actuais revelações são a continuação inevitável de todas as manipulações, pressões e demagogia que se verificaram ao longo de todo o processo, a partir do próprio dia limite para entrega dos projectos de controle operário;
- 2) Que as nossas acusações ao processo se revelam agora absolutamente fundamentadas considerando agora mais do que nunca e em face das confirmadas provas de má fé de alguns dos envolvidos que se deverão, estes elementos afastar pura e simplesmente;
- 3) Que o CTS se demita imediatamente das funções que lhe foram atribuídas em plenário, a título transitório até à eleição de novo C.T.S. e as transmita a uma comissão de Delegados Sindicais, a fim de que não possa continuar a atraiçoar o mandato de foi investido;
- 4) Que por todos os actos de traição à classe de que tem sido instrumento, se autocritiquem e reconheçam todo o mal, que têm provocado à luta dos trabalhadores pela sua emancipação;
- 5) Que a impugnação não seja impeditiva da publicação imediata e sob controle da referida Comissão Sindical, dos resultados eleitorais.

OS PROPONENTES DO PROJECTO D.

1975

PROGRAMA ©

62
124

Comité para a criação de uma Comissão Unitária de Trabalhadores da Setenave verdadeiramente representativo e responsável.

Este Comité nasceu da troca de ideias e da análise do mau trabalho realizado pelo actual CTS e das necessidades actuais e futuras do desenvolvimento da empresa no contexto actual.

Pensamos que o CTS que acaba o seu mandato em 30/6/75, embora se proponha abandonar o cargo em 30/4/75 sem prestar contas, não cumpriu o seu programa em vários pontos, especialmente no que se refere ao artigo 2, alínea

a) que diz:

"fomentar e consolidar a aliança entre todos os trabalhadores da empresa".

Além deste artigo podemos considerar que nenhum outro foi cumprido. Aconselhamos os trabalhadores a lerem atentamente esse mesmo programa, a fim de o analisarem e verem o que na realidade se tem passado.

O histórico momento em que vivemos, em que se está a realizar a revolução democrática e nacional e a serem lançadas as bases para a construção do socialismo no nosso país, com as recentes medidas da nacionalização dos sectores chaves da nossa economia, julgamos ser necessária uma participação mais activa dos trabalhadores na vida e gestão da nossa empresa.

Os proponentes desta nova Comissão Unitária de Trabalhadores pensam que o socialismo só poderá ser construído com a participação activa e consciente das massas trabalhadoras e com a sua responsabilidade.

São estas as condições essenciais para uma via rápida e mais segura para atingirmos o socialismo.

REGULAMENTO

Artigo 1º. - ~~A Comissão~~ ^{Comissão Unitária} de Trabalhadores pode ser destituído em qualquer momento desde que uma maioria de 51% dos trabalhadores da Setenave julgue que o mesmo não está a cumprir o seu programa ou que não respeite os seus Estatutos.

a) Qualquer membro do COTS pode ser destituído das suas funções pelos outros elementos, desde que a maioria, julgue que o mesmo não respeite as funções para as quais foi eleito.

b) A vigência do novo COTS terá a duração de 12 meses.

Artigo 2º. -

a) Qualquer trabalhador da Setenave poderá fazer parte do novo COTS desde que esteja de acordo e se comprometa a cumprir este Regulamento e Programa.

b) Que se disponha a trabalhar num espírito de unidade e de intransigente defesa dos interesses colectivos dos Trabalhadores da Setenave.

PROGRAMA

Defesa dos interesses de todos os trabalhadores da Setenave.

Os proponentes deste programa pensam que no momento que atravessamos a defesa dos interesses dos trabalhadores passam em primeiro lugar pela conquista de regalias sociais e melhores condições de trabalho e não só por simples aumentos de salários.

Pensamos que os aumentos de salários têm como consequência imediata o aumento do custo daquilo que produzimos. Por conseguinte a diminuição do poder de concorrência da nossa empresa no mercado internacional para o qual trabalhamos em grande parte, passará a ser menor, e que trará como consequência uma maior dificuldade de emprego.

Esses aumentos de salário não se virão a reflectir numa melhoria do nosso nível de vida visto uma grande parte ~~xxx~~ desse mesmo salário ser consumida pelo grande vulcão que é o custo de habitação, da saúde e de outros serviços sociais

1) Por conseguinte propomos orientar a nossa actuação, caso sejamos eleitos no sentido de apresentarmos soluções estilo cooperativas ou outros a discutir com os trabalhadores.

a) ^{Quais} Apresentar soluções para facilitar a construção da sua propria habitação, e outras zonas de ~~habitação~~ habitação económicas com possibilidade de acesso á propriedade.

b) Para aqueles que não tenham a possibilidade ^{financeiras de acesso à propriedade} de habitações de aluguer, ^{mas} moderado mediante as suas próprias possibilidades financeiras.

Membros ligados aos componentes deste programa encetaram já conversações com a camara municipal de Setúbal para esse fim, não só no que diz respeito á habitação como para a criação de uma creche-infantário.

Pensamos que este trabalho deverá ser feito em colaboração com as outras empresas da zona da ~~Setúbal~~ ^{Alentejo}.

2) Que os dias perdidos por acidente de trabalho ou no percurso para o trabalho sejam integralmente pagos pela empresa.

3) Que os dias perdidos por doença sejam integralmente pagos pela empresa a partir do terceiro dia de saída.

4) Que seja a empresa a receber o subsidio pago pelo seguro e os 60% pagos pela previdência evitando assim esperas difíceis para os trabalhadores.

5) Que as despesas feitas com medicamentos sejam totalmente reembolsados pagando a empresa a diferença.

6) Com a participação dos trabalhadores encontrámos os meios para a organização de Colonias de Férias.

7) Reorganização de uma verdadeira biblioteca ao serviço de todos os trabalhadores.

8) Formação de uma casa de pessoal da Setenave, em Setúbal, com o respectivo desenvolvimento cultural (cinema, teatro, desporto, intercambio cultural com países

estrngeiros onde a cultura esteja mais desenvolvida, etc.

9) Desenvolvimento de vários aspectos da formação na empresa.

10) Melhoramentos dos balneários onde as condições actuais são aberrantes.

B) Luta contra a sabotagem economica .

1) Trabalho de esclarecimento das massas trabalhadoras no sentido de as consciensalizar que no momento actual e no caminho para o socialismo será necesária a sua parizix participação activa e cooperante a fim de evitar todo o desperdicio de material que ao fim e ao cabo passa a ser a sua propria propriedade

2) Vigilância popular contra todos os actos de sabotagem.

Controle e fiscalização do estaleiro no respeitante a:

-Stocks

-Contabilidade

-Situação económica

financeira

técnica

comercial (inspeção dos mercados internacionais e conquista de

novos mercados)

-Interrupção de trabalhos por falta de meios.

Suspensão imediata de despesas não essenciais

A fim de podermos pôr todos ~~esses~~ estes principios em prática será necessário, além da nacionalização, que os trabalhadores participeñ directamente na gestão e direcção da empresa.

3) Defesa do processo revolucionário que vivemos .

Pensamos que todas as medidas acima mencionadas vão contribuir para o processo revolucionário em curso.

Além disso, pensamos que será necessário organizar grupos dex vigilância na empresa que poderão, caso necessário ser transformados em milicias populares que guardarão dia e noite a empresa, a exemplo do que foi feito no 11 de Março com pouca organização e sem a participação activa de todos os trabalhadores que julgamos absolutamente necessárias.

Nestes grupos poderão participar todos os que estejam dispostos a contribuir para os fins referidos.

Nota informativa:

O núcleo do P.S. da Setenave também foi contactado mas disseram á que só participariam se ficassem sós com os elementos do P.C.P.

Esta posição foi regeitada por ser anti-unitária

Antonio Domingo Rodriguez de Mena N.º 82842.07.3º
Fortunato Joaquim Cardero N.º 82806 073º
Mecanico Alberto Fuentes N.º 82874 073º

ELEMENTOS PROPOSTOS

PARA "COMISSÃO UNITÁRIA

DE TRABALHADORES DA SETENAVE

Adaptado	Nome	Nº
	Adaptado	72760
FRANISCO	Abel Soares Jr	72286
HILBERTO	Santos Botas	70463
José Samuel	Arantes Figueiredo	71673
Vitor	Samuel Chaves	72552
José Samuel	Alcides Fedeira	72251
José	Antônio Casaca	72302
Francisco	Castro Pereira	71034
Antônio	Joaquim Oliveira	72335
Antônio	Joaquim Cardoso	70506
Antônio	Alcides Pereira Alves	70969
Francisco	Pereira Cardoso Bezerra	73217
Francisco	Samuel Raimundo	73113
Agostinho	Tomé de Mata	70421
<hr/>		
Francisco	Reinaldo Diatas	72228
Antônio	Carlos Norberto de Lima	73056
Dominguinhos	João Guerreiro Neto	73484
Francisco	Antônio do Espírito Santo	71600
José	da Natividade Brito	73864



PROGRAMA GERAL

Quando o capital se vê privado da sua hegemonia política reorganiza-se de modo a poder impôr a sua ditadura de classe.

Em Portugal, a actual situação política caracteriza-se por um agravamento dos problemas económicos em virtude da incapacidade que a burguesia demonstrou em resolver os problemas nacionais, originando assim aumento de desemprego e inflação, o que agravou as condições de vida da generalidade dos portugueses.

A incapacidade da burguesia em se adaptar às novas condições democráticas, levou-a a apostar o seu futuro nos golpes que os elementos reaccionários foram organizando.

Surge pois, aos trabalhadores, nova necessidade, a de se organizarem politicamente para a defesa das liberdades democráticas, e para a sua contribuição efectiva na construção do Socialismo em Portugal.

Na continuidade dos acontecimentos anteriores, assiste-se a perspectivas para tomadas de posição radicais e organizadas como é o caso do ELP.

As nacionalizações até agora efectuadas pelo Conselho de Revolução são um passo importante para a construção do Socialismo em Portugal, impõem-se pois que os trabalhadores organizados nos seus locais de trabalho se preparem para defender politicamente essas conquistas.

Contudo, a classe operária encontra-se dividida por várias organizações partidárias sem que haja uma direcção comum, para levar a bom termo os seus objectivos. Nesta base e de acordo com os factos históricos podemos afirmar que:

- Sem um partido único, verdadeiramente revolucionário e constituído por quadros Comunistas e apoiando-se numa frente que se identifique com o programa da Democracia Popular, é impossível ao proletariado cumprir a sua tarefa.

Assim, terá o CTS a obrigação prioritária de desenvolver trabalho político e formar uma vanguarda consciente, no sentido de participar num trabalho de real importância. É necessário ter ainda em atenção, que o trabalho prático só será verdadeiramente positivo, desde que apoiado no Marxismo - Leninismo, como única fonte científica capaz de conduzir a classe operária para o seu posto de comando adequado.

Sem intenção de nos substituímos a um verdadeiro partido de vanguarda, mas atendendo às circunstâncias, temos obrigação de começar a contribuir para a organização da classe de modo a permitir a destruição radical das aspirações fascistas e em paralelo, quaisquer outras formas de Sobrevivência do Capitalismo.

Entretanto, teremos de manter uma vigilância apertada sobre quaisquer manifestações reaccionárias e assegurar um permanente contacto com os organismos oficiais.

São alheios aos nossos objectivos todos os elementos que se oponham ao avanço revolucionário em curso. Daí entendermos ser necessário adquirir a noção de que é gerir a empresa, de modo a podermos detectar, tanto quanto possível, situações anormais tendentes a provocar o regresso fascista por sabotagem económica, o que pode ser fomentado por:

- Reuniões de cúpula vedadas aos operários (MTM, etc.)
- Decisões confidenciais
- Cortes nos investimentos
- Decisões lentas por parte das chefias
- Não preenchimento dos vários organigramas

Só com a vigilância e mobilização dos trabalhadores em torno do CTS, será possível eliminar as questões anteriores promover o saneamento dos que pretenderem assumir posições contrarrevolucionárias.

No entanto, não será possível desenvolver trabalho consciente, sem estabelecermos uma linha de actuação geral e que não podendo sofrer quaisquer desvios, terá forçosamente que assentar no estudo das classes e seu comportamento perante a actual fase da revolução. Assim, vejamos:

Podemos considerar que as classes são essencialmente as seguintes:

- PROLETARIADO
- SEMI-PROLETARIADO
- PEQUENA BURGUESIA
- MÉDIA BURGUESIA
- GRANDE BURGUESIA

PROLETARIADO

Constituído essencialmente pelos assalariados transformadores da matéria prima (classe operária), não possui quaisquer meios de produção e vive totalmente da sua força de trabalho. Encontra-se concentrado principalmente em meia dúzia de zonas industriais. Engloba cerca de 40% da população activa.

É ao proletariado que compete dirigir a revolução e tomar o poder político. Esta afirmação baseia-se no facto de ser produtor das riquezas e ainda devido a:

- Elevado grau de exploração
- Elevado grau de concentração
- Papel histórico na luta de classes

SEMI-PROLETARIADO

RURAL - Constituído por jornaleiros e camponeses pobres, vende a sua força de trabalho e possui alguns meios de produção. Composto por cerca de 15% da população. Devido às suas duríssimas condições de vida, é facilmente absorvido pela revolução. É a segunda força revolucionária, pois o seu grau de concentração é mínimo, devendo no entanto, partilhar o poder político com o proletariado. Se o proletariado se alhear do campesinato pobre, está irremediavelmente perdido.

URBANO - Constituído por cobradores de transportes públicos, varredores, paquetes, etc. vivem apenas da sua força de trabalho e possuem baixo nível de vida. São um forte aliado do proletariado desde que bem conduzido. De contrário, oscilará entre o proletariado e a pequena burguesia, visto o afastamento dos meios de produção assim o proporcionar.

PEQUENA BURGUESIA

Nesta classe a variedade de componentes é tal que obriga a uma separação por camadas. Assim temos:

CAMADA INFERIOR, RURAL E URBANA - Oscila entre a revolução e a contra-revolução, visto a sua independência ser ameaçada pela Concentração Capitalista. Por este motivo é possível mobilizá-la para diversas fases da revolução.

Constituída por 10% da população formada essencialmente por camponeses independentes, artesãos, vendedores, camada inferior dos empregados, etc..

CAMADA INTERMÉDIA - Constituída pela aristocracia operária, camada superior dos empregados, funcionários, estudantes, técnicos, intelectuais, oficiais, etc..

Esta camada exerce grande influência ideológica e política e ronda os 10%.

CAMADA SUPERIOR - Constituída por camponeses médios (detentores dos meios de produção), pequenos industriais, pequenos comerciantes, pequenos proprietários, etc.

A pequena burguesia é um inimigo secundário que no entanto necessita ser neutralizado devido à sua forte influência político-ideológica.

Embora não sendo uma classe revolucionária é possível cair para o lado da revolução devido à quantidade de elementos recuperáveis que possui e desde que bem conduzida.

MÉDIA BURGUESIA

Constituída por industriais, comerciantes, proprietários e as camadas superiores dos técnicos.

cos e intelectuais.

É um sério e perigoso inimigo que não possui quaisquer aliados. Deve ser combatida permanentemente.

GRANDE BURGUESIA

Constituída pelos grandes financeiros, latifundiários, etc.. Possui como patrão uma grandiosa força de apoio - O IMPERIALISMO.

É um perigoso inimigo que só abdica dos seus privilégios pela força.

LINHA GERAL REVOLUCIONÁRIA

Da descrição anterior podemos estabelecer para a actual fase da revolução, como linha geral, que o proletariado, como classe dirigente deve:

- Chamar a si o semi-proletariado rural e urbano
- Neutralizar as várias camadas da pequena burguesia não a deixando cair para o campo da contra-revolução.
- Combater a média burguesia
- Destruir totalmente o poder da grande burguesia e do imperialismo

Cabe-nos ainda focar, que se o nosso programa for eleito, observaremos permanentemente o conteúdo da linha geral de modo a não cometermos erros que poderão ser devéras desastrosos.

Fazer unicamente a aplogia da classe operária desligando-a de um contexto geral é uma manobra puramente hábil para angariar simpatias, que no entanto, apenas serve para o desmantelamento do movimento revolucionário. Há quem assim proceda por interesse da classe, outros há, que por inconsciência política.

ESTATUTOS

CONSELHO DE TRABALHADORES

Capítulo Nº I

Constituição

O Conselho de Trabalhadores da Setenave será constituído por 19 dezanove elementos e terá uma vigência de nove meses.

Capítulo Nº II

São deveres do CTS:

- Cumprir o conteúdo da linha geral
- Estabelecer alianças reivindicativas, quando as situações o exigirem
- Lutar por interesses colectivos
- Combater o esquerdismo e ultra-democratismo
- Dar regularmente conta do seu trabalho
- Auscultar as bases sempre que necessário
- Educar as bases politicamente
- Praticar e incentivar a critica e autocritica.

Capítulo Nº III

Compete ao CTS:

- Assegurar a eleição de um novo CTS após a caducidade da sua vigência
- Promover assembleias gerais e sectoriais
- Estabelecer o modo como substituirá os membros que por ventura venham a ser alvo de demissão.
- Assegurar saída assídua do jornal "LUTA NO TRABALHO" e dar continuidade à utilização da biblioteca.

Aspenalidades deverão ser divulgadas e constam de:

- Advertência
- Censura
- Demissão

Capítulo Nº V

Ligação às bases

As ligações às bases serão mantidas fundamentalmente por militancia no próprio local de trabalho e através de assembleias.

Todavia, serão e sempre que necessário, contactados os delegados sindicais para assuntos que caraçam da sua participação.

OBSERVAÇÕES

De acordo com o exposto, consideramos extemporâneo a existência de comissões de base como órgãos de ligação do CTS.

Atendendo a que o programa do anterior CTS não foi totalmente cumprido e constando, fundamentalmente de assuntos de carácter sindical, achamos que os delegados sindicais têm obrigação de assegurar o seu cumprimento.

O nosso trabalho será essencialmente político e só reivindicativo quando transcender o âmbito sindical.

Como negamos a existência de um verdadeiro partido que represente a classe operária fazemos voto de no local de trabalho não defender qualquer organização partidária actualmente existente, embora a nossa prespectiva, seja aumentar a consciência política dos trabalhadores da Setenave.

Anteriormente afirmamos que as nacionalizações são um passo importante para a socialização, pois pretendemos dar a ideia de que isso só será possível quando o aparelho de Estado for constituído por um Governo verdadeiramente popular.

ESTE CONSELHO SERÁ CONSTITUIDO POR:

- 70512 Vital Roque Portela
Categ. Of. 3º - Funç. Serº Mont. Local Trab. Mec. Bordo
- 70860 João Maria Silva Regateiro
Categ. Of. 1º - Funç. Serº Mec. Local Trab. Mec. Bordo
- 71762 Angelilo Reis Serrenho
Categ. Of. 1º - Funç. Serº Mec. Local Trab. Mec. Bordo
- 72229 Vitor Manuel Conceição Oliveira
Categ. Of. 3º Funç. Maçariqueiro Local Trab. Cal. Ligeira
- 72369 Virgílio António Palma
Categ. Of. 3º Funç. Montador Local Trab. Docas
- 73026 José Agostinho Charneca Barbeiro
Categ. Pré-Of. Funç. Soldador Local Trab. Manuf. e Pré-Fabric.
- 73370 Rogério Rodrigues Pereira
Categ. Of. 2º Funç. Soldador Local Trab. Tubos
- 73554 Fernando Assunção Mendes
Categ. Of. 3º Funç. Montador Local Trab. Cald. Reparações
- 73800 Edviçes Maria Marques
Funç. Emp. Mini-Bares Local Trab. Docas
- 72736 Jaime Pompídio Marques Caria
Funç. Gráfico Local Trab. Escola Formação
- 70790 Carlos Alberto Ventura Neto
Categ. Of. 2º local Trab. Mec. Bordo Lisnave
- 70434 Manuel Antunes Gomes
Funç. Soldador Tubos

- 72577 Arnaldo Moreira Fernandes
Categ. Of. 2ª Funç., Pintor Local Trab., Docas
- 73204 Carlos Alberto Gonçalves Vieira
Categ. Of. 3ª Funç. Soldador
- 72405 Manuel Antônio Modesto Fialho
Categ. Pré-Of. Andaimos
- 70564 Maria Manuela Filipe Rebelo
Categ. Esct. 3ª Funç. emp. escritório Local Trab. Escola Formação
- 70442 Carlos Alberto Pinto Rodrigues
Categ. Of. 3ª Funç. Doqueiro
- 73465 Carlos Alberto Pinheiro Pereira
Categ. Of. Esp. Mec. Bordo Lisnave
- 70195 maria Rosa Marques Pereira
Categ. Esct., 3ª Local Trab. R1



Mitrena 21/4/75

